UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARCOS MANOEL DO NASCIMENTO SILVA

O SERTÃO QUE VIROU “MAR”: MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE NO PROJETO DE IRRIGAÇÃO JUSANTE, GLÓRIA - BA (1988 - 2021)

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2022

MARCOS MANOEL DO NASCIMENTO SILVA

O SERTÃO QUE VIROU "MAR": MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE NO PROJETO DE IRRIGAÇÃO JUSANTE, GLÓRIA - BA (1988 - 2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Silva, Marcos Manoel do Nascimento
S586s O sertão que virou “mar” : memória, cultura e identidade no projeto de irrigação Jusante, Glória – BA (1988-2021) / Marcos Manoel do Nascimento Silva ; orientador Pedro Abelardo de Santana. – São Cristóvão, SE, 2022.
129 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. História. 2. Trabalhadores rurais – Assentamentos humanos. 3. Identidade social - Bahia. I. Santana, Pedro Abelardo de, orient. II. Título.

CDU 930(813.8)

MARCOS MANOEL DO NASCIMENTO SILVA

O SERTÃO QUE VIROU "MAR": MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE NO PROJETO DE IRRIGAÇÃO JUSANTE, GLÓRIA - BA (1988 - 2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

Aprovada em 24 de fevereiro de 2022.

Pedro Abelardo de Santana

_____

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana (UFS)
Presidente da Banca Examinadora

Pablo A. I. Magalhães

_____

Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães (UFS)
Examinador Interno

Eltern Campina Vale

_____

Prof. Dr. Eltern Campina Vale (UFAL)
Examinador Externo

Dedico essa dissertação a Larissa Manuela Nascimento Silva, minha amada irmã a quem desejo que tenha um futuro brilhante. A meu querido, amado e saudoso bisavô, Alberto Antônio do Nascimento (*In memoriam*). E a sua filha, herdeira de toda generosidade e amor do pai, minha avó (mainha), a qual sem ela nada disso seria possível, a senhora Maria Gildomar do Nascimento.

AGRADECIMENTOS

A escrita acadêmica, pelo menos no Brasil onde os incentivos são mínimos, é um processo muito complexo, árduo, e um tanto quanto desanimador também. Mas é óbvio que ao seu final tendemos a deixar os percalços de lado e damos lugar a euforia em comemoração à conclusão de nossa produção. E é nesse momento que cabe os agradecimentos a todos/as que de alguma forma, seja direta ou indiretamente, fizeram parte dessa tessitura.

Na condição de um sujeito que acredita na existência de um ser superior, e é claro que isso se deve a minha formação histórico social, quero agradecer em primeiro lugar a Deus, mas não ao "deus" publicizado e vendido nas pregações neopentecostais ou nas propagandas eleitorais de políticos extremistas, e sim, a um ser que é amor e justiça social. Ao Cristo que veio por aqueles que se havia perdido, e que ao invés de julgar, ou prometer banquetes e levantar armas, disse aos marginalizados: "Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei" (Mt 11,22). Um dos seus muitos ensinamentos que se colocado em prática poderia de fato tornar o mundo um lugar melhor de se viver para todos/as.

Externo os meus agradecimentos a minha avó materna, a senhora Maria Gildomar do Nascimento, essa que sozinha - em virtude da sua viúves aos 26 anos de idade -, exerceu o papel de mãe e pai de seus quatros filhos, e ainda ousou fazê-lo comigo. Mainha, como ela mesmo me ensinou a chama-la, é a grande responsável por esse e por todos os momentos futuros de conquistas que ainda virão. Obrigado por essa "herança" que se propôs a me deixar, a minha formação na História. Agradeço por ter assumido as identidades de vó, mãe e pai na minha vida. Obrigado por nunca me deixar perder a hora de ir à escola, pelas ligações externando preocupação com meu bem estar, por pedir que todos fizessem silêncio quando aos finais de semana estavam em sua casa fazendo os inúmeros trabalhos acadêmicos, por acreditar em mim e nos meus sonhos, por ser meu pilar de sustentação e por nunca me deixar faltar nada necessário durante essa jornada.

Quero agradecer também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado. Sem ela as dificuldades seriam gigantescas, e certamente eu não teria conseguido os insumos necessários para a construção da presente dissertação. Por isso, desejo e luto para que possamos exercer o nosso direito ao voto com consciência para que os próximos governos ampliam o alcance dessa fundação, e que a educação superior no Brasil possa ser de fato democrática, gratuita e de qualidade para todos/as.

Enquanto sujeito em formação, não poderia deixar de estender meus agradecimentos a Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão e a todos que a fazem. Foi nessa instituição que dei meus primeiros passos para uma vida acadêmica, foi nela que descobri como o mundo é um grande universo diversificado, que me fez pensar e repensar sobre a existência e seu significado, um local que me tornou um sujeito crítico, pensante e mais tolerante, afinal de contas, como sempre disse "Clio", - como chamamos a professora Sheyla Farias Silva -, "senão pirar o cabeção está fazendo errado". No momento já aproveito para agradecê-la por todas as "chibatadas de Clio" dadas durante a graduação, por todos os conselhos e orientações, afinal de contas, nossa primeira orientadora a gente nunca esquece. Meu muito obrigado professora pelo seu excelente profissionalismo e pelo ser humano incrível que é.

Além da professora Sheyla Farias, estendo meus agradecimentos a todos/as docentes que tive o privilégio de tê-los/as como professores/as. Meu muito obrigado aos professores e professoras: Vagner Gomes Bijagó, Maria Patrícia Cabral da Silva, José Roberto da Silva, Maria Patrícia Oliveira Queiroz, Suzana Maria Dias Gonçalves, José Ivanilson, Gercinaldo de Moura Medeiros, Eva Pauliana da Silva Gomes, Suzana Santos Libardi, Cristiano das Neves Vilela, Adriana Deodato Costa, Sara Angélica Bezerra Gomes, Wanubya Maria Menezes da Silva, Flávio Augusto de Aguiar Morais, Rodrigo Pereira, Simone Arestides da Silva, Ana Margarida Santos Pereira, Carla Taciane Figueiredo, Jairo Paranhos da Silva, Felipe da Silva Barbosa, Everton Rosendo dos Santos, Sergiana Vieira dos Santos, Eltern Campina Vale, também pelo aceite de participar das minhas bancas de qualificação e defesa, e a Pedro Abelardo de Santana, que além de ter sido meu professor durante a graduação foi meu orientador nossa empreitada. Meus mais profundos e sinceros agradecimentos por aceitar me acompanhar durante mais essa etapa da minha formação acadêmica.

Ainda da UFAL - para vida -, meus mais francos agradecimentos ao meu amigo Jeferson da Silva Teixeira pelos não poucos diálogos e por todas as vezes que me incentivou a não desistir dos meus objetivos, mesmo me chamando de "louco" pela decisão de seguir carreira acadêmica quando ainda estava concluindo a graduação. As circunstâncias da vida nos colocaram em caminhos diferentes, mas a apesar da distância geográfica estarei sempre à disposição e serei para sempre grato por todos os momentos já vividos.

Agradeço a minha segunda e atual casa, - que espero não ser um adeus -, a Universidade Federal de Sergipe - UFS, mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em História - PROHIS, que me acolheu calorosamente. Meu muito obrigado a professora Edna Maria Matos Antônio, excelente como pessoa e como profissional e que ocupou a coordenação do programa durante minha passagem por ele, e aos demais professores e professoras que tive a honra de

cursar disciplinas: Antônio Fernando de Araújo Sá, Camila Barreto Santos Avelino, Carlos de Oliveira Malaquias e Jacqueline Ramos. Ainda do PROHIS também agradeço ao professor Pablo Antônio Iglesias Magalhães por prontamente ter aceito compor a minha banca de defesa. Sou muito grato por todo o cuidado e dedicação com o meu texto.

Infelizmente, em consequência da pandemia da covid-19, o meu contato presencial com a instituição durou apenas duas semanas, mas as redes socias também cumprem a função de aproximar, como bem vimos nesse período de aulas remotas. Então quero agradecer a Aderjan Albert por me acolher em sua casa e assim dividirmos aluguel pelas duas semanas que estive em São Cristóvão - SE. Muito obrigado pela recepção e acolhimento! Ainda acerca desse período, agradeço ao meu amigo George Ribeiro dos Santos pela oportunidade de finalmente tê-lo conhecido presencialmente e pelos momentos vividos. Serei eternamente grato e quadrarei com carinho todas essas memórias. Que em breve possamos nos rever! Agradeço a Jefferson do Carmo, professor do Departamento de Letras Estrangeiras da UFS, o qual tive a oportunidade cursar a disciplina de "Inglês para fins específicos I", pela amizade construída, pelos mais diversos diálogos que já tivemos até agora e por me ajudar com o abstract. A minha colega de turma e parceira na representação estudantil do PROHIS, Fernanda Carolina Pereira dos Santos. Obrigado pelos diálogos, pela troca de ideias, pelos debates e por ouvir minhas lamúrias, que por sinal foram muitas. E a Ayrton Matheus da Silva Nascimento, - também fruto da UFAL -, obrigado pela parceria, pelas leituras, sugestões e críticas, enfim, pelos nossos debates.

O meu muito obrigado a Alexandre Marques dos Santos, meu namorado, por todos os momentos que temos vivido juntos. Obrigado por todas as vezes que buscou acalmar minha ansiedade, por aguentar minha chatice e meus estresses, por me motivar a prosseguir com a pesquisa, pelas leituras, críticas e sugestões, e por mergulhar comigo nessa aventura de trabalhar com a História Oral. Senão fosse seu apoio com as transcrições eu não teria conseguido cumprir com os prazos. Obrigado ainda por me inserir no multiverso da loucura da Marvel, por cada um dos filmes e séries que assistimos, afinal de contas o entretenimento e peça fundamental para manutenção da saúde mental. Por ser quem é, e assim transformar os meus dias em dias melhores, meu muitíssimo obrigado!

Sou agradecido também pela vida de Jéssica Raiane, minha amiga, que durante esse período de distanciamento social se propôs a se fazer ponte entre mim e parte dos/as reassentados/as para a realização das entrevistas. Do mesmo modo, a Walison Gomes, que sabendo da minha impossibilidade de adentrar ao acervo do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA por causa das medidas de distanciamento social e isolamento, prontamente se dispôs a me ajudar. Ao historiador João Victor dos Santos por

compartilhar seu acervo de fontes comigo. E a Maria da Saúde da Silva Menezes, que possibilitou o acesso e a realização de entrevista com a sua avó.

Por fim, meus infinitos agradecimentos aos sujeitos que são a verdadeira razão da existência desta pesquisa, a todos/as reassentados/as que prontamente me receberam, mesmo em um período tão conturbado quanto o atual e oralizaram suas memórias sobre esse processo que possui particular significado para cada um deles: Ademar Enéas da Conceição, Lindaura Aurelina de São Pedro, Maria da Conceição Melo, Genésio de Melo, Genilson Rufino da Silva, Jorge de Melo Silva, Gildiomar Generoza de Melo, Maria Gildomar do Nascimento, Maria Helena de Jesus Nascimento, Janilda Umbelina de Jesus, Lenice Umbelina de Oliveira, Maria Antônia de Jesus, Marlúcia Maria do Nascimento, Ozeas Arcelino de Souza e Izidória Amélia de Menezes Gomes.

RESUMO

Em 1976, seguindo a lógica capitalista de promoção da modernização e do desenvolvimento do Brasil, dá-se início, no Nordeste, ainda durante a vigência de uma Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (UHLG) - outrora Itaparica - na região do Submédio São Francisco, localizada no município de Petrolândia - PE. De responsabilidade da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a sua conclusão só se deu em meados de 1988, quando o país já voltava a viver em uma democracia. Esse empreendimento conduziu para um processo de reassentamento compulsório que culminou com a desterritorialização e reterritorialização de milhares de trabalhadores/as rurais entre os estados de Pernambuco e Bahia. Foi através da observação desse fato histórico e ancorado sobre o campo de uma História Social da Cultura que me propus a mergulhar nas memórias desse sertão que virou "mar". Mediante os recortes necessários ao ofício do historiador, objetivei analisar de qual/quais maneira/as o reassentamento compulsório dos moradores do outrora povoado Malhada do Sal para a Agrovila 06 do Projeto de Irrigação Jusante, Glória - BA, impactou nas práticas culturais de cultivo da terra, na relação com o rio São Francisco, nas práticas de culto religioso, e quais as implicações desse processo sobre as suas identidades, obedecendo a um recorte temporal que corresponde aos anos de 1988 a 2021. Metodologicamente, a fim de tecer uma história vista de baixo, fiz uso da História Oral como fonte primária, seguida da análise de documentos, reportagens audiovisuais, fotografias, discursos e pronunciamentos. Quanto ao quadro teórico, dentre outros, operacionalizei os conceitos de modernização conservadora, cultura/costumes, negociação e conflito, memória e identidade. Logo, as fontes disponíveis revelaram que a modernização conservadora serviu de base para a agroindustrialização do Submédio São Francisco; que há uma disputa entre o Estado e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais pelas memórias do processo de reassentamento; e que as referidas práticas culturais sofreram modificações ao longo do tempo, e numa tentativa estratégica de resistência ao novo modelo de vida imposto pelo reassentamento, os sujeitos entrevistados assumiram novos papéis de identidades.

Palavras-chave: Reassentamento Compulsório; Desterritorialização e Reterritorialização; Trabalhadores/as Rurais; Memórias e Identidades; Modernização Conservadora.

ABSTRACT

In 1976, based on the capitalist logic of promoting modernization and development in Brazil, the construction of the Luiz Gonzaga Hydroelectric Plant (UHLG) – previously called Itaparica - began in the Northeast, still during the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), in the Submédio São Francisco region, located in the municipality of Petrolândia - PE. Under the responsibility of the São Francisco Hydroelectric Power Company (CHESF), it was only completed in mid-1988, when the country was already living in a democracy again. This undertaking led to a compulsory resettlement process that culminated with the dispossession and re-possession of thousands of rural workers between the states of Pernambuco and Bahia. It was through the observation of that historical fact and grounded on the field of a Social History of Culture that I proposed to dive into the memories of that hinterland that turned into sea. By means of the necessary clippings to the historian's craft, I aimed to analyze in which way the mandatory resettlement of the inhabitants of the former settlement Malhada do Sal to Agrovila 06 of the Jusante Irrigation Project, Glória - BA, impacted on the cultural practices of land cultivation, in the relationship with the São Francisco River, in the practices of religious worship, and what are the implications of this process over their identities, while obeying a temporal cut corresponding to the years from 1988 to 2021. Methodologically, in order to weave a history seen from below, I made use of Oral History as a primary source, followed by documentary analysis, audiovisual reports, photographs, speeches, and pronouncements. As for the theoretical framework, among others, I operationalized the concepts of conservative modernization, culture/customs, negotiation and conflict, memory and identity. Therefore, the sources available revealed that conservative modernization served as the basis for the agroindustrialization of the Submédio São Francisco; that there is a dispute between the State and the Rural Workers Union for the memories of the resettlement process; and that the referred cultural practices suffered modifications over time, and in a strategic attempt to resist the new life model imposed by the resettlement, the interviewed subjects assumed new roles of identities.

Keywords: Mandatory Resettlement; Deterritorialization and Reterritorialization; Rural Workers; Memories and Identities; Conservative Modernization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Comitês de bacias implantados no São Francisco e suas novas divisões fisiográficas 26
Figura 02: Mapa da região fisiográfica do Submédio São Francisco 27
Figura 03: Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga 28
Figura 04: Mapa dos Projetos de Irrigação e das Superintendências Regionais..... 34
Figura 05: Capa do livro a CHESF Mudar Para Melhor. 51
Figura 06: Fotografia de apresentação do livro Mudar Para Melhor. 51
Figura 07: Modelo de casa tipo 02 (varanda, duas Salas, dois quartos, cozinha, banheiro e depósito acoplado/fora da casa). 54
Figura 08: Fotografia de casa no assentamento de origem - casa de taipa. 54
Figura 09: Poste de alta tensão e transformador 55
Figura 10: Maquete de agrovila em Projeto de Irrigação. 55
Figura 11: Fotografia de um perímetro irrigado por aspersão. 56
Figura 12: Fotografia De Agricultor Em Perímetro De Irrigação. 56
Figura 13: Capa do livro dindical Hora de Mudar é Hora de Lembrar: a luta dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco pela conquista do reassentamento 63
Figura 14: Primeira concentração de trabalhadores rurais - 04 de agosto de 1979 - Petrolândia - PE. 66
Figura 15: Conquista do Mapa do Lago Itaparica - 30 de abril de 1980. 68
Figura 16: Acampamento do Caruru - Glória - BA em 1982. 69
Figura 17: Audiência com o Ministro das Minas e Energia em 1985. 71
Figura 18: Sétima concentração de trabalhadores rurais - 15 de outubro de 1985 - Canteiro de obras de Itaparica. 72
Figura 19: Formação do acampamento durante a parada da obra de Itaparica - Dezembro de 1986. 73
Figura 20: Imagem de satélite aa Agrovila 1 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. 84
Figura 21: Imagem de satélite aa Agrovila 2 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. 84
Figura 22: Imagem de satélite da Agrovila 3 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. 85
Figura 23: Imagem de satélite do reservatório de água na Serra Negra, Glória - Bahia 86
Figura 24: Imagem de satélite da Agrovila 5 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. 86
Figura 25: Imagem de satélite da Agrovila 6 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. 87
Figura 26: Imagem de satélite da Agrovila 7 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. 87
Figura 27: Imagem de satélite da Agrovila 8 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. 88
Figura 28: Imagem de Satélite da Agrovila 9 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. ... 88

Figura 29: Imagem de satélite da Escola Municipal Dionízio Pereira de Souza e Distrito Administrativo - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.....89

Figura 30: Povoado Baixa Grande/G2, Glória - Bahia. 91

Figura 31: Imagem de satélite do Lago Itaparica e do Projeto de Irrigação Jusante - Glória, Bahia. 91

Figura 31: Classe multisseriada da Escola Princesa Isabel, Malhada do Sal, Glória - Bahia (1977) 95

Figura 32: Fotografia pós-missa em comemoração ao aniversário de Izidória Amélia de Menezes Gomes na Malhada Do Sal (1977).....102

Figura 33: Padre Mário Zanetta na Malhada do Sal (1977).....102

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Sistema de Geração de Energia da CHESF 32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cepal	Comissão Econômica para América Latina
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF	Companhia do Desenvolvimento dos Vales
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DENOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agronômica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPA	Instituto Agronômico de Pernambuco
OMS	Organização Mundial da Saúde
ON	Operação Nordeste
PROHIS	Programa de Pós-Graduação em História
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UHLG	Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga
VMT	Verba de Manutenção Temporária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **16**

1. DESENVOLVIMENTISMO E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: O SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO COMO PALCO DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO 26

1.1 A CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO: ELETRICIDADE E IRRIGAÇÃO NO SUBMÉDIO *28*

1.2 DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA AOS FATOS: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIECONÔMICO DO NORDESTE *35*

1.3 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: IMPÁCTOS DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO *44*

2 CHESF, SINDICATO E TRABALHADORES/RAS RURAIS: REASSENTAMENTO CUMPULSÓRIO E A DISPUTA PELO ENQUADRAMENTO DAS MEMÓRIAS 50

2.1 "MUDAR PARA MELHOR": O PLANO DE REASSENTAMENT E O DISCURSO PATERNALISTA DA CHESF *50*

2.2 "HORA DE MUDAR É HORA DE LEMBRAR": O PROCESSO DE REASSENTAMENTO ATRAVÉS DO POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA *57*

2.2.1 Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA: classe e consciência de classe entre os/as reassentados/as 58

2.2.2 Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco: formação pedagógica/ideológica dos sindicalistas 62

2.3 AS VOZES DO TRABALHO: NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NO CANTEIRO DE OBRAS ITAPARICA *74*

3. DAS MARGENS À JUSANTE: O REASSENTAMENTO E SUAS TRANSFORMAÇÕES 83

3.1 O PROJETO DE IRRIGAÇÃO JUSANTE, GLÓRIA - BA: UMA VISÃO PANORÂMICA DAS AGROVILAS 83

3.2 A VIDA ANTES DO REASSENTAMENTO: SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, PECUÁRIA E RELIGIOSIDADE NA MALHADA DO SAL 89

3.2.1 Estrutura, escolaridade e saúde na antiga moradia 92

3.2.3 Entre a agricultura e à pecuária: uma economia de subsistência nas margens do Velho Chico 97

3.2.4 Missas, festas e festejos: as manifestações de fé na Malhada do Sal 101

3.3 DO LEVANTAMENTO DA BARRAGEM AO REASSENTAMENTO: TRISTEZA, ESPERANÇA DE DIAS MELHORES E OS CONFLITOS DE INTERESSES 103

3.4 A VIDA NO REASSENTAMENTO E AS MUDANÇAS: SAÚDE, EDUCAÇÃO, RELIGIOSIDADE E SOBREVIVÊNCIA 107

CONCLUSÃO **116**

REFERÊNCIAS **118**

FONTE DOCUMENTAL **125**

FONTE DIGITAL **127**

FONTE AUDIOVISUAL **127**

FONTE ORAL 127
MAPAS 128

INTRODUÇÃO

A construção de hidrelétricas no Brasil está interligada a necessidade de produção e distribuição de energia elétrica para impulsionar o desenvolvimento e a industrialização do país. No entanto, além dos resultados esperados e dos prejuízos ambientais, como ação humana que interfere diretamente na vida dos sujeitos e de seus percursos, há implicações principalmente no tocante a aspectos socioculturais. Isso se deve a desestabilização das estruturas que sustentam suas relações, que por sua vez, são oriundas da mudança de território acarretada pelo processo de reassentamento compulsório. Em virtude dessas transformações, vários são os olhares de pesquisadores das mais diversidades áreas do conhecimento, não sendo diferente para os historiadores, embora, quando se trata da região do submédio São Francisco, a produção historiográfica ainda é escassa.

No âmbito mais geral alguns trabalhos historiográficos merecem destaque. As historiadoras Maria Letícia Corrêa e Dilma Andrade de Paula, em seu artigo *Hidrelétricas e desenvolvimento no Brasil: a construção da Usina de Furnas em perspectiva histórica (1956-1965)*, com o objetivo de identificar as tramas sociais que conduziram a formulações de políticas públicas que culminou na construção da hidrelétrica em questão, empregaram a metodologia da História Oral, tomando as memórias de engenheiros das mais diversificadas especialidades como fonte. O uso dessas entrevistas se deveu pela adoção da visão gramsciana, pois compreenderam tais profissionais como uma rede de intelectuais que formaram um 'campo de desenvolvimento', todos em nome da "utopia do desenvolvimento".

Trazendo dados quantitativos, identificaram alteração no padrão do parque de geração de energia elétrica no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960, fato atribuído ao aumento da participação estatal nas políticas de desenvolvimento do país, ancorados no que as autoras denominaram de ideologia do desenvolvimentismo[1]. Ainda destacam o papel da criação da Comissão do Vale do São Francisco[2] em 1948 e da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos

[1] Datado do século XX, na concepção do Fonseca (2015), o conceito de desenvolvimentismo possui várias faces: pode ser compreendido tanto como um fenômeno do 'mundo material', e isso implica dizer que envolve um conjunto de práticas políticas e econômicas pensadas e executadas; nessa direção também pode ser entendido como um fenômeno do 'mundo pensante', ou seja, como formulações teóricas de um campo do saber; por sua vez, essas concepções de mundo podem e são expressas através do discurso político, seja contra ou a favor; e por fim, essas teorias são ainda apropriadas como ideologias, visão de mundo que respaldam os discursos. Essa plasticidade e flexibilidade, tanto pode facilitar a sua operacionalização aos novos fatos, como pode dificultar a comunicação precisa do conceito entre a comunidade científica. Avaliando isso, desenvolvimentismo ou Estado desenvolvimentismo, é definido como intervenção estratégica para promoção do desenvolvimento através de políticas econômicas de longo prazo, objetivando a superação do subdesenvolvimento.

[2] Apesar de frisar que o Rio São Francisco não pode ser tão somente avaliado economicamente, pois existem, para além dos interesses monetários, questões subjetivas e difusas, como por exemplo, as memórias e as identidades dos

(CMBEU)[3] em 1951, no desempenho de estudos primordiais para implementações de políticas públicas. Do mesmo modo, avultaram as atuações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e da Central Elétrica de Furnas, aquela responsável pelas usinas da região do Vale do São Francisco, e essa na construção da usina analisada pelas autoras. Em uma análise detalhada do chamado Plano da Comissão do Vale do São Francisco[4], apontaram para detalhes importantes, tais como, o objetivo de produção abundante de energia elétrica e seu impulso para o desenvolvimento.

Ao partir da premissa de que o território é palco de construção e materialização das relações sociais, e de que um processo de reterritorialização implica diretamente na constituição de novos espaços e significados, mesmo que carregados das memórias do passado, os pesquisadores Freitas, Souza e Oliveira (2013), tomaram o advento da construção da Barragem de Irapé no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, com o objetivo de entender como se encontravam as estruturadas das relações sociais dos reassentados. Fizeram isso por meio do uso de questionários direcionados a um número de 61 reassentados, distribuídos em 10 associações de moradores com localização em cinco diferentes municípios. Foi percebido como resultado que as ações desenvolvidas pelos setores estatais responsáveis pela preservação dos costumes e práticas culturais e religiosas outrora vividas por esses sujeitos em seus territórios de origem não

ribeirinhos, Camelo Filho-Zuza (2008), não nega o fato de que as suas águas possuem valor monetário para o Brasil, pois "contribui para a formação de riqueza de uma vasta área das regiões sudeste e nordeste" (CAMELO FILHO-ZUZA, 2008, p. 68). É a partir dessa observação que vinha acontecendo desde o período colonial, que a Comissão do Vale do São Francisco foi criada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 1948, cuja objetivo foi de atuar durante 20 anos, na elaboração e garantia do chamado Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco. Para Paula (2012), os chamados problemas regionais, como secas e misérias, não foram sanados por completo pela referida comissão nem pelas que a sucederam, pois as atuações ficaram mais nos discursos desenvolvimentistas do que na prática.

[3] A Comissão Mista Brasil - Estados Unidos foi firmada em 1950 durante o governo de Dutra, mas só teve seu início no ano seguinte, já com o governo democrático de Getúlio Vargas. Essa comissão foi derivada de duas missões anteriores. A primeira foi a Missão Cooke, conhecida como a "primeira tentativa de diagnóstico global para a economia brasileira e de seus problemas dentro de uma perspectiva de desenvolvimento do país e tinha como objetivo 'fortalecer a longo alcance todo o sistema industrial brasileiro' [...]. A segunda foi a Missão Abbink, que foi criada para retomar os objetivos da Missão Cooke. No entanto, ambas contribuiriam mais para um diagnóstico do que com questões efetivas. Foi com base em seus diagnósticos e a partir da criação da doutrina Truman, idealizada pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, que elaborou e executou medidas de cunho financeiro em países que se sentissem ameaçados pelo comunismo, com objetivo de combater o seu avanço, que a referida comissão foi criada. Todavia, serviu mais aos Estados Unidos do que ao Brasil, pois em troca da ajuda no setor financeiro-econômico (prioritariamente ferroviário e de energia elétrica), recebeu fornecimento de matérias-primas estratégicas para o setor militar, alegando preparo de uma segurança continental, o que o fortaleceu belicamente (SKIELKA, 2020).

[4] "O Plano da CVSF, encaminhado em 1950, era composto de 21 capítulos contendo estudos, propostas e programa de obras relativas à regularização do regime fluvial, melhoria dos transportes e comunicações, construção de centrais e usinas hidrelétricas e redes de transmissão, irrigação, saneamento urbano e rural, saúde pública, fomento da produção agrícola, pesquisa sobre aproveitamento de recursos minerais, reflorestamento e incremento da imigração e colonização. As obras foram orçadas e previstas para serem executadas de 1952 a 1956, numa primeira etapa, e nos anos seguintes previa-se que: 'a energia elétrica abundante, a preço baixo, ocasionará, forçosamente, extraordinário surto no desenvolvimento agro-pecuário, na exploração dos minérios ocorrentes na região cujo conhecimento só agora se vem precisando'" (PAULA, 2012, p. 237).

foram suficientes para mantê-las intactas, ou minimamente preservá-las. O que acarretou em mudanças inclusive para aqueles que optaram pelo reassentamento junto ao rio, em razão da adequação à nova realidade espacial formada em decorrência do reservatório.

Ao tratar do que chama de a "grande aceleração" a historiadora e cientista social Nathalia Capellini Carvalho de Oliveira, em *A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil*, com o propósito de compreender os fatores que "favoreceram e frearam a construção de hidrelétricas no Brasil do século XX" (OLIVEIRA, 2018, p. 319), propôs reflexões quanto a expansão de hidrelétricas no Brasil em um recorte que se estende desde os anos 1930 até o fim da Ditadura Civil-Militar no país. Para tal, faz uso de fontes como: documentação do Estado, das companhias hidrelétricas, de trabalhos produzidos pelo Centro da Memória da Eletricidade da Eletrobrás, entrevistas por programa de História Oral, bibliografias e fontes da imprensa, principalmente os jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano* que reportaram as consequências ambientais geradas pelos investimentos estatais no setor hidrelétrico no Sudeste.

Em sua análise a segunda Guerra Mundial é posta como um marco para início dos investimentos em desenvolvimento e na superação do subdesenvolvimento dos países pobres. Nesse processo, argumenta Oliveira (2018), que a utilização dos recursos naturais foi considerada como matéria-prima essencial, o que justificou a exploração hidrelétrica em todo mundo a partir dos anos 1930, e com sua intensificação pós 1950. Esse processo, por sua vez, foi resultado de uma dinâmica entre a geopolítica, a tecnologia e as transformações ambientais em larga escola em nome do desenvolvimento. A autora atentou ainda para os atuais debates a respeito do futuro ambiental e destaca impactos como: interferência no clima e os impactos territoriais originárias das novas tecnologias e de usos energéticos. Ademais, considerou dados técnicos do engenheiro Gerhard Schreiber, primeiro a escrever um livro brasileiro sobre barragens, e concluiu que entre o momento em que um projeto de barragem emerge e o momento em que ele é inaugurado, sempre existirá constantes negociações em diferentes escalas e interesses.

Outra pesquisa importante, mesmo que não se tratando de um empreendimento de hidrelétrica, é quanto à construção do Projecto de Carvão Moatize pela Vale S.A. no noroeste de Moçambique, analisada por Colaço Pedro (2011) em sua dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Trata-se de uma mina de exploração de carvão, pensada a partir dos ideais de modernização, desenvolvimento e crescimento econômico, com um reassentamento forçado de cerca de mil famílias, semelhante aos casos de construção de hidrelétricas. É visto como uma experiência traumática e promovedora de interrupção nos laços socioculturais criados entre a comunidade ao longo do

tempo no território de origem. Ao estudar os impactos sofridos pelos reassentados, verificou-se uma melhoria significativa no nível de educação e na estrutura de saneamento básico para a população atingida, ao passo que, ao fazer menção ao processo de desterritorialização ao qual tais sujeitos foram submetidos e de suas implicações sob essa população, enfatiza ter percebido o que ela denomina de deterioração da identidade. Na visão de Krenak (1999), essa deterioração pode ser entendida como resultado da fissura provocada pela desterritorialização, pois território e identidade possuem relação intima, uma vez que a produção das identidades ocorre no interior daquele.

Nessa perspectiva e a partir de leituras e reflexões que envolvem a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (UHLG), entre as décadas de 1970 e 1980, como a de Cunha (2012) e Galvão (1999), que trabalharam com a noção de um marco histórico de responsabilidade social e reparação dos danos por construções de hidrelétricas no país, em que a CHESF é apontada como inauguradora dessa reparação; Pandolfi (1986), que procurou evidenciar como se deu a organização e atuação dos trabalhadores rurais da região submédio São Francisco através do denominado Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA e suas ramificações, como expressão da emergência da consciência de classe e política; nas reflexões de Silva (2018), que com uma historiografia ancorada sob uma abordagem marxista, uma história social e também vista de baixo, refletiu sobre a construção da UHLG e a necessidade da mobilização dos ribeirinhos na constituição do sindicato; e Lima [2008?], que estudou as transformações nas relações sociais na cidade de Petrolândia, em virtude da modernização e do desenvolvimento trazido com a UHLG, e chega à conclusão de que o reassentamento foi responsável por uma desestruturação da vida cotidiana de outrora envolvendo "[...] o trabalho, os laços sociais de vizinhança, de solidariedade e de amizade, quebrados quando da transferência dessas famílias para o desconhecido" (LIMA, [2008?]), que me propus a mergulhar também sobre essa temática, mas agora com outras lentes de investigação.

Debruçado acerca da elaboração de uma História Social da Cultura (THOMPSON, 1998; SILVA, 2004), tomei como ponto de partida as políticas econômicas de desenvolvimento do Brasil desencadeadas durante o governo Civil-Militar (1964-1985), voltando olhar para a aplicação dessas políticas para a região Nordeste, de modo a compreender o processo de transformação de sociedade impulsionado pela modernização. Mas visto que nenhum fato é isolado (BARROS, 2013), privilegiei ainda aspectos culturais, os tendo como centro para o desenvolvimento da pesquisa. Ou seja, o que pretendi fazer nas linhas que se seguem foi uma História sociocultural, que por sua vez, também flerta com a História Econômica e com a Histórica Política.

Para tanto, avaliando que o fazer historiográfico deve passar obrigatoriamente pela formulação de questionamento que interrogue esse passado, ou melhor, as fontes que dão a possibilidade de interpretá-lo (BARROS; 2015; BLOCH, 2001), lancei a seguinte problemática: de qual/quais maneira/s o reassentamento compulsório dos/as trabalhadores/as rurais do Submédio São Francisco, moradores do outrora povoado Malhada do Sal para a Agrovila 06 do Projeto de Irrigação Jusante[5], Glória - BA, impactou no *modus vivendi* desses sujeitos e quais as implicações desse processo sobre as suas identidades? De forma mais afunilada, privilegiei as práticas culturais de cultivo da terra, as relações estabelecidas com o rio São Francisco, e as manifestações religiosas, além de observar as mudanças nas estruturas do povoado e nas questões de saúde e educação a partir do reassentamento.

Dos recortes necessários ao oficio do historiador (BARROS; 2015; PROST, 2020), adotei como recorte espacial a Agrovila 06 do Projeto de Irrigação Jusante[6] localizada no município de Glória - BA. A delimitação se justificou em primeiro plano pela multiplicidade de realidades e de sujeitos que compõem o Projeto Jusante, pois ele é composto por oito agrovilas, e cada uma delas comporta moradores de uma dada localidade anterior especifica, inclusive as que foram construídas para reunir os sujeitos que já residiam nesse território antes de vir a ser projeto de irrigação. Quanto ao recorte temporal, compreende o período que se estende de 1988 a 2021. A escolha obedeceu a dois fatores: foi no ano de 1988 que os/as trabalhadores/as rurais foram submetidos ao reassentamento compulsório; já no ano de 2021, mais de três décadas de reassentamento, foi quando a CHESF declarou que não mais concluiria o perímetro de irrigação, condicionando os reassentados a aceitaram uma indenização compensatória pelo descumprimento do *Acordo de 1986*.

Adentrando no campo das hipóteses, iniciei a pesquisa acreditando que a construção da UHLG, para além da geração de energia elétrica com todos os seus benefícios, serviu para a introdução de uma modernização conservadora; pensei o processo de reassentamento como um espaço de relações de poder entre trabalhadores rurais, sindicato e Estado na figura da CHESF; e por fim, considerei que os reassentados tiveram suas práticas cotidianas alteradas significativamente ao longo desse período de tempo, mudanças essas que foram suficientes para interferir em suas identidades.

[5] Composto por oito agrovilas: Agrovilas 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09, cada uma foi construída para receber moradores de uma comunidade anterior específica, seja ela advinda da formação do Lago, ou de moradores que viviam onde veio a ser o projeto de irrigação.

[6] Em virtude da sua localização a jusante do Lago formado pela UHLG, é classificado como Projeto de Irrigação Especial, classificação dada pela CHESF.

É importante salientar que as reflexões sobre esse processo não surgiram aleatoriamente. Interligados a subjetividade humana, uma vez que não podemos, ainda que quiséssemos, nos desvencilhar dela (HALL, 2014; WOODWARD; 2014), a primeira motivação, antes mesmo de adentrar ao campo do "ogro da lenda", para evocar a Bloch (2001), é o fato de me encontrar inserido nesse meio social. Enquanto neto e bisneto de reassentados/as, e tendo crescido na Agrovila em questão, experimentei, de algum modo, os anseios, preocupações, saudosismos, e até entusiasmos, manifestados por meio de conversas em encontros familiares e reuniões sindicais acerca da concretização, ou não, do projeto de irrigação.

Dentre as formas de experimento, as histórias contadas pelo meu falecido bisavô, Alberto Antônio do Nascimento, reunindo seus netos e bisnetos em sua casa, sempre me instigaram a compreender como era a vida de outrora desses sujeitos. E o ingresso no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 2016, foi o início de maturação das ideias, e de pensar sobre as possibilidades de análises dentro da ciência histórica, de modo a não apenas reproduzir as memorias oralizadas, mas problematiza-las e construir um texto que pudesse costurar concisamente as memórias sobre esse processo. Oportunidade que tive com o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Com esse arcabouço, partir para uma temática de cunho original, tanto no que se refere ao *locus* da pesquisa, como a chave teórica para esmiuçar o seu objeto. Pois, apesar da existência de muitos trabalhos acadêmicos envolvimento reassentamentos, como já mencionado, há uma escassez por parte da História quando se trata do Submédio São Francisco. Durante o seu desenvolvimento priorizei a interdisciplinaridade dialogando com disciplinas fronteiriças da História, além do confronto das memórias com a finalidade de compreender as motivações e as mazelas por trás dos discursos que se apresentaram ao longo desse tempo, tanto pelo Estado, como pelo próprio sindicato dos trabalhadores. Portanto, considero que a presente pesquisa é de grande contribuição para a produção acadêmica e histórica acerca da temática em questão, e cumpriu a função de tanto responder a problemática lançada as fontes, como suprir - ainda que não por completo - as lacunas existentes sobre processos de reassentamentos e as consequências socioculturais.

No tocando ao aporte teórico-metodológico empregado, cabe em primeiro momento discernir que o termo história é polissêmico, e por isso, pode, deve, e é utilizado em diversos contextos sociais e com significados distintos ao longo do tempo e do espaço. Segundo Fontes (2005), isso ocorre em detrimento do seu uso social, ou seja, da importância que o termo adquiriu ao longo tempo. Mas aqui, no labor historiográfico, apenas duas definições precisam ser

ponderadas. A primeira faz referência aos acontecimentos vivenciados do passado e/ou do presente para referir aos acontecimentos ainda em curso, enquanto a segunda, corresponde a operacionalização de instrumentos para a reflexão e construção de narrativas que versem sobre esses acontecimentos (FONTES; 2005).

Inserido dentro de uma cadeia de relações de poder (PROST, 2020), tanto o tema, como a maneira com que o historiador problematiza e produz o seu discurso, para mencionar Jenkins (2017), não acontece de forma aleatória, já que essa leitura que é feita do tempo (CHARTIER, 2017), de modo algum é neutra. Entre outras bagagens, o produto final do historiador é carregado de escolhas, sejam elas pessoais ou pela conjuntura social, como por exemplo, da escolha do tema frente a instituição de ensino vinculado; os paradigmas teóricos elegidos para interpretação das fontes; a tipologia de trabalho historiográfico; o tempo de produção desse; a escassez ou fartura de fontes; em que nesse último caso, o historiador é condicionado a realizar uma seleção rigorosa; e principalmente por motivações de seu contexto social, econômico, político e cultural. Além do mais, com a chamada Nova História, a História se encontra em migalhas (DOSSE, 1994), e nos dizeres de Barros (2013), Clio despedaçada, gênese de um campo vasto de possiblidades temáticas e de caminhos teóricos-metodológicos.

Posto isso, para compor o quadro teórico e fazer a interpretação das fontes, alguns conceitos foram operacionalizados. A memória, principal ferramenta para compreender a vida cotidiana desses/as trabalhadores/as anterior ao reassentamento e a sua vida na Agrovila, foi analisada a partir dos postulados de Bosi (2003), que entende esse conceito como atravessado pela relação passado e presente. Isso implica dizer que rememorar é ser instigado a produzir representações de um fato do passado pelas lentes do presente.

Um outro aspecto que não pode ser esquecido é quanto à presença de poder nas memórias, porque:

> [...] enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 2013, p. 435).

Nessa perspectiva, atentei para o fato de que memória, esquecimento e silenciamento andam de mãos dadas, e o surgimento de memórias subterrâneas, essas que são contrárias à memória oficial, ou seja, as memórias que são organizadas sistematicamente e postas como verdades absolutas através de sua cristalização, é uma forma de colocar essa última em crise

(POLLAK, 1989). E assim, voltando a atenção para "[...] essas lembranças [que] são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política" (POLLAK, 1989, p. 8), construir uma história vista de baixo (SHARPE, 2011).

A memória é um fenômeno construído e é seletiva, pois, "[...] a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, [e, portanto,] é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização" (POLLAK, 1992, p. 5). É a partir dessa seleção e organização, e também através da relação entre acontecimento, personagens e lugares - de memórias - (POLLAK, 1992), que se constrói identidades. Muito rico para essa análise historiográfica, esse conceito é minado pela subjetividade humana e é construído numa relação relacional entre o "eu" e o "outro", e muitas vezes, mesmo frente a impossibilidade de uma verdade histórica única como fundamento de uma identidade, é sustentado pelos usos políticos do passado como estratégia de construção e afirmação de identidades no presente (WOODWARD, 2014).

Ainda quanto a conceituar identidade, é de fundamental importância pensá-la pelo prisma cultural e assim descontruir a identidade na perspectiva essencialista, essa que se refere ao conjunto de características cristalizadas que não se altera ao longo do tempo, e destacar a existência de múltiplas identidades pela perspectiva não essencialista. Essa última privilegia observar as diferenças, características comuns e compartilhadas no interior do seu grupo e para com outros grupos étnicos, e as mudanças naquilo que se constitui elemento definidor da identidade de seu grupo (WOODWARD, 2014). Deve ser entendida ainda como um processo continuo e sempre incompleto em decorrência da fluidez da própria identidade por causa da subjetividade humana; pela capacidade que os sujeitos possuem de assumir identidades distintas em diferente tempo e espaço na marcação de fronteiras simbólicas (HALL, 2014); e ainda como característica própria da modernidade tardia, na condição fraturada e fragmentada, sempre em constante mudança e transformação, e até mesmo conflitantes (HALL, 2014; HALL, 2019).

Quanto ao conceito de cultura, esse foi entendido como denominou Thompson (1998), de costumes em comum, aspectos da cultura que regem a vida cotidiana dos sujeitos e condicionam as maneiras de atuação em sociedade. Por questão de recorte temático, aqui foram três os costumes analisados, o cultivo da terra, ou seja, a prática agrícola; a relação com o rio São Francisco; e as práticas de culto religioso, de modo a entender como eram praticados, como forjavam suas identidades e quais as transformações sofridas no reassentamento. Ainda em Thompson (1998), operacionalizei os conceitos de negociação e conflito para análise das reivindicações dos trabalhadores frente a construção da UHLG, e suas atuações junto ao sindicato. E os conceitos de classe e consciência de classe de Thompson (2012) para compreensão dessa emergência de classe e consciência de classe frente as imposições estatais.

Outro conceito de fundamental importância que foi operacionalizado diz respeito a modernização conservadora (PIRES; RAMOS, 2009; SOUZA, 2011). Ele paira sobre as atuações políticas dos governos dos militares e compreende políticas endossadas sempre entre o novo e o tradicional. Esse foi caso da construção da UHLG, no qual houve a inserção de novas tecnologias para a produção agrícola, todavia, tendo como base a manutenção do núcleo familiar tradicional. A finalidade dessas políticas foram de aumentar, regularizar e manter o controle do Estado sobre o que deve ou não ser produzido. Também adentrei a noção discursiva de Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011; BERNARDES, 2007); e ao conceito de práticas e representações (CHARTIER, 2002), com a finalidade de analisar como os trabalhadores compreendiam a CHESF, e até mesmo como se representavam frente as turbulências vividas nas décadas de 1970 e 1980.

Da metodologia, afora a revisão bibliográfica necessária para melhor situar no contexto histórico em que o Brasil estava inserido nesse momento, pensando numa história vista de baixo, e no cumprimento do objetivo proposto, fiz uso da História Oral (MEIHY; HOLANDA, 2019; ALBERTI, 2013). Aqui foi entendida e utilizada enquanto metodologia da pesquisa histórica, e teve no seu produto final, ou seja, o documento escrito, depois de passado pelos processos de gravação, transcrição, revisão por parte dos/as entrevistados/as e assinatura do termo de cessão de direitos, a posição de principal fonte no resgate das memórias dos reassentados. E, como na pesquisa história, para a produção da interpretação dos acontecimentos do passado é necessário fazer falar as fontes (BLOCH, 2001), para esse interrogatório foram realizados dos confrontos com fontes documentais (SAMARA, TUPY, 2017; PROST, 2020), fotográficas (LIMA, CARVALHO, 2015; MAUAD, LOPES, 2012), discursos e pronunciamentos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015; BARROS, 2013) e reportagens audiovisuais gravadas durante os acontecimentos que envolveram a construção da UHLG.

Durante essa empreitada, além dos percalços comuns a metodologia da História Oral, a Pandemia da Covid-19 se pós como um grande obstáculo a sua realização. Por isso, as entrevistas foram gravadas em duas etapas, a primeira, em abril de 2020, no início da pandemia, e tinha por finalidade servir de entrevistas experimentais, como de fato foram, no entanto, o contato para uma segunda sessão só foi possível com uma entrevistada. Em decorrência do aumento de casos de infecção e morte pelo vírus da covid-19, o segundo momento de realização das entrevistas só veio a acontecer entre os meses de julho e setembro de 2021, quando os sujeitos que compuseram o quadro de entrevistadas já tinham tomado ao menos a primeira dose da vacina. Mesmo assim as entrevistas foram feitas obedecendo aos protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com o uso de máscara e distanciamento social.

Com relação ao perfil dos/as entrevistados/as, ele se monta da seguinte forma: ao total, foram entrevistadas 15 pessoas, dentre elas, cinco homens e dez mulheres. Ademar Enéas da Conceição e Lindaura Aurelina de São Pedro, casados, ele com 75 anos de idade no momento da entrevista, se declara agricultor, pai e aposentado. Ela de 77 anos, mãe, dona de casa e aposentada; um outro casal entrevistado foram Genésio de Melo e Maria da Conceição Melo, filha do casal anterior, de 51 anos, mãe e dona de casa. E o seu esposo, de 56 anos, pai e agricultor; Maria Antônia de Jesus, 85 anos, mãe, viúva e aposentada; sua filha, Marlúcia Maria do Nascimento, 59 anos, solteira, dona de casa e aposentada; Gildiomar Generoza de melo, 89 anos, viúva, mãe, dona de casa e aposentada; sua filha, Maria Gildomar Nascimento, 68 anos, viúva, mãe, dona de casa e aposentada; Maria Helena de Jesus Nascimento, 69 anos, casada, mãe, sindicalista, aposentada como auxiliar administrativo; Lenice Umbelina de Oliveira, 57 anos, casada, mãe, dona de casa e aposentada; sua irmã, Janilda Umbelina de Jesus, 61 anos, solteira, mãe, dona de casa e aposentada; Jorge de Melo Silva, 64 anos, divorciado, pai, agricultor e líder sindical; seu irmão, Genilson Rufino da Silva, 57 anos, divorciado, pai, agricultor e motorista; Ozeas Arcelino de Souza, 89 anos, casado, pai e aposentado; e Izidória Amélia de Menezes Gomes, 81 anos, viúva e professora aposentada.

Por fim, o texto se encontra organizado obedecendo aos objetivos e hipóteses levantadas. Durante o primeiro capítulo discuti sobre desenvolvimento e modernização conservadora na região Submédio São Francisco, uma discussão que vai desde a criação da CHESF, passa pelas políticas e estratégias econômicas idealizadas pelo economista Celso Furtado, até os impactos desse modelo de modernização para a região; no segundo capítulo, por meio de discursos e de instrumentos de memórias, comparei as tentativas de enquadramento das memórias do reassentamento pelo Estado, sindicato e pela classe trabalhadora durante o curso dos acontecimentos; e por último, analisei as transformações nos *modus vivendi* dos/as reassentados/as, fazendo uma comparação entre a vida na Malhada do Sal e vida no reassentamento, de modo a apontar mudanças nas práticas culturais e nas suas identidades.

1. DESENVOLVIMENTISMO E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: O SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO COMO PALCO DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

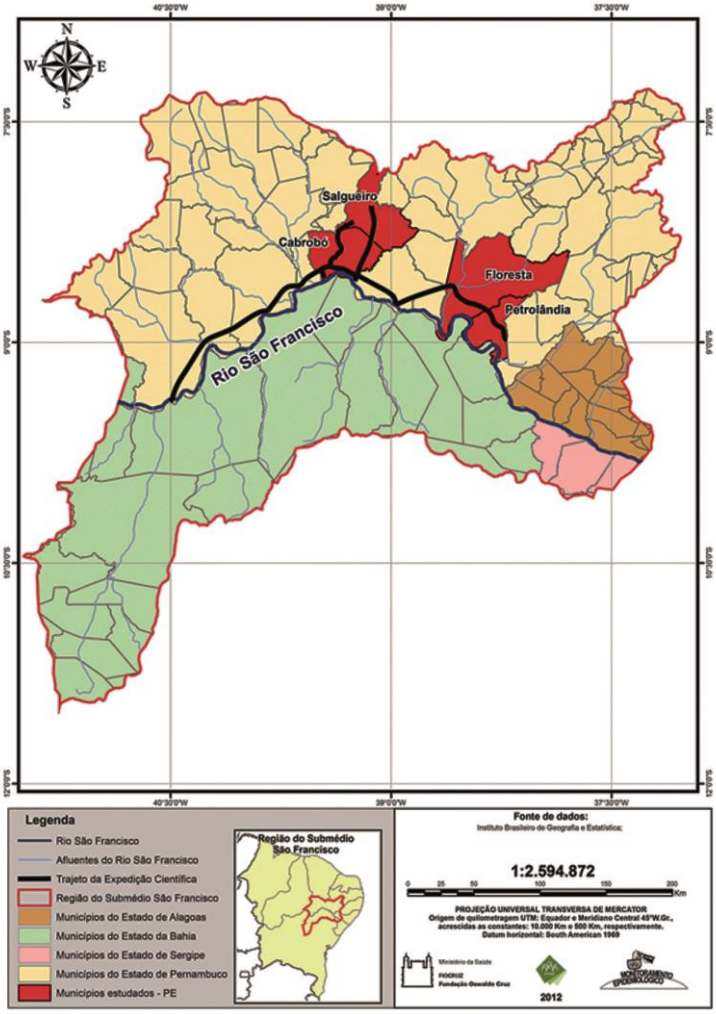
O rio São Francisco, historicamente avaliado pelo seu caráter de integração nacional, é visto como importante desde o período colonial, tanto pelo seu potencial de navegação, como pela fertilização de solos, favorecendo as lavouras de cana de açúcar e agricultura de subsistência, e assim pode ser considerado o grande responsável pelo povoamento do interior do Brasil (FILHO, 2015). Devido a extensão, sua bacia é dividida em quadro regiões fisiográficas, alto, médio, submédio e baixo São Francisco.

Figura 01: Comitês de bacias implantados no São Francisco e suas novas divisões fisiográficas

Fonte: (CBHSF, 2016, apud. SOUZA JÚNIOR, et al., 2017, p. 2063).

Dentre elas, quanto ao *locus* do objeto da pesquisa, me aprofundei sobre aos aspectos relacionados ao Submédio São Francisco, região localizada entre os estados de Pernambuco e Bahia. Ela abrange pequenas áreas de Alagoas e Sergipe, com 58% de sua área situada no polígono das secas (CODEVASF, 1996). De vegetação predominantemente caatinga, com relevo plano e ondulado, clima semiárido, localização geográfica intertropical e com períodos longos de seca, variando entre 6 e 8 meses, condicionando os tipos de solo, tornou-se palco de grandes empreendimentos modernizantes e industriais nos setores de produção e distribuição de energia elétrica e da agricultura irrigada por meio das técnicas de micro aspersão e gotejamento.

Figura 02: Mapa da Região Fisiográfica do Submédio São Francisco



Fonte: (TOLEDO e SOUZA, 2015

Um desses investimentos foi a construção da UHLG entre as décadas de 1970 e 1980, gênese de inúmeras mudanças entre a população local, tanto em volta da eletricidade, como em torno da implantação de projetos de irrigação.

Figura 03: Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga

Fonte: (CHESF).

Partir do pressuposto de que esses investimentos por parte do Estado possuíam um fim em específico, e durante esse capítulo discuti os conceitos de desenvolvimentismo e de modernização conservadora, como epicentros da constituição de políticas socioeconômicas para a transformação do Nordeste. Para melhor compreensão do contexto histórico, fiz um recuo até os anos 1930, passo pelo período do Estado Novo (1930-1945), pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com sua política desenvolvimentista, até chegar aos governos dos militares com a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) dando início às obras da UHLG e seu impactos sobre os/as trabalhadores/as rurais do submédio São Francisco.

1.1 A CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO: ELETRICIDADE E IRRIGAÇÃO NO SUBMÉDIO

A constituição da CHESF é enfatizada por Camelo Filho (2005, p. 83) como a "primeira medida concreta para o desenvolvimento do vale" do São Francisco, e deu-se durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945). Foi um empreendimento de grande porte, cujo objetivo consistia-se em proporcionar desenvolvimento e modernização na região Nordeste através da produção de energia elétrica e de seus derivados. Sua criação se deu posterior aos investimentos do empresário sertanejo Delmiro Gouveia[7] em Alagoas, investimentos que não só germinaram

[7] Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, ou simplesmente Delmiro Gouveia, aquele que nos primeiros anos do século XX, não só pensava, como numa escala mínima, aproveitou o recurso hídrico do Rio São Francisco para produzir energia hidráulica. Coronel, empresário, urbanista e industrial sertanejo, Delmiro Gouveia, nascido no estado do Ceara, terminou sua vida nas Alagoas, mais precisamente na Vila da Pedra, até então município de Água Branca, e atualmente, em sua homenagem, após sua emancipação, passou a carregar o seu nome. Segundo Nascimento (2018), depois de muito investir no Recife e construir inimigos políticos, o industrial foi obrigado a se dirigir para o Sertão sob a proteção das famílias Torres e Luna, descendente de baronato do período imperial. É nesse contexto, que ele

impactos sobre o território alagoana, pois como pioneiro no uso do Rio São Francisco na produção de energia elétrica com a construção da Usina Angiquinho, ao aproveitar do potencial hídrico das cachoeiras de Paulo Afonso e garantir o funcionamento dos maquinários de sua fábrica de linhas, o abastecimento de água encanada para a Vila da Pedra - atual município de Delmiro Gouveia -, e o fornecimento da energia elétrica na vila operária, faz brotar um novo olhar do Estado para com as cachoeiras e a região (SILVA e LIMA, 2013), fazendo com que se pensasse na possibilidade de produção de energia hidráulica pelo próprio Estado.

Nesse processo, os engenheiros Apolônio Jorge de Faria Sales e Octávio Marcondes Ferraz foram fundamentais. Esse último, engenheiro eletricista pelo Instituto Eletrotécnico da Universidade de Grenoble, na França, teve sua carreira alavancada com o nascimento da CHESF. Depois de suas passagens como assistente no Instituto Eletrotécnico da Universidade de Grenoble, onde se formou, do cargo de engenheiro eletricista na Compagnie Générale Électrique, de professor no Instituto Eletrotécnico de Itajubá, em Minas Gerais, de engenheiro da Central Elétrica de Rio Claro, diretor do setor de engenharia do consórcio Longovica, de encarregado e diretor da construção de linhas de transmissão e subestações da companhia no Vale do Paraíba paulista pela São Paulo Light, e da criação do Escritório OMF[8], foi na condição de diretor técnico da CHESF, que acabou adquirindo "renome nacional como responsável pela elaboração do projeto básico e pela condução das obras da usina hidrelétrica de Paulo Afonso I[9]". Após sua inauguração, em 1955, foi rotulada como maior empreendimento de engenharia brasileira.

Com relação a Apolônio Sales, engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de São Bento - PE, atuou como professor nas disciplinas de Economia Rural e Agricultura Especial. Na mesma escola, além de assumir interinamente as cadeiras de Agricultura Geral, Hidráulica Agrícola, Topografia, Agrologia, Meteorologia e Direito Rural, também foi auxiliar do Serviço Estadual do Mosaico, no serviço de Cana-de-Açúcar e Defesa Agrícola, foi chefe do Serviço Estadual da Cana, em Pernambuco, seu estado de origem, e depois, com a criação da Secretaria da Agricultura do estado em 1935, passou a exercer o cargo de assistente do Serviço de Experimentação Agrícola, onde, enquanto estudioso dos processos e métodos de irrigação,

---

recupera seu posto de maior exportador de peles de animais dessa região, constrói uma fábrica de linhas, uma vila operária com uma educação projetada por ele e acaba despertando o interesse do Estado pelo potencial hídrico das cachoeiras de Paula Afonso - BA.

[8] Primeira firma especializada do país na área de projetos, consultoria, planejamento e perícias sobre energia elétrica e tecnologias conexas.

[9] MEMORIAL DA ELETRICIDADE. Personalidades do setor: Octávio Marcondes Ferraz. Disponível em: https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/2124/octavio-marcondes-ferraz. Acesso aos: 11 de maio de 2021.

introduziu modernos projetos nesse setor. Secretário da Agricultura de Pernambuco, foi nomeado por Getúlio Vargas para o cargo de Ministro da Agricultura.[10]

Justamente nesse período, com a sua formação e vasta experiência na área, que Apolônio Sales resolve fazer campanha para o aproveitamento hídrico das cachoeiras de Paulo Afonso, até então município Glória, localizado no norte da Bahia, com limites geográficos entre os estados de Alagoas e Pernambuco. Em documento oficial, pelo menos duas foram as motivações e justificativas apresentadas ao presidente da República para a criação dessa Companhia. A primeira diz respeito a desigualdade da indústria da energia elétrica no Brasil, argumentando que:

> A prova disso foi a concentração do parque gerador no Sudeste, em especial no eixo Rio-São Paulo, palco de atuação do grupo Brazilian Traction, Ligth and Power, de origem canadense, conhecido como Ligth. Responsável pelo suprimento de eletricidade à área mais urbanizada e industrializada do país, a Ligth implantou sistemas elétricos de grande porte para padrões da época. Em 1940, suas usinas somavam 595 MW de potência instalada, correspondente a mais da metade do total nacional (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 2018, p. 27).

Na região Nordeste do Brasil, com usinas que em sua maioria eram termelétricas, o cenário era outro:

> [...] apenas as capitais e alguns centros urbanos vizinhos dispunham de serviços de energia elétrica minimamente estruturados. Entre as empresas de eletricidades atuantes na região, a mais importante era a [...] Amforp, pertencente à multinacional norte-americana Electric Bond & Share Corporation (Ebasco). O grupo Amforp detinha a concessão dos serviços de energia elétrica em Salvador, Maceió, Recife e Natal, em capitais de outras regiões, como Belo Horizonte, Vitória, Curitiba e Porto Alegre, e também em diversas cidades do interior paulista. [...] Salvador era a única capital que contava com suprimento de energia hidrelétrica, produzida pela Usina de Bananeiras, no rio Paraguaçu, com 9 MW de potência. A maioria das cidades do interior dispunha, quando muito, de pequenos grupos geradores pertencentes a prefeituras ou particulares, cujos serviços se restringiam praticamente à iluminação, operando apenas no período noturno (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 2018, p. 27-28).

Partindo dessa observação, não fica difícil pensar em um Nordeste pobre e necessitado de uma atuação interventora, ou melhor, um Nordeste discursivamente construído como inferior e consequentemente não atraente para investimento industriais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Como uma forma de driblar essa desigualdade econômica e industrial, as cacheiras de Paulo Afonso com suas quedas d'água foram vistas como potencialmente boas para a geração de

[10] MEMORIAL DA ELETRICIDADE. Personalidades do setor: Apolônio Jorge de Faria Sales. Disponível em: https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/9300/apolonio-jorge-de-faria-sales. Acesso aos: 11 de maio de 2021.

energia elétrica para o Nordeste, resolvendo não só o problema da desigualdade de produção e distribuição de energia elétrica, como também, a desigualdade quanto ao desenvolvimento e modernização, o segundo motivo pelo qual o projeto foi arquitetado. Para esse fim, Apolônio Sales pensou ser, antes de tudo, primordial a constituição de uma Companhia própria, uma estatal responsável pela construção de usinas e estações de produção e distribuição de energia hidrelétrica.

Apresentado em 1944 ao presidente Getúlio Vargas, o anteprojeto para a criação da CHESF expunha como justificativas, tanto a necessidade de conter o desequilíbrio entre Nordeste e Sudeste, como ter no "[...] aproveitamento do potencial de Paulo Afonso como obra-chave para a superação do *déficit* energético do Nordeste" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 2018, p. 29). Aprovada no mesmo ano pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), o anteprojeto da CHESF previa sua organização com:

> [...] capital de Cr$ 400 milhões, subscritos em sua maioria pelo governo federal, e a instalação de 112 MW como metal inicial da empresa, tal como indicado em estudo dos engenheiros José Leite Correa Leal e Leopoldo Schimmeipfeng. O esquema de aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso proposto pelos engenheiros previa uma barragem de pequena altura no braço principal do rio São Francisco, a retificação do braço da Velha Eugênia, a construção de túneis para adução da água até as turbinas e a instalação da casa de máquinas na margem direita do cânion, a jusante da Furna dos Morcegos (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 2018, p. 30).

Depois de muitas críticas quanto a sua constituição, a consolidação se deu 1945 através de dois decretos, a saber, o "Decreto-Lei nº 8.031, que autorizou a organização da Chesf pelo Ministério da Agricultura, e pelo Decreto-Lei n° 8.032, que abriu ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 200 milhões para subscrição de ações ordinárias da Companhia" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 2018, p. 33). Tornando-se possível o que foi chamado romanticamente por Silva e Lima (2013), de o grande sonho de Delmiro Gouveia.

Com uma área de atuação 450 quilômetros de raio em torno de Paulo Afonso, e com o eminente sucesso obtido com a construção das Usinas Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolônio Sales - até então Usina Moxotó - mas ainda com a necessidade aumentar o seu potencial, em 1979 se deu também a construção da Usina Itaparica (atual Luiz Gonzaga), que fora cogitada por Apolônio Sales ao observar o "abastecimento do Núcleo Colonial Agro-industrial do São Francisco, em Petrolândia (PE) como palco de construção [cogitando assim essa região como campo da] construção de uma grande usina" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 2018, p. 28). Além dessa, várias outras usinas foram criadas pela estatal e

formando um vasto polo de geração e distribuição de energia elétrica, como mostra a tabela a seguir:

Sistema de Geração de Energia da Chesf

Usina	Unidades	Potência Total Instalada (MW)
Boa Esperança	4	237,3
Curemas	2	3,52
Funil	3	30,0
Luiz Gonzaga	6	1.479,6
Apolônio Sales	4	400,0
Paulo Afonso I	3	180,001
Paulo Afonso II	6	443,0
Paulo Afonso III	4	794,2
Paulo Afonso IV	6	2.462,4
Pedra	1	20,0
Sobradinho	6	1.050,3
Xingó	6	3.162,0
UEE Casa Nova II	14	32,90
UEE Casa Nova III	12	28,20

Quadro 01: Sistema de Geração de Energia da Chesf**.** Fonte: (CHESF).

Enquanto projeto de Estado, a ideia de desenvolvimento por intermédio da industrialização conduziu para a ampliação de usinas e para o entendimento dessa região como "agente concentrador de indústrias e, para tanto, ponto focal na criação de oportunidades econômicas para absorver o excedente de mão-de-obra, bem como a formação de núcleos urbanos próximos a essas indústrias e um mercado interno mais fortalecido (LANER e FARIA, 2019, p. 196). Consequentemente, uma área que precisa ser mantida sobre a tutela do Estado.

A construção da UHLG se justificou, numa versão do Estado, "[...] para o Nordeste ter mais energia. [e assim] [...] crescer, [e] se desenvolver" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCOSCO, [1987/8]). No entanto, como veremos mais a frente, no discurso é mais bonito do que na prática.

Inaugurada em 1988, a UHLG possui uma:

> Área inundada: 615 km²; Volume total: 10,8 .109 m3; Volume útil: 3,7 . 10^9 $m^{3;}$ Turbinas tipo : Francis; Fabricantes das turbinas: Voith e Gie/Coemsa;m Fabricantes dos geradores: Siemens e Ansaldo; Número de unidades: 6 (3 + 3); Capacidade nominal: 250 MW/unidade; Queda líquida: 46,3 a 50,8 m; Engolimento nominal: 457,3m³/s (RIBAS e MUSSOI, 1999, p. 02).

Para além desses dados puramente técnicos, quando analisados através de uma perspectiva sociocultural, revela-se bem mais do que a capacidade de produção e distribuição de

energia, pois mostra o quanto esse projeto impactou a região Nordeste, tanto no tocante ao meio ambiente, como na vida humana, seja ela urbana ou rural, sendo a última o foco dessa pesquisa.

Como consequências inevitáveis numa construção desse porte, no que diz respeito ao meio ambiente, estão, sem dúvida as:

> [...] perturbações no comportamento natural dos rios represados, produzindo modificações hidrológicas, geológicas, climáticas e alterando as condições físico-químicas da água. Obviamente, as repercussões na flora, na fauna e na população que habita as cercanias do lago são imediatas (PIMENTEL FILHO, 1988, p. 95).

Sobre a vida humana, uma vez que a sua construção suscitou a necessidade de dois tipos de reassentamentos, o urbano e o rural, esse último arquitetado pelo Estado como centro de produção agrícola irrigada, atingiu:

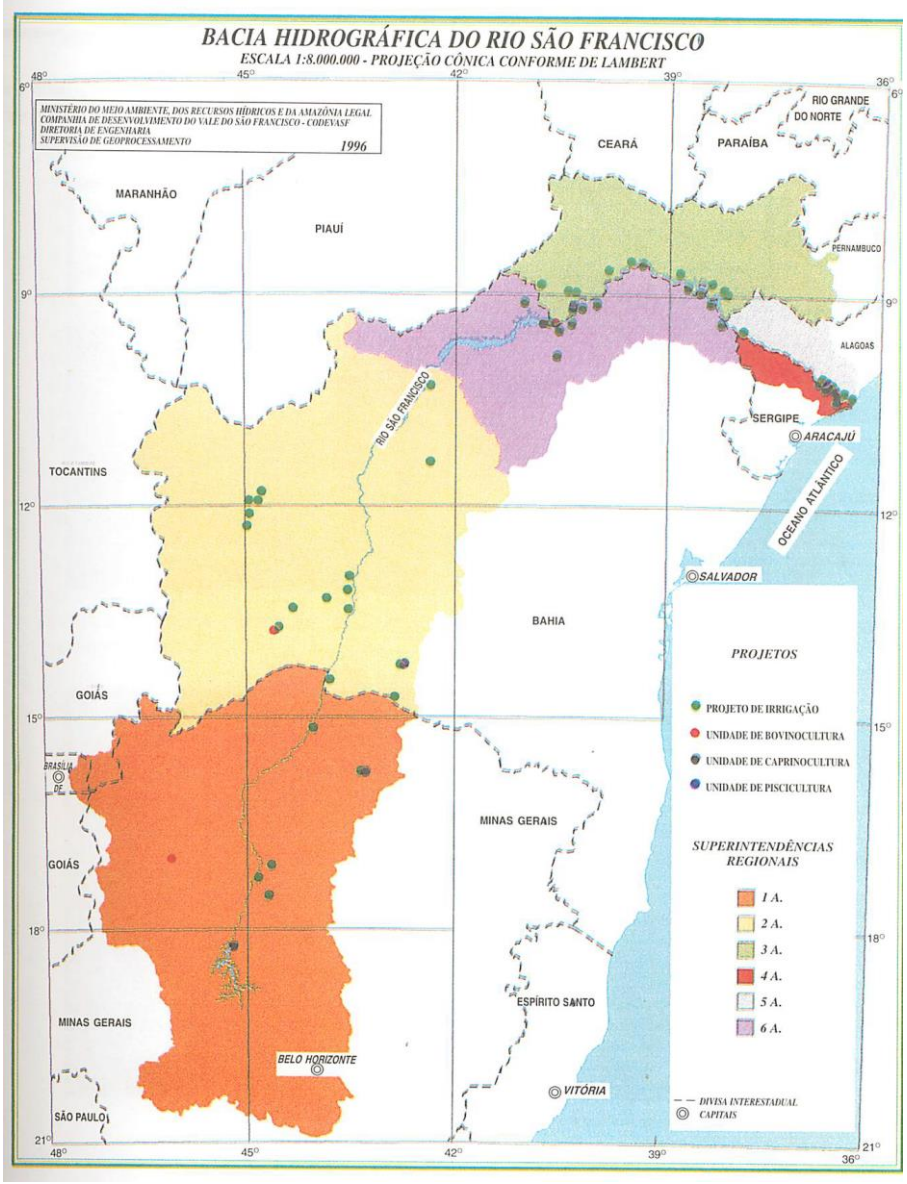
> "4,6 mil famílias da área urbana e 5,9 mil da área rural, localizados entre os municípios de Glória, Rodelas e Chorrochó no estado da Bahia, e Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco no estado de Pernambuco, além de duzentas e onze famílias indígenas da etnia Tuxá no município de Rodelas" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

O Estado foi obrigado a construir novas moradias e espaços de trabalho. Seguindo a lógica da modernização conservadora da agricultura, abordada com maior propriedade mais à frente, essas moradias foram elaboradas em forma de agrovilas no interior de projetos de irrigação, distribuídos da seguinte forma:

> Apolônio Sales, em Petrolândia – PE, com - 100 lotes - para o pessoal do Barreiras. Brígida, em Orocó, PE - com 429 lotes - para o pessoal de Itacuruba. Caraíbas, em Santa Maria da Boa Vista, PE - com 1.603 lotes - para o pessoal de Itacuruba, Floresta e Belém. Jusante, em Glória, Ba - com 612 lotes para o pessoal de Glória e Rodelas. Pedra Branca, em Curaçá, BA - com 763 lotes para o pessoal de Rodelas e Chorrochó (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

Para melhor visualização, mesmo destacando outros projetos executados e coordenados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF), e outras tipologias (unidade de bovinocultura, caprinocultura e piscicultura), que não serão priorizados nessa análise, o mapa a seguir dá um bom panorama da área em questão.

Figura 04: Mapa dos Projetos de Irrigação e das Superintendências regionais.



Fonte: (CODEVASF, 1996).

Logo, o Estado se faz presente pelo percurso de todo o rio, através da elaboração e execução de políticas estratégicas objetivando o desenvolvimento socioeconômico dessa região, promovendo o nascimento de um polo agroindustrial, como os perímetros irrigados de Juazeiro - BA e Petrolina - PE, e os projetos formados por consequência da UHLG, uma espécie de continuidade desse avanço na produção frutífera da região. Todavia, as fontes apontam para uma falta de planejamento, tanto de estruturas como de recursos financeiros. Por isso é preciso entender o porquê da necessidade dessa urgente modernização que transitou entre a produção discursiva, produzindo imagens estereotipadas acerca da região Nordeste, e os fatos.

1.2 DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA AOS FATOS: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIECONÔMICO DO NORDESTE

As divisões fisiografias, assim como tudo que fazemos para nossa vivência, são fruto da invenção do homem em sociedade. No caso das divisões regionais, para além de respeitar e levar em consideração as características geográficas e socioculturais como critério base, é em seu processo divisório, permeado por interesses acadêmicos, como também, por necessidade de planejamento e de administração de território em que se pode dominar e comandar (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

A questão regionalista e as preocupações quanto a construção e delimitação de regiões datam de meados do século XIX, quando o Brasil ainda era Império (VIEIRA, 2004). Mas foi com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em meados da década de 1930, no Brasil República, que a questão ganhou fôlego. Instituído posteriormente ao Conselho Nacional de Estatística (CNE) e ao Conselho Nacional de Geografia (CNG), responsáveis justamente pela elaboração do IBGE, pensado com a finalidade de estruturar nacionalmente uma rede de "conceitos, métodos e critérios científicos necessários ao conhecimento aprofundado da sociedade e do território brasileiros (sic)" (IBGE, 2017), que em 1942, durante o Estado Novo, com uma nova política nacionalista, na qual buscou valorizar as diferenças geoeconômicas e socioculturais e integrá-las num contexto nacional, foi criada a primeira Divisão Regional do Brasil, dividindo o território nacional em cinco regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Nesse contexto, se a região possui um marco de origem, exceto os limites geográficos que a determina, é imprescindível pensar as questões relacionadas a sua formação histórico-social. Ao reconhecer que a região Nordeste é socialmente construída, Bernardes (2007), é enfático ao dizer que existem vários Nordestes, e que eles são pintados principalmente pela mídia e pelas produções artísticas e culturais ao longo do tempo. Ou seja, existe a dualidade entre o Nordeste socialmente construído pela mídia, poder público e intelectuais, e existem os vários nordestes experimentados por nordestinos em diferentes espaços e tempos.

Durante essa construção discursiva - que ainda é atual e paira sobre o imaginário de muita gente sem informações reais - algumas imagens foram propositalmente cristalizadas no imaginário do Sul e Sudeste a respeito do Nordeste e dos nordestinos. Geograficamente, Bernardes (2017) destaca dois extremos, a região litorânea com belas praias e seus coqueirais, e entre o agreste e o sertão, a seca com sua vegetação típica e a imagem do vaqueiro e seus trajes de couro de animais; no âmbito da cultura, apresenta as manifestações culturais como principal

elemento turístico da região. No quesito social, com imagens do coronelismo e do cangaceirismo, mostra como essas imagens faz com que a região fosse representada como arcaica. Por fim, referente a questões econômicas, mesclando entre o tradicional Nordeste agropastoril e o "novo" Nordeste, destaca um paralelo envolvendo o antes e o depois da atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com a implantação de polos agrícolas na região.

Avaliando que a construção de ideia de Nordeste foi criada no interior das relações de poder (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011), esses e outros estereótipos[11], bem mais que aspectos da formação das identidades dos nordestinos e nordestinas (BERNARDES, 2007), quando analisados sobre um olhar aprofundado são percebidos como imagens estratégicas na sua construção regional, de modo a cumprir com o objetivo de deixar a região de escanteio em relação ao Centro-Sul do país, sem a execução de políticas concretas que levem em consideração as suas especificidades. Por outro lado, o Centro-Sul sempre recebeu o apoio necessário para sua industrialização, mesmo sem o planejamento devido quanto o surgimento da marginalidade urbana (FURTANDO, 1981). Além do mais, essa relação se apresenta como um projeto para que "[...] a industrialização nordestina seja, no essencial, uma prolongação do desenvolvimento industrial do Centro-Sul, e só secundariamente uma resposta aos requerimentos da população local" (FURTADO, 1981, p. 14).

Essa dada realidade, em conformidade Albuquerque Júnior (2011), pode ser compreendida como fruto da produção discursiva acerca dessa região. Pois, sendo os discursos que conduzem as pessoas a enxergarem uma dada realidade segundo um dado direcionamento, a sua materialização é originária dessas práticas discursivas. Em síntese, nessa perspectiva, o Nordeste foi primeiro construído no papel, e sua visibilidade e dizibilidade, respectivamente modos de ver e dizer, caminharam para efetivação de políticas que contribuam para tornar, em parte, os discursos em "fatos". Por sua vez, esses discursos não são puramente vazios, uma vez que são atravessados pelas teorias deterministas, seja o determinismo regional ou biológico, concluindo que as diferenças era as regiões e os sujeitos moradores delas são reflexos imediato da natureza, do meio e das raças, argumentos utilizados para separar as regiões Norte e Sul. Assim, a concentração administrativa e industrial no Centro-Sul, fez com que Norte e Sul se tornassem espaços desconhecidos entre si, mundos diferentes que se olhavam com estranhamento. Aquele conhecia esse por meio dos seus representantes políticos, enquanto esse

[11] Apresentado por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em *A invenção do Nordeste e outras artes* como um discurso assertivo e repetitivo, como uma fala arrogante e com uma linguagem que leva à estabilidade crítica, como fruto de uma voz segura e autossuficiente que arroga o direito de dizer o que o outro é em outras palavras.

julgava o Norte pelo que a imprensa dizia e pelos discursos dos representantes nortistas no Parlamento (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Voltando para as questões políticas e econômicas, foi a partir da década de 1930, com Getúlio Vargas na presidência, logo depois de inaugurar o Estado Novo (1937-1945), que o país iniciou um processo de modernização de sua economia aos moldes do capital internacional. Começou pelo governo Vargas (1930 - 1945/1951 - 1954), passou por Gaspar Dutra (1946 - 1951), e chegou a Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), sendo esse último o maior responsável pela aceleração do desenvolvimentismo. Dentro dessa engrenagem, e aferindo como uma política econômica positiva, apesar de geração de dependência das grandes potências desse período, em destaque para os Estados Unidos, Santos ([2014?]), afirma que Kubitschek foi o grande responsável pela modernização da economia nacional e da indústria brasileira através da ampliação do parque industrial brasileiro, gerando mais empregos para a população urbana, aumentando o consumo por parte da classe média e reduzindo a necessidade de importações.

Não obstante, dando continuidade a uma tradição historicamente construída, apesar de inaugurar no Brasil um período desenvolvimentismo, inicialmente a região Nordeste não foi inserida no Plano de Metas do governo Kubitschek, fazendo com que o Centro-Sul continuasse se beneficiando da industrialização. Inserindo-a somente mais tarde, porém, impulsionado por questões políticas e ideológicas (SANTOS, [2014?]), teve como centro o "fantasma do comunismo", presente na constituição e atuação das Ligas Camponesas[12], e como sempre, de todos aqueles que defendiam a reforma agrária (VIEIRA, 2004).

Com a função delegada ao economista Celso Furtado, é a partir da sua atuação que o modo como o Estado era enxergado sofreu modificações. Passou de autoritário a centros de ideias modernizantes e progressistas. Além do mais, Furtado partiu do pressuposto de que os problemas

[12] Parte importante da história agrária do Brasil República, as Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais iniciadas no Estado de Pernambuco e depois aderidas por outros estados, como Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás. Conforme Montenegro (2008), a primeira Liga Camponesa foi criada pelo Partido Comunista na década de 1940, mesmo frete as limitações da formação e atuação sindical por parte de trabalhadores rural em decorrência do chamando bloco agrário que barravam as cartas sindicalistas. No entanto, foi a partir da criação de uma Associação de ajuda mútua pelos foreiros do engenho Galileia em Vitória de Santa Antão - PE, constituindo advogado para os representar e escola para acesso à educação, evidenciando assim um rompimento com a relação paternalista cultivada pelos senhores de terra com o intuito de manter os trabalhadores sob controle, ou seja, uma resistência às práticas de exploração dominantes, que o movimento começou a ganhar novos rumos. Isso aconteceu em decorrência do estratégico convite dos trabalhadores ao Sr. Oscar Beltrão, dono do engenho, para ser Presidente Honorário da Associação. A sua recusa foi seguida de alertas aos demais proprietários de uma amaça comunista e de uma ordem de dissolvição da Associação, o que desencadeou uma luta de resistência. A adesão a causa por parte do advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião, foi primordial para uma repercussão nacional e aumento das forças do movimento. Essa repercussão por sua vez, ancorado no "fantasma do comunismo" alerta a Igreja para a missão de impedir o avanço do comunismo prioritariamente na região Nordeste. "Isto porque, o discurso das Ligas não apontava a religião como apoio do povo, mas apropriava-se da simbologia cristã e produzia um discurso criticando proprietários e padres" (MONTENEGRO, 2008. p. 25).

deveriam ser resolvidos regionalmente e defendia a obrigação de pensar as peculiaridades de cada região para depois promover o desenvolvimento e a modernização como princípio de um processo bem sucedido (SANTOS, [2014?]).

Com políticas econômicas oriundas de uma sociologia culturalista, e não mais pautadas em teorias deterministas:

> A região começava a ser tratada como um espaço homogeneizado de atraso econômico e de anacronismo político-social, em nítido contraste com a modernidade capitalista do Centro-Sul. Nos termos consagrados pelas teses cepalinas, nos 'dois Brasis', o pólo atrasado a pedir reformas urgentes era sempre o Nordeste. A região passou a ser vista como o grande problema nacional: um dos graves obstáculos à plena construção de um 'Brasil moderno', entendendo-se como tal o país desenvolvido e industrializado (VIEIRA, 2014, p. 56).

Sob influência dos postulados da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)[13], que Furtado traça a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil, mas agora em seu interior. Demonstra que o subdesenvolvimento é fruto das relações entre Centro-Periferia. O centro o que produz, ou melhor capitaliza, o seja, o *locus* da industrialização, já a periferia é responsável tanto pelo consumo como pela mão de obra (PELLEGRINO, 2013). Essa relação é evidente para Furtado entre Sudeste e Nordeste, principalmente em São Paulo, polo da industrialização (SANTOS, [2014?]; VIEIRA, 2004).

Á vista disso, com São Paulo ocupando a posição de centro industrial do Brasil, enquanto, historicamente o Nordeste apresentava baixo crescimento econômico e de acumulação, contribuiu para o crescimento da exclusão social e da pobreza, e resultou então, na emergência de uma relação de dependência cultural entre as regiões. E essa dependência deve ser compreendida no sentido capitalista da palavra, em que o Sudeste produz, utilizando a mão de obra nordestina, inclusive contando com um exército industrial de reserva (VIEIRA, 2014). Os tem também como consumidores desta mesma produção, uma vez na periferia não há concentração de indústrias. Em outras palavras o Nordeste foi utilizado como instrumento para impulsionar a industrialização do Centro-Sul (LANER e FARIA, 2019).

Na visão Furtado (1981), essa política econômica contribui senão para o desequilíbrio da economia brasileira, para o seu não desenvolvimento. Porquanto, em sua análise, uma vez que a

[13] A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi a reunião e elaboração de teses por economistas e demais cientistas socias no final da década de 1940 em Santiago, Chile, com o então objetivo de promover o desenvolvimento latino-americano. Segundo a concepção cepalina, como ficaram conhecidas as teses, "a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano" (COLISTETE, 2001, p. 21). No Brasil a teoria cepalina foi grande influente nas políticas econômicas, e ganha voz principalmente através de Celso Furtado. Essas influencias teve o favorecimento atrelado a atração das ideias desenvolvimentistas por parte das elites econômicas, bem como, pela sua ambiguidade e flexibilidade, incorporando novos e temas e questões que foram surgindo (COLISTETE, 2021).

região Nordeste é parte integrante do Brasil, deveria ser não somente notada, como também, e principalmente, fazer parte de uma política desenvolvimentista, de modo a sair dessa relação centro-periferia, e só assim, elevar o país ao patamar de desenvolvido.

Com iminente desequilíbrio das forças econômicas e industriais, para Celso Furtado:

> O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. Aí se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento. Se não existe política adequada para o Nordeste, pode-se dar por certo que os problemas maiores do País (sic) se estão agravando, que nos iludimos com miragens quando pensamos legar aos nossos filhos uma sociedade mais justa e um país menos dependente (FURTADO, 1981, 13).

De tal modo, com a necessidade de equilíbrio das forças, uma vez que via essa relação centro-periferia entre o Sudeste e Nordeste com uma grande rachadura que impedia o desenvolvimento do país, não só pensava ser indispensável, como elaborou medidas alternativas para essa transformação, tais como: deixar de pensar o Nordeste separadamente e tê-lo como realmente o é, parte constituinte do Brasil; acabar com a dependência comércio-industrial entre a referida região com o Centro-Sul; e proporcionar a geração de empregos, de maneira a reduzir o fluxo migratório dos nordestinos para os grandes centros urbanos do Centro-Sul, que por sua vez, era causador de dois grandes problemas, freio do progresso social e do aumento da marginalização urbana (FURTADO, 1981).

O capital existente no Nordeste, principalmente nas regiões do semiárido, onde os períodos de seca eram longos, se concentravam nas mãos de oligarquias rurais. Estas, para manter os trabalhadores rurais condicionados a essa situação, aproveitavam-se dos longos períodos de estiagem para utilizar da técnica do trabalho de meeiro e para a oferta de empregos com salários baixos e com condições precárias contribuindo para o aumento das desigualdades sociais e da miséria[14], impossibilitando a industrialização na região (LANER e FARIA, 2019).

Na prática, para que a industrialização do Nordeste deixasse de ser uma mera extensão da industrialização do Centro-Sul, e passasse a ser uma industrialização concreta e regional, Furtado (1981), defendeu a transferência maciça de recursos para a região pelo menos por uma década; a modificação das estruturas socioeconômicas com o intuito de melhorar as condições de vida da população urbana e rural; e o potencial aumento em atividades industriais no Nordeste, ponderando as especificidades sociais e ecológicas, argumentando que:

[14] Conforme (LANER e FARIA, 2019, p. 193), "Essa seria a situação que levaria os trabalhadores rurais a se organizarem para reivindicar melhores condições econômicas e sociais, o que resultou no surgimento das Ligas Camponesas que contribuiu a inflamar as tensões sociais".

> [...] se continuamos a negligenciar o fundamental, dificilmente poderá o Brasil superar o subdesenvolvimento [,] vale dizer, assumir formas superiores de organização social em que o conjunto da coletividade se beneficie dos frutos do próprio trabalho. Os problemas mais difíceis que nos afligem na fase atual, quando completamos um século de esforços pelos caminhos da industrialização, refletem de uma ou de outra forma essa rachadura criada pelas dessimetrias entre as duas regiões que são as matrizes de nossa nacionalidade (FURTADO, 1981, p. 13).

Nessa direção, em dezembro de 1959, através da chamada Operação Nordeste (ON)[15] e do Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO)[16], que a Sudene foi criada. Marcando o início do desenvolvimento econômico e social do Nordeste, Santos ([2014?]), identifica quatro motivações que conduziram a sua criação. A primeira foi a liderança de Celso Furtado frente ao projeto desenvolvimentista; a segunda foi a união política dos estados do Nordeste na busca por autonomia administrativa; a terceira, alimentada pelo medo do comunismo pelas elites do pais[17], trata-se da conjuntura política e socioeconômica do Brasil; e por fim, teve o papel da imprensa denunciando as secas do Nordeste, que não somente manchou a imagem do país no exterior, como denunciou o desvio de verbas pela chamada indústria da seca. Acuado por questões políticas e ideológicas, o então presidente Juscelino Kubitschek não teve como negar uma intervenção federal na região, que além de tudo, visava o fortalecimento do poder federal, o controle das manifestações das Ligas Camponesas e ocultamente, a "propagação da hegemonia da burguesia industrial do Centro-Sul" (LANER e FARIA, 2019, p. 202).

Ao culpar a política de industrialização dos anos 1930 pelas disparidades regionais, e por comprometer a unidade regional do país, a SUDENE, enquanto invenção do Celso Furtado por meio de uma leitura regional, foi incumbida de promover a modernização capitalista do Nordeste. Em seus postulados foi deixado de lado a visão naturalista no que cerne aos problemas da região, bem como, propunha a troca do assistencialismo do Estado, que tanto alimentava a indústria da seca, principalmente por meio do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS)[18],

---

[15] A Operação Nordeste foi uma operação responsável por reunir documentos, tais como: A Operação Nordeste, composta pelos documentos – relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-GTDN, o Primeiro e o Segundo Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social para o Nordeste, produzidos pela Superintendência do Desenvolvimento para o Nordeste-SUDENE" (GUMIERO, 2014, p. 7). Ela se caracterizou pela recomendação de uma superação dada através da produtividade. "A dimensão social, determinada pela melhora na qualidade de vida e inclusão social da população, seria consequência de um arranjo de políticas econômicas bem orquestradas pelo Estado" (Idem).

[16] A CODENO foi a primeira tentativa de criação de um órgão de fomento de desenvolvimento do Nordeste após os escândalos que envolveram o DNOCS.

[17] Mesmo sendo claro, entre as diretrizes da Sudene, o olhar capitalista de Celso Furtado através da iniciativa privada. "IX - Reconhecimento da necessidade de ampliar e coordenar os incentivos a iniciativa privada, particularmente no que respeita aos investimentos industriais, onde mais alto é o esforço de capitalização do empresário (SUDENE, 1966, p. 19).

[18] A DENOCS surgiu em 1945, e é entendida por Gumiero (2014), como uma experiência pioneiro por parte do Estado para solucionar problemas do Nordeste, no entanto, deixa de existir na década seguinte em decorrência de inúmeras denúncias de corrupção e falta de sucesso contra as secas.

representando desvio de verbas e de priorização dos grandes fazendeiros para construção de açudes e de implantação de obras de irrigação, por uma ampla reforma econômica. Nesse sentido, mesmo com as tentativas de impedir a sua criação e com a execução do I Plano Diretor pela elite política nordestina, alegando ameaça comunista, a SUDENE nasce tanto para controlar os órgãos públicos federais já existentes e atuantes na região, como também, para conduzir o funcionamento de planos diretores bianuais, cuja finalidade consistia em tornar a região atraente para investidores (VIEIRA, 2004). Logo, "visava a reestruturação econômica do Nordeste e a industrialização como única solução ao desenvolvimento regional" (LANER e FARIA, 2019, p. 185).

Apesar de seus benefícios, como por exemplo: a construção de uma rede rodoviária nacional com melhorias em transportes e estradas (CAVALCANTE e FEITOSA, 2019; LANER E FARIA, 2019); criação de infraestrutura para geração e transmissão de energia elétrica (ARAÚJO, [2015/16?]; CAVALCANTE e FEITOSA, 2019; GOMES e VIEIRA, 2009), e o aproveitamento de lagos formados pelas barragens das hidrelétricas para a execução de projetos de irrigação (GUERRA e POSSÍDIO, 1984). A escassez de empresários e de capitais nordestinos, e o intermédio dos incentivos fiscais promovidos pela SUDENE, resultou num "mecanismo de financiamento da expansão monopolista e de abertura ao grande capital sediado no Centro-Sul" (VIEIRA, 2004, p. 84). Ademais, alerta Laner e Faria (2019), para a necessidade de olhar a SUDENE para além do seu fim desenvolvimentista e compreender a sua consolidação como instrumento do Estado para romper, ou pelo menos limitar os poderes dos proprietários rurais, de modo a construir uma integração nacional.

Adentrando ao campo da eletricidade,[19] partindo do princípio de que é possível medir o desenvolvimento de um país ou região mediante seu consumo de energia, já que, para toda e qualquer atividade econômica se faz necessário a uso da energia elétrica, foram essenciais tais investimentos, constituindo-se enquanto prioridade, pois "[...] cabe papel pioneiro no

[19] Conforme Gomes e Vieira (2009), a energia elétrica no Brasil surge na década de 1880, e para compreender a história da eletricidade no país é importante considerar as fazes históricas pelas quais esse processo percorreu. Em sua análise, pelo menos até 2002, que é o seu recorte proposto. De forma linear, são seis as enumeradas pelos autores. A primeira corresponde aos anos de 1880 a 1930, destacando o monopólio privado como principal fomentador do setor energético brasileiro; o segundo, durante a Era Vargas, de 1931 a 1945, destacou-se a presença do Estado com regulamentações, principalmente através da elaboração do Código de Águas, em 1934. Além do mais, é destaque para esse período a aceleração do desenvolvimento econômico. Uma terceira etapa, compreende aos anos de 1946 a 1962, referido pelos autores como período de um Estado indutor em virtude da aplicação de investimentos públicos e da criação da Eletrobrás em 1962. O próximo período é denominado de Modelo Estatal, em decorrência da função da Eletrobrás, não só de nacionalizar, mas de também estabilizar o setor elétrico do Brasil por meio de grandes investimentos, e faz referência aos anos de 1963 a 1979. O penúltimo recorte temporal, de 1980 a 1992, é marcado por crise econômica e institucional, gerando dúvidas quanto à eficácia do modelo estatal. E por fim, de 1993 a 2002, o chamado Modelo Híbrido, no qual, por meio da Lei no 8.631/93, foi equalizado investimentos estatais e privados. Em sua maioria, aquela era responsável pela geração de energia, enquanto essa, pela distribuição.

desenvolvimento regional" (SUDENE, 1966, p. 19). Já que, dentro dos moldes capitalistas, o Estado objetivava promover uma transição agrária-industrial (ARAÚJO, [2015/16?]). Para tal, a construção de estradas e a modernização dos transportes foram partes importantes nesse processo, fazendo-se presente entre as diretrizes da SUDENE:

> I - Reconhecimento da necessidade de sistematizar os investimentos em transportes, dando unidade a todo o sistema, concentrando recursos na melhoria de uma rede prioritária e reservando para as rodovias o papel de investimento pioneiro" (SUDENE, 1966, p. 18).

A respeito das realizações desta e de outras diretrizes, várias são as transformações acarretadas a partir desse projeto de Estado para o Nordeste. Em sua pesquisa acerca das transformações no Vale do São Francisco, tomando como recorte espacial o submédio São Francisco, mais especificamente os projetos de irrigações dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, Cavalcante Filho ([2016?]), demonstra haver um marco para o desenvolvimento socioeconômico da região. Argumenta que até a década de 1950, a região carecia de colonização, processo esse que aconteceu a partir de 1960 com os investimentos estatais, gerando a representação atual do que ele chama de "oásis no meio do sertão". Nessa direção, responsabiliza a SUDENE por tais feito e enfatiza a produção vitivinícola numa vegetação de caatinga, e de um clima semiárido, além de chamar atenção sobre a importância do Rio São Francisco para os sertanejos do campo ou da cidade.

Para que isso fosse possível, como prescreveu Furtado (1988), o Estado investiu na promoção do desenvolvimento de novas técnicas de plantio, irrigação e conhecimento de solo, por meio da contratação tanto de engenheiros e técnicos agrónomos, como instituições especializadas, entre outros, o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) (CAVALCANTE FILHO [2016?]). Essas instituições foram designadas para instruir os/as agricultores/as ao cultivo de plantações adequadas a cada tipo de solo, o manuseio de técnicas de cultivo condizente com cada cultura, evitar o cultivo exagerado de uma única cultura e fazer um aproveitamento mais racional da terra, como é destacado no I Plano Diretor da SUDENE:

> III – Reconhecimento da necessidade de reformular, por completo, a política de aproveitamento dos recursos de água, elemento notoriamente escasso em grande parte da região. IV – Reconhecimento da necessidade de se caminhar para uma reestruturação da economia rural, visando um aproveitamento mais racional dos recursos de terra, na zona úmida, um aproveitamento profundo das possibilidades de irrigação e a criação, na caatinga, de uma economia mais resistente à seca. (SUDENE, 1966, p. 19).

A efetivação das diretrizes da SUDENE mudou a cara de região. Até a década de 50 o cultivo da terra se dava pela cultura de vazantes - obedecendo a alta e a baixa do rio - por temporada de chuvas, afora a criação de gado bovino e caprino, presença forte no sertão, se tornando uma economia de subsistência vulnerável (SILVA, 2012). Mas a partir da criação da Usina Paulo Afonso I, iniciou-se a transformação para uma agricultura irrigada e planejada de cima (CAVALCANTI FILHO, [2016?]), viabilizando estudos acerca dos solos, do que se poderia produzir e das melhores técnicas de produções.

A curto prazo, essas intervenções visavam o aumento, tanto no que se refere a quantidade da cultura produzida, como no tocante a diversidade. Segundo Silva (2012), o objetivo foi cumprido com êxito com a inauguração do Projeto Piloto de Bebedouro[20] em Petrolina - PE, em 1968, visto como, a partir:

> Dos lotes desses colonos e da orientação dos técnicos da SUDENE e da Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), começaram a ser difundidas culturas importantes para a região, como o tomate, a melancia e, também, a uva, que passou a ser ali cultivada, simultaneamente, por grandes empresas privadas (SILVA, 2012, p. 38).

Essas transformações foram originadas por meio do cumprimento das diretrizes já mencionadas, uma vez que, a implantação do citado projeto piloto cumpriu os objetivos propostos em documento do Conselho Deliberativo da SUDENE:

> a) elaboração de um núcleo de exploração agropecuária , economicamente estável, que atuará como catalizador na introdução do capital privado, representado por atividades comercias e industriais de transformação; b) aumento da oferta de alimentos através da exploração intensiva da zona irrigada, [...], conferindo-lhe maior capacidade de suporte; c) para efeito de demonstração, como exemplo para futuras implantações de outros projetos no Vale do São Francisco, e em outras áreas do Nordeste; d) propiciar a formação de irrigantes e consequentemente criar a base para uma mentalidade consciente das possibilidades econômicas e vantagens de uma agricultura irrigada, dentro dos patrões técnicos recomendados; e) interiorização do processo de desenvolvimento (SUDENE, p. 01).

Apontada como marco decisivo para a transformação da referida região, Silva (2012) destaca o sucesso da implantação da SUDENE como fator responsável pela expansão dos projetos públicos de irrigações, que por sua vez, encabeçados pelo Estado, deveriam acabar com a crise na produção agrícola da região originada pela ausência de conhecimentos técnicos. Logo, para alavancar a produção, seria necessário ainda, uma padronização de produção e técnicas

[20] Realizado pela Sudene em parceria com a Suvale, com um investimento inicial de cinco milhões de cruzeiros novos, o projeto situa-se à jusante de Petrolina - PE, mas numa área de influência com Juazeiro - BA, foi projetado para irrigar uma área de 2.500 ha. (SUDENE, 1968).

específicas, gerando o que ele chamou de reestruturação produtiva. Reconhecendo uma mudança de direção durante o governo dos miliares, o autor grifa como fundamental para a continuidade desse desenvolvimento a criação da CODEVASF em 1974, substituindo a SUVALE, e o Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco, no interior do II Plano de Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Essa mudança de rota da formação de um polo agroindustrial para a segurança alimentar, fora o objetivo maior que era o da saída da categoria de subdesenvolvimento para um "poder econômico mais 'moderno', do tipo empresarial" (SILVA, 2012, p. 73), tanto dá início a uma modernização conservadora, conceito primordial para compreensão desse processo, como é o próprio guia dos miliares durante suas atuações como chefes de Estado.

1.3 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: IMPÁCTOS DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

No que se refere a história da nação brasileira, as terras que hoje chamamos de Brasil, desde a sua invasão e conquista pelos portugueses, passou por diversos modelos políticos-administrativos, dos quais, pela sua estreita relação com os acontecimentos aqui estudados, destaco um período obscuro, porém de desenvolvimento, o da Ditadura Civil- Militar (1964-1985). Um governo de exceção puramente estratégico, cuja modelo de governo é resultado de uma política internacional que almejava impedir o avanço do comunismo nas Américas, ao mesmo tempo que fortalecer o modelo econômico capitalista (OLIVEIRA; SILVA, 2019). Objetivando compreender melhor o princípio norteador do desenvolvimento da região do submédio São Francisco, em especial em torno da UHLG, na medica em que me aprofundarei sobre o conceito de modernização conservadora, o tomando como centro dos investimentos estatais, discutirei nas linhas abaixo sobre as conjunturas do social, da política e do setor econômico.

Em um recorte temporal que corresponde ao período entre as décadas de 1960 a 2010, Reis (2014) é enfático em dizer que o país passou por transformações significativas, estando dentre elas o êxodo rural, "assinalando-se quedas drásticas da mortalidade infantil e de natalidade" (REIS, 2014, p. 23). Pois até a década de 1960 "[...], a maioria da população vivia na zona rural, em moradias precárias, sem água potável nem saneamento básico. A maioria dos brasileiros não tinham acesso a instalações medicas modernas" (KLEIN e LUNA, 2014, p. 31). Transformações na estrutura familiar, na expectativa de vida, transição demográfica iniciada

ainda no século XX, e que se intensificou entre as décadas de 1970 e 1980, o papel da mulher na sociedade e o seu controle sobre a taxa de natalidade mediante o uso de contraceptivos impulsionado pelos meios de comunicações, e a sua inserção no mercado de trabalho (KLEIN e LUNA, 2014; REDENTI, 2014), e melhoria nos níveis de instrução e saúde, fazendo com que acontecesse o aumento da idade média da população brasileira.

Essas características também eram presentes na vida dos moradores da Malhada do Sal, como veremos no capítulo três. Se utilizando desse fato, é percebido que em seu discurso a CHESF prometia melhorias significativas para os/as trabalhadores/as rurais da região do submédio São Francisco, mudanças essas que tinha como epicentro a eletricidade, argumentando que a mudança seria necessária, "[...] porque, sem energia elétrica, o Nordeste não pode crescer, se desenvolver" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

Por sua vez, essas e outras transformações na sociedade brasileira, ocorrem num período de muitas agitações precedidas pela tomada do poder, amparados por civis, por parte de militares em nome da democracia do nosso país. E com esse advento:

> Prevaleceu então a opção conservadora, instaurou-se uma ditadura civil-militar. Foi aceita para salvar a democracia, mas perdurou no tempo. Entretanto, manteve as políticas de modernização, mais uma vez dinamizadas e orientadas pelo alto, pelo Estado, acelerando-as como nunca, embora aprofundando tradicionais desigualdades sociais e regionais. Mesmo depois da ditatura, em alguns aspectos essenciais, o modelo continuou vigente, como na questão das desigualdades (REIS, 2014, p. 24).

As políticas que foram implantadas no país pelos militares que ocuparam a cadeira de presidente da República por longos e conturbados vinte e um anos de nossa história, são na verdade, fruto de uma revolução vinda de cima (PIRES; RAMOS, 2009) que:

> Instauraram-se sem dar um tiro. Encerraram-se sem levar uma pedrada. Mantiveram mais do que romperam tradições com o passado. O que as distingue, assim como o processo de modernização e a ampliação da noção de cidadania, é o seu caráter transicional" (REIS, 2014, p. 26).

Isso só foi possível graças ao amparo e apoio civil que os militares receberam sustentados pelo "fantasma do comunismo" (SILVA, 2009; SANTANA, 2009). Por sua vez, foi corroborada pela ambiguidade do presidente Jânio Quadros, e posteriormente, após sua renúncia, pelas medidas adotadas por João Goulart, vice-presidente esquerdista e latifundiário da oligarquia agrária gaúcha (DIAS, 2009), que assume a presidência da República. O presidente representava uma "tradição que se desejava eliminar" (REIS, 2014), pois, "Jango foi associado ao comunismo, e este, por sua vez, era visto como a versão política do ateísmo e da negação dos valores cristãos" (SANTANA, 2009). Essas representações fizeram com que aumentassem as agitações na política

brasileira, impulsionando a ala conservadora a reprimir as reformas de base do governo vigente, essas que objetivam possibilitar "uma ampliação da participação popular nas decisões políticas, embora, monitoradas e controladas pelo governo e pela elite" (DIAS, 2019, p. 78). Tal política foi interpretada pelas esquerdas como uma solução para as desigualdades sociais, enquanto para as direitas e seus poderosos, era uma ameaça eminente da inserção de um regime comunista no Brasil (SANTANA, 2009; IVO, 2009), uma vez que as compreendiam como o início de uma grande "subversão da ordem, o caos social e político" promovida à sombra da Revolução Cubana (REIS, 2014).

Assim, fertilizada por medo das reformas de base, que mudaria os rumos do desenvolvimento do país:

> As direitas, historicamente envolvidas em aventuras golpistas, sempre na ofensiva, aparecem agora defendendo a democracia, a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas, os valores cristãos supostamente ameaçados. Na atmosfera da Guerra Fria, a dimensão religiosa seria decisiva, incentivando-se o espírito de cruzada, com presença marcante de orações coletivas, realizadas em igrejas, praças públicas e estádios. O medo do caos, do comunismo, a ameaça do nivelamento social, da desestruturação da família, tudo isso assombrava os espíritos e não apenas das elites sociais, mas de segmentos populares (REIS, 2014, p. 84).

Discursivamente o golpe deixou de ser golpe para ser revolução, revolução essa que "salvaria" o Brasil do Comunismo, pois:

> [...] o golpe foi compreendido como *defensivo*. Dado em defesa da democracia, do cristianismo, da família, das hierarquias tradicionais, da honestidade no trato do dinheiro público, contra a *baderna*. Nesse sentido, não se faz um golpe para instaurar uma ditatura, mas para salvar a democracia. [...]. Nesse sentido, a revolução chegara para perdurar no tempo (REIS, 2014, p. 86).

Essa visão, ou melhor, essa memória, ainda persiste nacionalmente, já que, sem a construção de um discurso sólido, tanto pelas direitas como pelas esquerdas, deu-se lugar, através da Lei de Anistia, a uma memória hegemônica com o objetivo de aplacar as diferenças ideológicas, apagar os traumas que foram gerados durante esse período conturbado da história do Brasil, por meio do silenciamento das memórias subterrâneas daqueles que sofreram o lado cruel desse regime político. Como consequência, produziu, mesmo que forçadamente, um ambiente moderado e conciliatório entre ambas as forças políticas (NAPOLITANO, 2014).

Diferentemente da construção da memória nacional sobre esse período, que privilegia em suas narrativas o eixo Rio-São Paulo, tais impactos não foram sentidos somente na esfera federal, mas também nas esferas municipais e em diferentes regiões do país. Em Paulo Afonso, região do Submédio São Francisco, a presença das forças do regime é inegável. Por seu potencial hídrico,

com cinco usinas hidrelétricas, fornecendo energia para oito estados da região Nordeste[21], considerado essencial para economia do Brasil, em 1968 foi inserido na categoria de área de Segurança Nacional. Portanto, enquadrado na Doutrina de Segurança Nacional, passou a ter o prefeito escolhido pela esfera Estadual e nomeado pelo Governo Federal, além disso, o comando da CHESF passou a ser dos militares, cumprindo os interesses dos grupos dominantes de "assegurar as condições básicas de autodeterminação, integração constante e prosperidade" (OLIVEIRA e SILVA, 2019).

Em virtude dessa classificação, houve também intervenções na educação, com professores e diretores militares, a Câmara Municipal passou a ter suas sessões vigiadas e assistidas, censura aos meios de comunicação e a todos que fossem considerados inimigos da revolução, ou seja, considerados comunistas (LIMA, 2017). Esses dois últimos pontos podem ser vistos em trechos de uma carta datada de 17 de julho de 1970, do padre Mário Loureço Tori, de nacionalidade italiana e que presidiu na cidade de 1969 a 1973, endereçada a seus familiares em que relata:

> Aqui as informações são difíceis, mesmo vivendo na cidade, estamos fora do mundo. [...]. O sistema político aqui muito rígido e controla todos os meios de informações; não há possibilidades de greve... Bastante frequentes os casos de prisão política, de líderes sindicais, padres e outros. Quem é suspeito de comunismo só pode esperar cadeia. [...]. A pobreza é impressionante e não pára (sic) de chocar-nos, cada dia mais, sobretudo, se comparo com o luxo e a vida boa, de uma parte privilegiada.[22]

Posto isso, apesar dos impactos econômicos desse período para Paulo Afonso, é preciso pensar que os investimentos lançados sobre o município não foram suficientes para erradicar a pobreza, pois, mesmo sendo seu complexo de usinas considerado de importância nacional para a economia, a segregação social nesse período era aparente. Com a cidade dividida por uma cerca de arame farpada, e depois por um muro de pedras, no acampamento da CHESF viviam os empresários, engenheiros, militares e altos funcionários da estatal, descrito pelo padre Lourenço como um lugar de "luxo e vida boa", enquanto do outro lado, estava a Vila Poty, onde vivam os operários, e cujo nome se deu em decorrência do uso das embalagens do cimento Poty como teto de seus barracos, uma "pobreza impressionante", na fala do padre (LIMA, 2017).

Como já referido, todas essas ações estatais foram pensadas em torno do desenvolvimento e crescimento econômico interno do país (SINGER, 2014), sem contar a criação de fundos que objetivaram garantir estabilidade aos trabalhadores, mesmo com as proibições do direito a

[21] Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.
[22] Carta de padre Lourenço, Paulo Afonso, 17 de julho de 1970, *In.* LIMA, João de Souza. **Paulo Afonso e a Vila Poty**: a história não contada. - Paulo Afonso: Fonte Viva, 2017.

graves. E é nesse contexto que aflora no Brasil o chamado “milagre econômico brasileiro”. E como visto, não se pode negar que os empreendimentos para desenvolvimento do Brasil começaram bem sedo. Já no primeiro o governo ditatorial, o do presidente e general Castelo Branco (1964-1967).

> [...] a ditadura esmagou as oposições e consolidou um modelo de modernização conservadora ditatorial, impulsionada pelo Estado, articulando grandes capitais estatais, nacionais e estrangeiros. [...]. A noção da importância-chave do Estado como promotor e regulador da economia, da política e da cultura, foi retomada (REIS, 2014, p. 90).

Inserida nesse contexto, a construção da UHLG, parte da articulação para a aplicação de um projeto maior, o de continuar modernizando a região, mesmo que sob uma outra ótica. Corroborando com esse pensamento, Pandolfi (1986) argumenta que as construções de hidrelétricas na região Nordeste cumpriam pelo menos dois objetivos, o de combater a seca por meio da geração de energia elétrica, e o de implantação de técnicas modernas de agricultura com o aproveitamento das águas do rio São Francisco, sendo essa a última evidência desta modernização conservadora.

Esse conceito de origem estrangeira, mas adaptado e operacionalizado por pesquisadores brasileiros para compreender realidades nacionais é:

> [...] a raiz do fenômeno proposto para investigação [,] é uma manifestação sociopolítica com implicações econômicas, uma vez que expressa o pacto político conservador tecido entre a burguesia nascente e os oligarcas terratenentes, fenômeno político que aconteceu originalmente na Alemanha e Japão para edificarem uma sociedade capitalista, mas totalitária e autocrática (PIRES; RAMOS, 2009, p. 412).

Compreendendo que a essência da modernização conservadora é a de demonstrar o desenvolvimento capitalista na agropecuária de forma embrenhada com governos totalitaristas, Souza (2011), economista, mestre e doutor em Geografia Agrária, o aplica para análise da agricultura brasileira, fala em uma modernização conservadora da agricultura para se referir aos desdobramentos dos projetos desenvolvimentistas promovidos durante os governos da Ditadura Civil-Militar.

Em conformidade com Souza (2011), esse tipo de modernização que se desenvolveu no interior da agricultura brasileira se deu a partir da relação entre o novo e o tradicional com a inserção de novas tecnologias para a produção agrícola, todavia, tendo como base a manutenção do núcleo familiar tradicional, objetivando aumentar, regularizar e manter o controle do Estado sobre o que deve ou não ser produzido, injetando na agricultura familiar:

> [...] o modelo técnico agrícola patrocinado pelo governo que mais se interessa em engendrar recursos e inovações tecnológicos para a agricultura, obstruindo o

> crescimento de técnicas sustentáveis mais propícias à pequena produção agrícola familiar (SOUZA, 2011, p. 239).

Mas os verdadeiros objetivos com esse projeto de modernização eram mantidos de forma implícita, uma vez que:

> A própria modernização agrícola revelava-se como instrumento do capital industrial, resultando numa fase de ampliação da expropriação do valor produzido pelos agricultores familiares. A verdadeira face da metamorfose moderna da agricultura familiar ocultava a verdadeira intencionalidade: a degradação socioeconômica e ambiental do campo brasileiro sob a forma de compras compulsórias extra e intra-setoriais, o uso de insumos e de maquinário agrícola (SOUZA, 2011, p. 235).

Para que obtivessem efeitos satisfatórios, essas questões foram apresentadas ao público através de discursos modernizantes, que conforme Buenos e Silvano (2014), no tocante a região Nordeste, sempre foram revestidos por novas roupagens e aparecem em vários momentos durante o século XX. Um desses discursos corresponde aos anos de 1950 até os finais de 1970, revestido e sustentado por políticas desenvolvimentistas, foi responsável pela construção da UHLG que teve seu início de 1979 e a primeira operação em 1988, para o aproveitamento múltiplo das águas do rio São Francisco, produção de energia elétrica, modernização da agricultura e formação "uma agricultura capitalista familiar" (PIRES; RAMOS, 2009).

Portanto, mediando as questões políticas-ideológicas dos governos referidos, o desenvolvimento do Nordeste passou por pelo menos por duas fases, o do desenvolvimentismo e o da modernização conservadora. Na primeira, através da intervenção estatal, buscou-se um desenvolvimento agroindustrial, no qual se almejava a integração da região ao Brasil no quesito desenvolvimento, no sentido de extinguir e transformar as características socioeconômicas presentes na região nordestina para equalizar o país. Período importante em virtude das ações que desmistificaram a visão determinista e naturalista acerca dessa região. No entanto, mesmo com as transformações significativas, tal política culminou com fortalecimento do capital do Centro-Sul. Quanto à segunda, num momento em que o país passava por anos turbulentos e obscuros com a presença de regime militar, buscou senão, um salto econômico que respeitasse o conservadorismo, como por exemplo, a relação entre uma agricultura moderna sem abandonar os moldes de uma agricultura familiar e de colonato. Características presentes nas estruturas dos projetos de irrigações originários da UHLG, onde, mesmo com a posse das terras - para os loteamentos entregues -, foram submetidos ao Estado para o seu usufruto.

2 CHESF, SINDICATO E TRABALHADORES/RAS RURAIS: REASSENTAMENTO CUMPULSÓRIO E A DISPUTA PELO ENQUADRAMENTO DAS MEMÓRIAS

Como já foi visto, a CHESF foi criada num contexto de desenvolvimentismo e de tentativas de rompimento da relação eixo-periferia entre Sudeste e Nordeste, e mesmo que sua atuação no tocante a UHLG e os reassentamentos originários desse empreendimento tenham se dado em uma outra conjuntura, o desenvolvimento e a modernização ainda permaneceram no centro. Foi a partir desta centralidade que os discursos da estatal foram cuidadosamente elaborados.

Dessa maneira, nas linhas que tecem este capítulo, com o objetivo de identificar e problematizar as versões que se apresentam acerca do processo de reassentamento em questão, não só identifiquei na construção do discurso da CHESF um meio de controle de classe, através da anunciação de ações paternalistas, o qual na prática se resume a invadir e desapropriar comunidades em nome da modernização e do progresso, e só depois pensar em medidas compensatórias, como busquei narrativas que confrontassem o Estado, tanto na versão dos líderes sindicais, como na voz da própria classe trabalhadora rural.

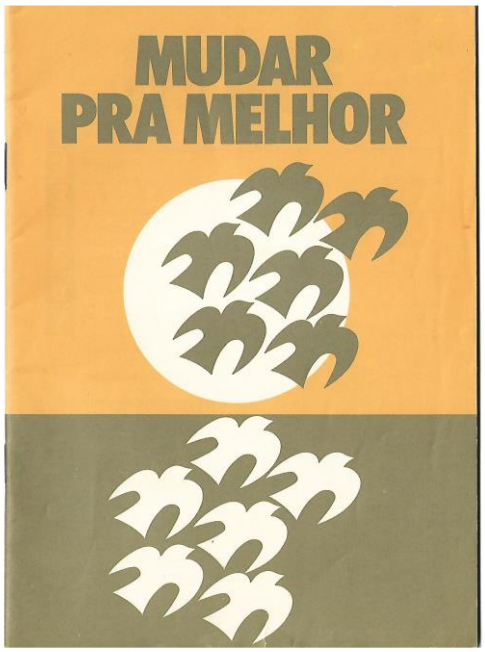
2.1 "MUDAR PARA MELHOR": O PLANO DE REASSENTAMENT E O DISCURSO PATERNALISTA DA CHESF

Enquanto estatal responsável pelo desenvolvimento do Nordeste, durante as agitações das obras da UHLG e de suas turbulências, em livreto de comemoração de seus 40 anos de constituição, denominado de *Mudar para Melhor*, a CHESF procurou não somente dar uma resposta aos trabalhadores/as rurais do submédio São Francisco e ao e seu sindicato acerca do reassentamento compulsório que estão sendo submetidos, mas também persuadir através de seu discurso e do uso de imagens, de que essa mudança era senão para melhorar a condição de vida de todos os brasileiros, em especial, dos atingidos pela formação da Lago Itaparica que traria o desenvolvimento.

Apesar de não haver identificação de autoria, pois apenas se indica a CHESF como tal, é interessante perceber que a estatal considerou inteiramente o público em questão, sujeitos da área rural e com pouca ou nenhuma instrução alfabética. Em sua confecção foi feito o uso de uma escrita simples e didática através de um sistema de perguntas e respostas, além da mobilização de imagens, cujo objetivo consistiu em despertar no leitor a ideia de melhoria. É possível identificar isso já em sua capa, uma vez que, além do seu título estampado, o uso do recurso

imagético, com pássaros voando em rumo ao “melhor”, é uma espécie de representação dessa mudança.

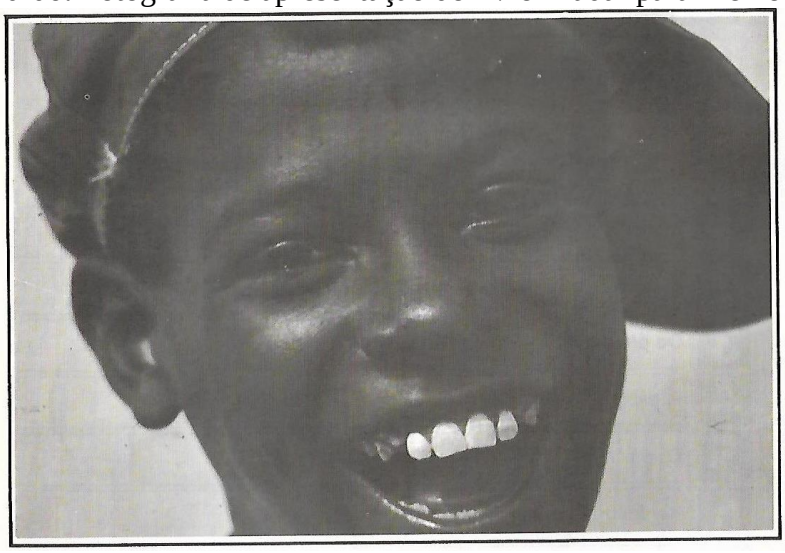
Figura 05: Capa do livro da CHESF Mudar para Melhor.



Fonte: (CHESF).

De início, na página de apresentação do que estava acontecendo e do porquê desses investimentos, foi posto, anterior a um pequeno texto, a foto de uma criança negra com o sorriso no rosto, aludindo para uma demonstração de felicidade por esse processo de reassentamento.

Figura 06: Fotografia de apresentação do livro Mudar para Melhor.



Fonte: (CHESF).

Dando prosseguimento, abaixo da imagem, consta-se:

> Todo mundo está sabendo que vai ser criado o reservatório de Itaparica, para o Nordeste ter mais energia. Será muito importante porque, sem energia elétrica, o Nordeste não pode crescer, se desenvolver. Mas, para isso, muitas cidades e povoado vão sofrer, porque vão ser cobertas pelas águas. As cidades são formadas por pessoas, por famílias, que vão ter que se mudar (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

Com essa apresentação a CHESF coloca a produção da energia elétrica como centro do crescimento e desenvolvimento do Nordeste, e embora as consequências da criação do reservatório Itaparica não sejam deixadas de lado, são postas com um tom de suavidade, tanto pela imagem que se apresenta junto ao texto, como pela premissa do desenvolvimento, motivo mais que justificável para essa mudança.

Seguindo com a estrutura de perguntas e respostas, após destacar que se espera que essa mudança seja para melhor, a resposta para o questionamento de: "Como pode ser melhor?", vem da seguinte forma: "Tudo está sendo preparado para que o pessoal das cidades e do campo tenha condições de morar melhor, plantar melhor, enfim ter melhores condições de vida" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). Nessa perspectiva, essa melhoria tem início com o plano de reassentamento, documento norteador de todo esse processo, e para participar dele basta "Apenas já ser do lugar e ter sido cadastrado, isto é, ter dado seu nome e o de sua família ao pessoal da CHESF" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

Essa simplicidade quanto ao direito de participar do plano de reassentamento não é aleatória, ela cumpre a função de apresentar o Estado como uma instituição paternalista, estratégia historicamente utilizada no meio rural para conter, ou pelo menos limitar os confrontos entre as classes sociais, configurando-se dentro de uma relação de poder (THOMPSON, 1988), nesse caso em questão entre o Estado, na figura da CHESF, e a classe trabalhadora.

Esse paternalismo, ou pelo menos articulações de ações que se colocam com tal, não para por aqui. Voltando-se para questões afetivas e parentais o Estado ainda se põe como promovedor da união, organizando para que "[...] as famílias fiquem com os mesmos vizinhos, compadres, amigos e conhecidos" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). Depois de argumentar a respeito da importância da agropecuária para as famílias brasileiras, sejam elas do campo ou da cidade, enfatizando a seriedade desse projeto, a CHESF se posicionou como filantrópica (SANTANA e SILVA, 2021), na medida que sublinha oferecer o disposto no plano de reassentamento, e não o apresenta como uma política compensatória, como de fato o é. E muito menos menciona as ações organizadas e realizadas pelos/as trabalhadores/as junto aos seus sindicatos. Isso significa, que nessa visão de cima, as memórias são estrategicamente

enquadradas a favor do Estado, pois o reassentamento e todas as suas benesses são colocadas como um ato de doação.

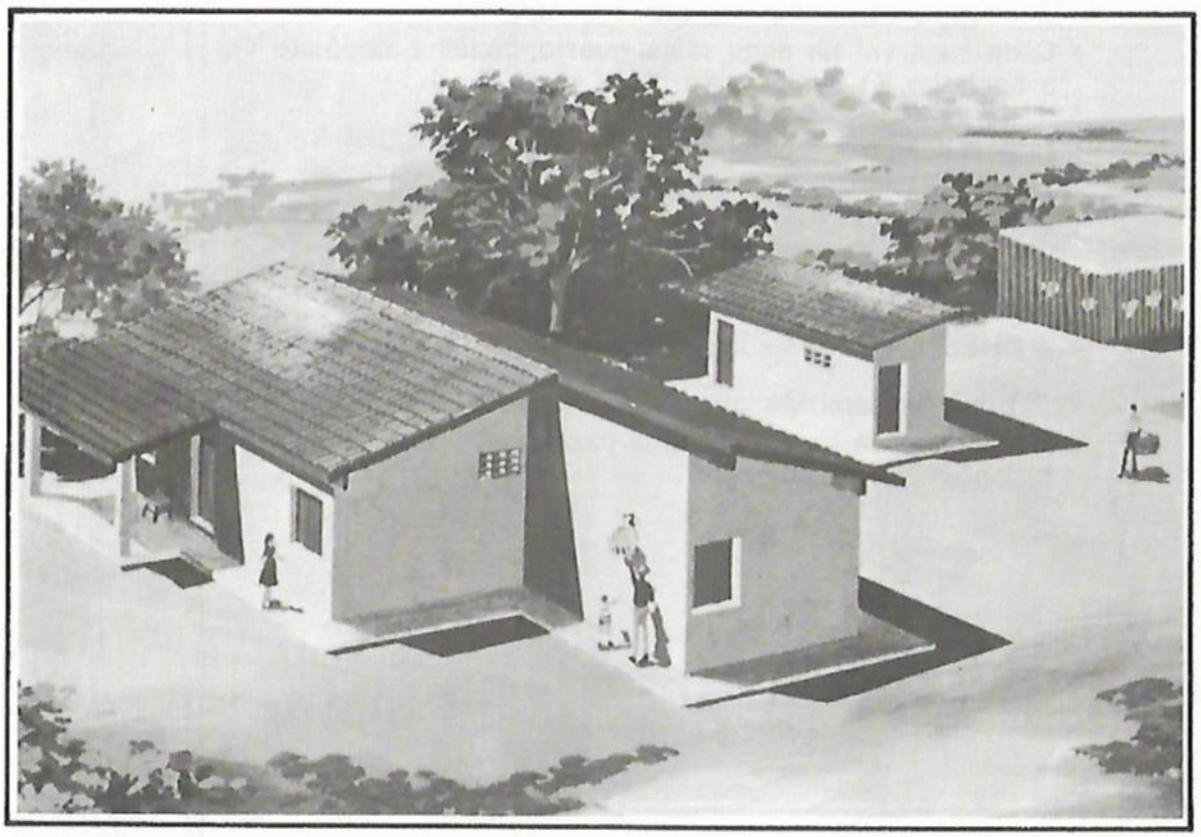
Realçando que "É muito importante que ninguém tenha dúvidas e que todos trabalhem para que, de fato, exista um Mudar para Melhor" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]), num típico projeto de colonato, a CHESF coloca-se apenas como promotora dessa mudança, e aloca a responsabilidade central nas mãos dos sujeitos afetados pela barragem, condicionando a melhoria de vida prometida a aceitação do reassentamento compulsório e das instruções impostas, tais como:

> a) [...] seguir as recomendações dos técnicos, tanto para o uso da água (irrigação) como para a conservação do solo, da terra; b) aceitar as decisões e o regulamento da Associação dos Irrigantes; c) plantar e produzir com sua família toda a terra irrigada que estiver sob sua responsabilidade; d) ajudar nos trabalhos de conservação, ampliação ou modificação das obras de irrigação; e) respeitar e cumprir as obrigações assumidas no contrato de posse e exploração do lote e do sistema de irrigação; f) pagar as taxas de água e energia elétrica; g) participar da Associação dos Irrigantes, discutindo os problemas, elegendo a Diretoria ou sendo da Diretoria, se for escolhido (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

De modo que o não cumprindo de tais obrigações foi atrelado a penalidades, uma vez que o/a agricultor/a "[...] poderá perder o lote" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). Sob um olhar thompsoniano, quando se leva em consideração os costumes, - e aqui o cultivo da terra e como ele é feito e faz parte da cultura local dos sujeitos que trabalhavam com a terra -, essa imposição de cima, uma interferência alheia a realidade em questão, não só significou uma tentativa de modificação desses costumes, como também foi promotora de um "lugar de conflito de classes, na interface da prática agrária com o poder político" (THOMPSON, 1998, p. 95).

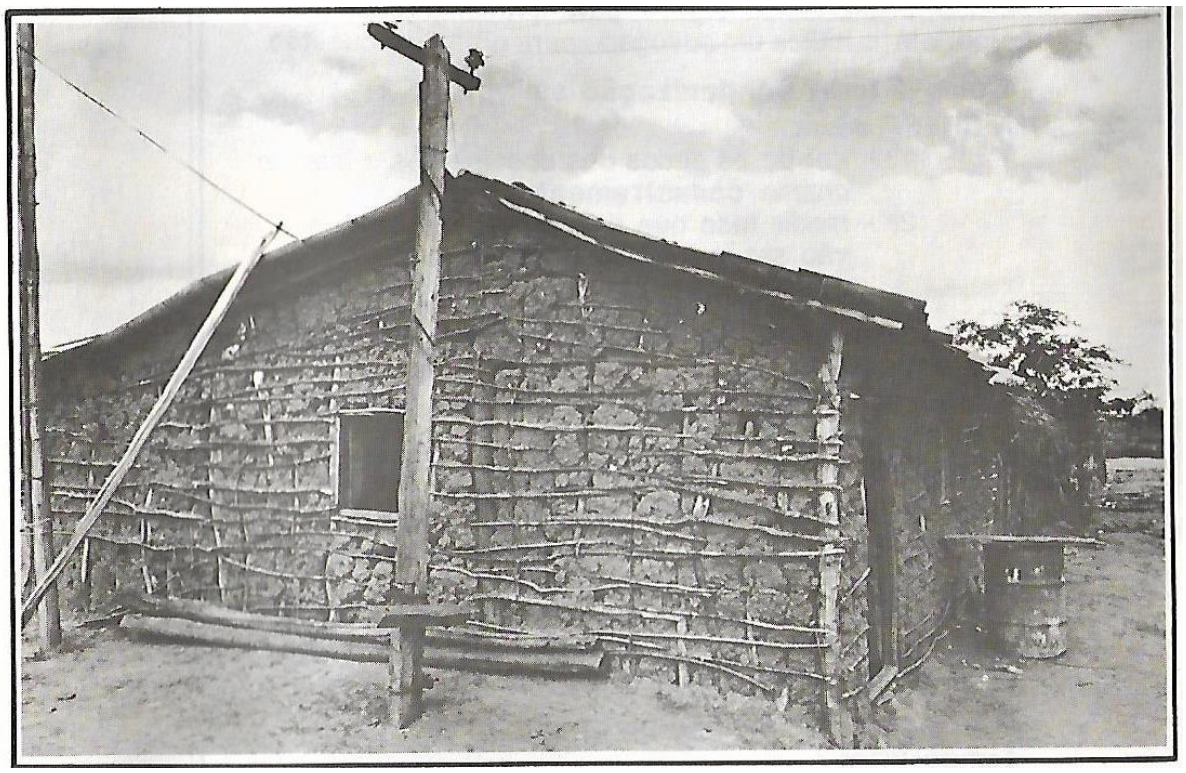
Retomando as imagens e discursos persuasivos, como fatores primordiais para sanar as dúvidas e convencer os trabalhadores dos seus benefícios, é encontrado também fotografias de um padrão de família junto a projeção de modelo da casa nova em comparação a antiga moradia; da presença da eletricidade, da perspectiva de uma agrovila típica, do novo modelo de irrigação e de trabalhadores na plantação.

Figura 07: Modelo de casa tipo 02 (varanda, duas salas, dois quartos, cozinha, banheiro e depósito acoplado/fora da casa).



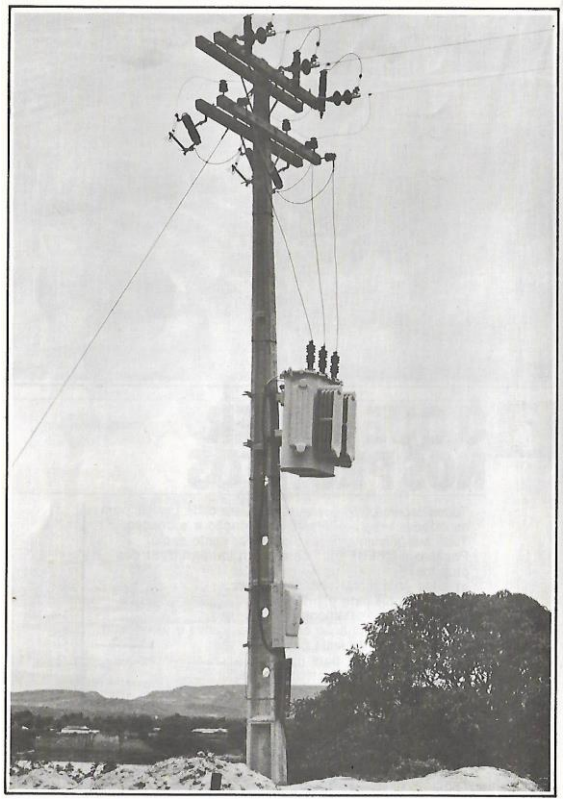
Fonte: (CHESF).

Figura 08: Fotografia de casa no assentamento de origem - casa de taipa.



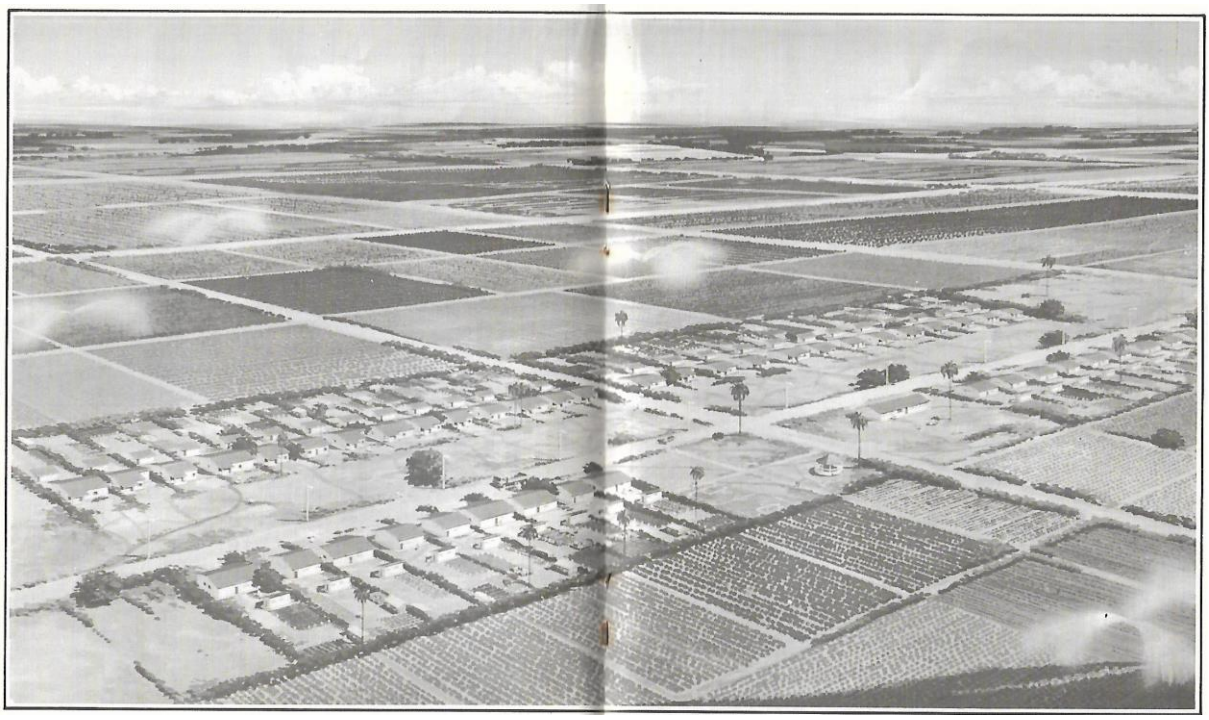
Fonte: (CHESF).

Figura 09: Poste de alta tensão e transformador



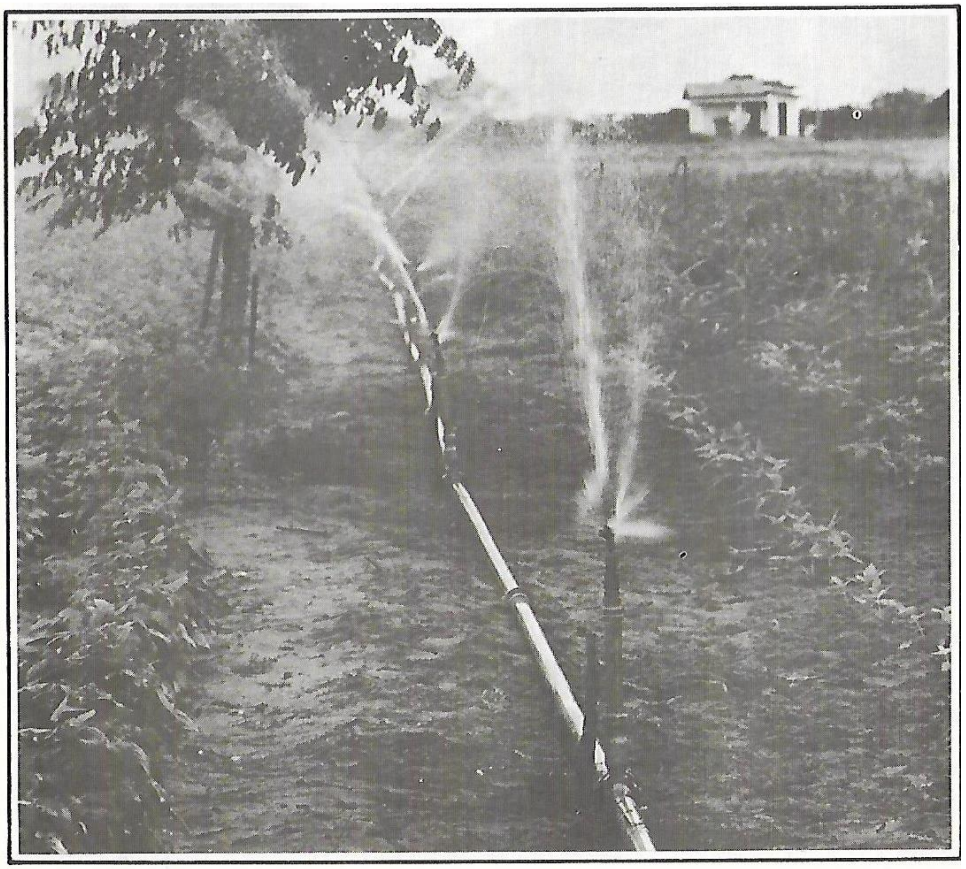
Fonte: (CHESF).

Figura 10: Maquete de Agrovila em projeto de Irrigação.



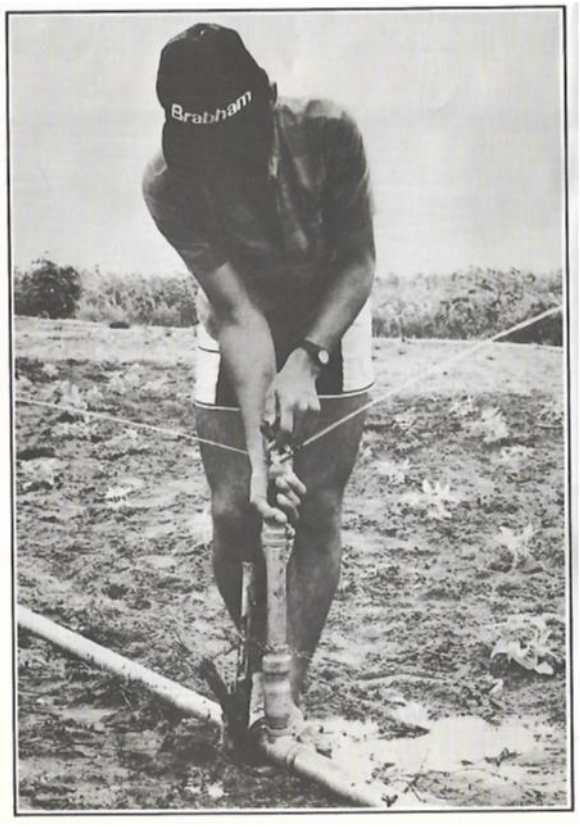
Fonte: (CHESF).

Figura 11: Fotografia de um perímetro irrigado por aspersão.



Fonte: (CHESF).

Figura 12: Fotografia de agricultor em perímetro de irrigação.



Fonte: (CHESF).

Como já mencionado, essas imagens possuíam um fim em específico. Analisando as figuras na ordem crescente, as figuras 07 e 08 destacam uma discrepância gigantesca no que se refere a moradia dos/as trabalhadores/as. Enquanto aquela foi a projetada nas agrovilas para recebe-los, uma casa de alvenaria e com uma estrutura padrão, a atual residência era construída de taipa/barro.

De fato, quando questionado sobre a estrutura das novas casas, os trabalhadores são unanimes em responder que as casas são melhores e maiores que suas casas originárias, que assim como na figura 08, eram construídas de taipa/barro, e não tinha fornecimento de energia elétrica, e para iluminar as noites se "ascendia um candeeiro com querosene" (Maria Gildomar do Nascimento, 2020).

Ao contrário da realidade anterior ao reassentamento, ainda na figura 08 é vista um pequeno poste de madeira, que levava energia para a moradia fotografada, porém em condições precárias, em comparação a figura 09, apresentando um poste de alta tensão com um transformador, símbolo do início desenvolvimento. Nas figuras 10, 11 e 12, respectivamente, prosseguindo com a ideia de desenvolvimento como derivado da produção e distribuição da energia elétrica, foi destacado a organização da nova moradia, uma agrovila cuja estrutura se assemelha mais com a área urbana em virtude de seu formato de rua, mas com os projetos de irrigações aos arredores; a inserção da tecnologia de irrigação por aspersão e uma plantação; e por fim, uma ilustração de um trabalhador operando essa nova técnica de irrigação.

Essa versão que se apresenta de cima para baixo obedeceu aos postulados de uma política econômica capitalista. Nela se destacou a tentativa de persuasão dos/as trabalhadores/as por meio da ênfase em aspectos considerados primordiais para uma vida melhor para tais sujeitos, com a finalidade de evitar maiores conflitos através de atos de "generosidade" e "caridade", definidos por Thompson (1998) como atos pensados para controle de classe. Além do mais, numa relação de poder, pode-se entender ainda como uma tentativa de construção e cristalização de memórias. Logo, trata-se mais da construção de uma memória oficial da CHESF enquanto precursora de um desenvolvimento energético e agroindustrial no Nordeste, do que um simples manual.

2.2 "HORA DE MUDAR É HORA DE LEMBRAR": O PROCESSO DE REASSENTAMENTO ATRAVÉS DO POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA

Com as iniciativas paternalistas houve por parte do Estado a tentativa de impedir, ou pelo menos minimizar os conflitos com os atingidos pelos empreendimentos oriundos da UHLG no

submédio São Francisco, o qual foi responsável pela gênese de um movimento organizado que tanto confrontou o Estado, como reivindicou seus direitos. Essas reivindicações estão presentes na produção literária do livreto sindical *Hora de Mudar é Hora de Lembrar: a luta dos trabalhadores rurais do submédio São Francisco pela conquista do reassentamento*, o qual, juntamente com as falas presentes na reportagem jornalística da TV VIVA serviram de fontes para confrontar as narrativas da CHESF.

Dessa forma, abrindo espaço para uma versão sindicalista da história, na ocasião, o discurso anterior foi confrontado com a produção literária do Polo Sindical do Submédio São Francisco PE/BA a respeito do processo de reassentamento.

2.2.1 Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA: classe e consciência de classe entre os/as reassentados/as

Com a inserção de um advento novo a realidade ribeirinha, esse que provocaria mudanças bruscas no cotidiano de suas vidas, reações no interior das comunidades atingidas foram surgindo, a principal dela, como centro e regulador das ações desses sujeitos, foi a formação do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA e dos sindicatos locais por cada comunidade afetada, se apresentando como:

> [...] uma instituição sem fins lucrativos, formada nos anos 70 para lutar e garantir os direitos dos Trabalhadores (as) Rurais da Região, especialmente, aqueles e aquelas que foram afetados pela construção da Barragem de Itaparica (Hidroelétrica Luiz Gonzaga)[23].

Pensando a formação de uma instituição sindical com o objetivo de representar os/as trabalhadores/as frente ao Estado, e a aderência e participação nas chamadas concentrações, e outros atos públicos e de reivindicação de seus direitos, é possível pensar que a organização do sindicato se constituiu uma expressão do nascimento de uma consciência de classe, e mesmo da própria identidade classista entre esses sujeitos (THOMPSON, 2012).

Com sua atuação desencadeou um processo de negociação e conflito (THOMPSON, 1998) entre trabalhadores/as e o Estado, no qual, o *Acordo de 1986* merece destaque em virtude do seu caráter legal e norteador do processo de desocupação da região do submédio São Francisco

[23] POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA. Institucional. Disponível em: http://polosindicalsubmediosaofrancisco.blogspot.com/p/historico.html . Acesso aos: 29 de dez. 2020.

para os projetos de irrigações construídos como forma de reparação dos danos causados aos atingidos, como por exemplo, das definições das estruturas do reassentamento:

> Casa para morar com água e luz, terra (lote) para plantar e criar, cerca e desmatamento, sistema de irrigação com bomba, canos e tubos para distribuição da água pela plantação, energia elétrica para irrigação, orientação para crédito agrícola e orientação técnica para plantar e vender (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1986).

Tendo em mente o que diz (THOMPSON, 2012, p. 279), de que uma "classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de classe de si mesma. De outro modo, não é ainda uma classe", a criação do denominado Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA é uma expressão de emergência dessa consciência de classe. E em sua nomenclatura, além de delimitar geograficamente o espaço em que se encontram inseridos tais sujeitos, demostra também, e principalmente, o seu local de fala, uma noção clara de sua classe social, a dos trabalhadores rurais.

De origem sindical, declara-se: "Se não fosse a luta, hoje nós poderíamos estar na grande cidade buscando emprego; poderíamos ser trabalhadores sem terra; poderíamos estar vivendo de diária, de meia, sempre devendo ao patrão" (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA [1987/8], p.3). Essa citação, para além de informar sobre a situação dos reassentamentos em sua fase de construção, cumpriu ainda o papel ideológico de demonstrar e convencer os/as trabalhadores/as do que era melhor para eles nesse processo, e destacou que o reassentamento, ao contrário do que foi apregoado pela CHESF, somente foi estruturado por causa das lutas travadas pela classe trabalhadora. A exemplo da ocupação e paralização do canteiro de obras da UHLG que deu origem ao *Acordo de 1986*, conhecido e referido pelo sindicato com a "A grande batalha". Na análise de Silva (2018), nenhuma das conquistas e garantias teriam sido possíveis sem a formação e mobilização dos sindicatos.

Abrindo um parêntese para relação entre classe e questões culturais, Thompson (2012) é enfático ao sublinhar que classe vai para além das relações de produções, e acrescenta a cultura como fator importante na compreensão desse conceito. Assim sendo, não é possível deixar de lado os aspectos da vida cotidiana desses sujeitos, como seus anseios por permanecer vivendo dentro da sua cultura e a aversão por aquilo que se distanciasse dela. Dessa maneira, só para contextualizar e deixar claro quanto a situação em que os/as trabalhadores/as rurais foram postos, na citação sindical acima é possível identificar que havia apreço pela vida rural e pelo trabalho com a terra, local de pertencimento e formador de identidades (NORA, 1993), e a aversão em

relação as grandes cidades, compreendidas como locais de desemprego ou de submissão a patrões, se constituindo assim uma força motora para o desencadeamento da luta de classes.

Uma outra leitura que pode ser realizada diz respeito ao próprio surgimento de consciência de classe, pois conscientes de seu lugar, ou seja, da sua classe, a organização política autônoma se encontra na figura dos sindicatos, esses que são responsáveis por lutar pelos direitos de quem trabalhava com a terra, e a adesão das pessoas a essa instituição se configura como a consciência de classe própria desses sujeitos.

Assim sendo, os acontecimentos vindos de cima e impostos sob esses trabalhadores/as, foram responsáveis pela transformação na mentalidade desses sujeitos, fazendo com que emergisse entre eles a consciência de classe, e a própria identidade classista. A maior evidência disso é a organização sindical e seus desdobramentos ao longo da construção da UHLG e dos projetos de irrigações para reassentamento.

Contribuindo para a validação dessa afirmação, as falas dos líderes sindicais e dos trabalhadores não empossados de tais funções revelam isso. Mediante todas as tentativas frustradas de protestos e manifestações realizadas para obtenção de um posicionamento da CHESF, segundo esse líder sindical não identificado por nome: "Os trabalhadores sentiram que a única forma de pressão pacífica que eles tinham era tentar paralisar as obras pra haver um diálogo, pra abrir um, um canal de negociação[24]". O que na voz de alguns trabalhadores também não identificados por nome na reportagem era vista como a única solução: "Então nós tem outras alternativas que eles chega mais rápido. [...]. É parar essa obra! Parar tranquilamente para ela não funcionar"[25]. Para outros, foi uma ação um pouco tardia, mas necessária e com frutos: "Eu acho que já devia ter parado a 5 anos atrás, essa obra, porque assim os trabalhadores já tinham sua reinvindicação, o seu reassentamento. Hoje é quase tarde, mas tá perto e a gente vai resistir aqui até uma solução concreta[26]".

Durante essa ocupação muito do que pensavam os líderes sindicais teve como ser percebido com maiores detalhes. Em cima de um caminhão, com caixa de som e microfone, no canteiro de obras, seguido de aplausos e gritos dos que ali estavam, um líder sindical proclama com tom de revolta:

> E vos digo meu nome aqui, me chamo Vicente da Costa Souza, presidente do sindicato de Petrolândia, e *não aguento mais essa indecisão*, e *não aceito mais essa indecisão*! Daqui pra frente a *CHESF entre em campo pra resolver o problema dos trabalhadores*. *Os governos estaduais entrem em campo para resolver os problemas, o governo federal*

[24] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[25] Idem.
[26] Idem.

> *entre em campo para resolver o problema.* Porque *nós haveremos de mostrar que somos capazes*, somos capazes de até hoje manter, manter pacificamente, mas daqui pra frente não somos mais capazes disso, *iremos agir*, iremos, se for necessário, *fazer tudo que ninguém imagina*, porque é a nossa vida que estar em jogo. Covarde é aquele que aceita toda injustiça, o homem deve lutar por sua sobrevivência [gritos e aplausos].[27]

É possível identificar um discurso de revolta e ao mesmo tempo de empoderamento dos sindicalistas, cuja finalidade consistia em demonstrando para a estatal que havia força no interior da organização, além de evidenciar a falta de compromisso do Estado quanto ao reassentamento, porquanto, contradizendo a versão da CHESF posto em seu livreto. Contradizendo também a falácia proferida durante as negociações formais por um representante da estatal que durante as negociações exclamou:

> *Não tem necessidade de parar a obra por isso*! O reassentamento está andando *a ritmo acelerado. Hoje mais acelerado do que a obra*. Porque a obra teve um cronograma de *andamento normal*. Eu reconheço que houve um atraso da empresa, que ela hoje tá trabalhando pra recuperar. *Mas não há necessidade de parar esta obra*![28]

No entanto, além da análise dos próprios líderes sindicais, como a seguinte:

> Agora a gente sabe que na verdade, o que CHESF nunca teve foi exatamente uma forma, né, de resolver os problemas sócias da barragem. Isso aconteceu em Moxotó, onde 10 mil pessoas foram expulsas das suas terras. Esse drama se repetiu em sobradinho, onde 72 mil pessoas, né, foram desalojadas pelo maior lago artificial do mundo.[29]

O próprio acordo entre ambas as partes denunciou isso, já que o cronograma que foi estabelecido para construção das agrovilas, para além das especificações quanto às exigências dos/as trabalhadores/as, é datado pós-1986:

> CRONOGRAMA DE REASSENTAMENTO
>
> 15/12/86 - deverá estar assinado o decreto de desapropriação da borda do lago;
> 30/12/86 - data limite para início do processo de desapropriação da área da Fazenda Pastos Bons, no Município de Petrolina;
> 18/01/87 - entrega do Estudo de Viabilidade econômica do Projeto Jusante, pela CHESF;
> 30/03/87 - data limite para a CHESF estar imitida na posse de todas as áreas necessárias ao reassentamento;
> ABRIL/87 - início das construções das casas nas áreas dos Projetos Especiais de Irrigação;
> AGOSTO/87 - início do reassentamento;
> JULHO/88 - conclusão da implantação do sistema de irrigação (CHESF, 1986);

---

[27] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[28] Idem.
[29] Idem.

A partir desse cronograma o estudo para a construção dos projetos de irrigação deveria ser concluído somente no início do ano seguinte, o processo de retirada dos habitantes das terras escolhidas para reassentamento só se daria no terceiro mês de 1987, e só então a construção, no mês seguinte a construção das novas moradias, com previsão de reassentamento para agosto e conclusão do sistema de irrigação para o início do segundo semestre do 1988. Logo, algumas considerações precisam ser feitas: em primeiro lugar o documento elaborada pela própria CHESF desmente seus argumentos falaciosos quanto a dedicação aos projetos; em segundo, nem mesmo ele foi cumprido, uma vez que, segundo relatos dos próprios sujeitos reassentados a mudança só se deu em fevereiro de 1988 com as casas ainda processo de construção; e em terceiro, a própria realidade atual, com a não conclusão do sistema de irrigação depois de pouco mais de três décadas, demonstra o despreparo e descaso com a população afetada, uma vez que com isso há um rompimento com a prática agrícola.

2.2.2 Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco: formação pedagógica/ideológica dos sindicalistas

Submergindo nas ações Polo Sindical, a elaboração de seu livro aqui foi entendida em primeiro lugar como resposta ao discurso da CHESF, que por sua vez, também se constitui discurso. Em virtude de suas caraterísticas, como o uso de recursos imagéticos, contendo fotografias e exposição das suas ações, não somente cumpriu o objetivo de informar ou comprovar as atuações sindicais da própria classe trabalhadora, como também reforçar o senso de identidade de classe. Além de apresentar os objetivos pretendidos e alcançados evidenciando a força da união dos/as trabalhadores/as, configurando-se como uma relação política e ideológica de classe.

Ajuizando que tanto classe como consciência de classe são historicamente construídas (THOMPSON, 2012), a fonte aqui analisada ainda foi tida enquanto instrumento pedagógico/ideológico da referida classe trabalhadora, dado que antes da confecção desse livreto, na fala do Fulgêncio M. Silva, então diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floresta - PE, já havia tal preocupação:

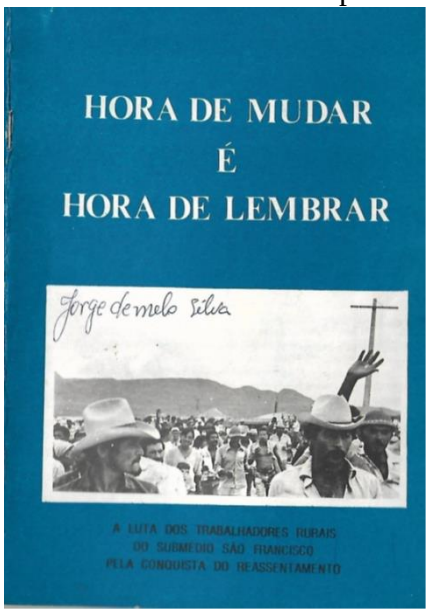
> O sindicato tá se preocupando, [...], a gente tá indicano[30] o trabalhador, procurano[31] orientar ele, o que é que ele deve fazer, como é que ele deve lutar, deve-se que com união, devem se unir, que com união a gente pode vencer, pode ser que arranje terra

[30] Indicando.
[31] Procurando.

> para o reassentamento do povo, [...], a gente vem desde 76 lutano[32] por esse reassentamento, procurano terra, escolhendo terra num canto e nôto[33], pra poder ver se dá pra fazer o reassentamento do povo [...].[34]

Seguindo o mesmo padrão da produção literária da CHESF, já na capa, o sindicato por meio de uma fotografia correspondente a uma de suas concentrações, como é denominado suas reivindicações públicas, alude para a noção de luta.

Figura 13: Capa do livro sindical Hora de Mudar é Hora de Lembrar: a luta dos trabalhadores rurais do submédio São Francisco pela conquista do reassentamento



Fonte: (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA).

Escrito com uma linguagem coloquial e tipicamente sindical, inicia-se assim:

> Companheiros,
> Você tem direito à nova casa, à nova terra. Você sabe ou se lembra como chegamos a esse direito? Você pensa que foi só porque a Barragem ficou pronta? O Reassentamento é uma bandeira de luta dos trabalhadores rurais nos seus sindicatos. O Reassentamento só está acontecendo porque nos unimos e lutamos por terra irrigada e por casa digna de morar. E vencemos. Se não fosse essa luta, hoje nós poderíamos estar na grande cidade buscando emprego; poderíamos ser trabalhadores sem terra; poderíamos estar vivendo por diária, de meia, sempre devendo ao patrão. Se hoje temos direito à terra e à casa é porque lutamos por isso. Foi conquista de nossa união e organização (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA [1987/8], p. 3).

[32] Lutando.
[33] Em outro.
[34] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.

Com a finalidade de retomar um processo histórico de luta pelos sindicados, mostrando assim a sua atuação política frente as imposições da CHESF, nesse campo de relações de poder, a construção de novas casas e a entrega de novas terras para a produção agrícola é proclamada como direito conquistado e não dado.

Na voz de José Soares, presidente do sindicato de Itacuruba, essa conquista:

> Foi muito sacrifício, foi seis dia de sacrifício, mas [...] agora a gente tem um documento garantino[35] tudo, [...], o reassentamento. E se [...], essa garantia do documento não for afirmada na prática aí então os trabaiador[36] vão tornar a voltar a ocupar a obra e aí a gente só sai daqui com o reassentamento feito.[37]

Para um outro trabalhador, com empolgação, essas conquistas só foram possíveis graças a:

> [...] um negócio que *vai ficar na história do Brasil e do mundo*. Nunca outros trabalhador, mesmo unido, tiveram coragem de parar uma obra que nem essa. Se nós paramos essa obra, garantimos, com toda segurança, com toda honestidade, e... *trabalhador fez segurança milhor[38] do que a pulícia[39] do governo*.[40]

Essas narrativas não só podem ser, com estão sendo utilizadas aqui para romper com a memória oficial. Essas narrativas são memórias subterrâneas, para evocar Pollak (1989), forma-se como uma maneira de reescrita da história dos/as trabalhadores/as pelos/as trabalhadores/as.

Retomando a citação de apresentação do livreto sindical, como uma espécie de convocatória, pergunta-se: "Você sabe ou se lembra como chegamos a esse direito"? É a partir desse questionamento retórico que seu conteúdo é escrito, com a preocupação não somente de relembrar aos trabalhadores/as rurais como se deu as negociações com a estatal, mas também de forjar essa consciência de classe.

A CHESF, por sua vez, em seu livro não só naturalizou a necessidade de construção de novas moradias, mas colocou-se enquanto aquela que iria promover tal benfeitoria, afirmando que "Todos devem ter uma casa para morar com sua família e para que isso acontecer a CHESF é que vai construir as casas, [...] [e não cada família], porque fica difícil, para quem vai cuidar da roça, fazer as duas coisas" (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). No entanto, a fonte mostra que em 1979, durante a primeira concentração, em

---

[35] Garantindo.
[36] Trabalhadores.
[37] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[38] Melhor.
[39] Polícia.
[40] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021

Petrolândia - PE, a reivindicação era por: “Terra por Terra na Margem do Lago; águas nas casas e nos lotes; casa para morar, área de sequeiro/criatório; indenização das benfeitorias” (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 5).

Além do livreto, as próprias vozes dos líderes sindicais na parada de 1986 comprovam essa luta constante pela preservação da posse da terra, como a fala de Fulgêncio:

> [...] a reinvindicação nossa é terra pra todo mundo, é terra pra quem nela trabalha. Trabalhou na terra tem direito na terra. Porque o trabalhador que veve[41] trabalhando na terra, ele é igual um peixe, se tirar d’água morre.[42]

A fala de Miguel, trabalhador rural que morava nas proximidades geográficas onde hoje situa-se a UHLG, na época, ao ser questionado sobre a proposta da CHESF em detrimento a necessidade de saída rápida da área em questão, revelou:

> a proposta da CHESF era pagar dois tonho[43] pra cada um trabalhador se mandar e vivesse da maneira que, que pudesse e desse certo. [...]. a gente vendo o trabalho das máquinas, iniciado no [...] nosso terreno, atingindo a saúde da gente, tombém[44] as nossas roças, a gente se reuniu, os trabalhador, e vimos que a gente... um só por só não resolvia na situação que estava com a CHESF, porque a CHESF tem muito dirigente, [...], um braço do governo, podemos dizer, e tem todo apoio. Imediatamente a gente surgiu sugestão para que a CHESF construísse outro local pra gente conseguir trabalhar com vem, vinha trabalhando, a gente cederia pra ela tirar o material e construir a barragem. [...]. Essa briga durou três mês. Agora a briga firme de improibir[45] mesmo, não tirar nenhuma carrada de material, nós passamos 15 dia implantado, sempre o comum, três, quatro, cinco mil trabalhador na área [...] da jazida. Cada um dia da semana tinha um município de plantão permanecendo, pra não pesar só em cima de nós da região do material.[46]

Os pontos elencados pelo sindicato demonstram não somente uma disputa em torno das memórias desse processo, mas evidencia uma discrepância entre o dito e o feito pela própria CHESF. De um lado o Estado, que na posição de construtor de uma memória oficial deixou de lado em seus discursos as interferências da classe trabalhadora durante a construção da UHLG e dos reassentamentos, e do outro o sindicato, que do mesmo modo não só evidenciou a própria participação, como pôs-se como inteiramente responsável pelos êxitos. Dessa maneira, o próprio manejo das fontes, trazendo para luz as versões subalternas, como as falas das reportagens por

---

[41] Vive.
[42] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[43] Termo utilizado para se referir ao pagamento de uma indenização de valor baixo, não considerada justa na sua concepção.
[44] Também.
[45] Proibir.
[46] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.

mim transcritas e utilizadas, mostrando as formas de atuação dos/as trabalhadores/as, configura-se como uma emergência de uma terceira via de memória, mesmo que ainda seja a de baixo, como pretendi desde o início.

Retomando a realização da primeira concentração dos trabalhadores, em sequência, para sua ilustração, - não de forma aleatória - o polo sindical traz uma fotografia reafirmando o ato.

Figura 14: Primeira Concentração de Trabalhadores Rurais - 04 de agosto de 1979 - Petrolândia - PE.

Fonte: (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA).

Sobre o uso dessa fotografia no livreto, em primeiro lugar, é pertinente ter esse contra-argumento sindical, que fez emergir as memórias subterrâneas, como maneira de manter a coesão do grupo social, bem como, as delimitações de suas fronteiras e seus pontos em comum, uma vez que essas são "duas funções essenciais da memória comum" (POLLAK, 1989, p. 9). Em segundo, já pensando o papel social das fotografias presentes na fonte, tal como essa, e sabendo que o Polo Sindical, enquanto instituição que fala em nome dos/as trabalhadores/as rurais e para eles próprios, foi também responsável pelo diálogo e formação pedagógica/ideológica desses, elas demonstram uma representação da CHESF que é passada para seus sindicalistas.

Essa representação aqui é entendida como uma forma de enxergar e compreender o mundo (CHARTIER, 2002), ou seja, uma maneira de fazer a leitura da realidade, dos fatos acontecidos ou em acontecimento, que por sua vez é construída através de práticas e representações, como o próprio livreto que utilizo como fonte. Visto que a sua confecção é uma

prática cultural, bem como a leitura dele, e a sua interiorização conduz a representação, a uma forma de guiar a visão da classe trabalhadora por determinado caminho.

A figura 14 mostra trabalhadores/as reunidos num ato que mescla entre reinvindicação e socialização classista (THOMPSON, 2012). Segurando uma faixa com a seguinte frase "Quem cria problemas tem a obrigação de resolver", tal ato representa, afora a formação de classe e consciência de classe (THOMPSON, 2012), uma visão sindical de que a CHESF chegou não para trazer melhorias, como discursava, mas como uma empresa que estava interferindo negativamente no interior da vida desses sujeitos, sendo necessário, como afirma um dos trabalhadores presente na parada de obras, uma organização para dominar "uma fera que há muitos tempos vinha num massacrando, né. E tenta massacrar, né"[47], para continuar no campo das representações.

Essa visão foi materializada também na escrita de um poema de Fulgêncio, um dos autores do livreto em questão, intitulado de *E tudo começou...*

> Desde o ano setenta e seis / Que a gente iniciou / Nossa organização / Para não perder as terras / Que a gente sempre plantou / Isso a gente iniciou / Quando se ouviu falar / Que essa empresa CHESF / Aqui ia começar / A construção de uma barragem / Pra poder nos afogar / Assim foi se organizando / Fazendo reunião / Orientando os companheiros / E fazendo concentração / Hoje já tem gente unida / Que se faz um batalhão (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 4).

Ao apresentar como se deu a organização inicial dos/as trabalhadores/as, o costume do cultivo da terra foi posto como argumento principal para o início da organização, pois ela se deu em torno da tentativa de preservação de suas terras onde nasceram e utilizavam diariamente para sua sobrevivência. Nesse sentido, havia uma noção de que a construção da UHLG iria provocar o afogamento não somente dos patrimônios materiais de valor financeiro, mas também da cultura ribeirinha.

Os protestos realizados por meio das concentrações se seguiram até 1985. Foi na segunda concentração que "reafirmamos nossas exigências e protestamos contra o descaso da CHESF, pois ela permanecia cuidando apenas da construção da Barragem. Tanto que nem o mapa com o tamanho do Lago ela queria nos mostrar (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 6), afirmou o sindicato, gerando a necessidade da exigência desse documento pelos trabalhadores.

---

[47] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.

Figura 15: Conquista do mapa do Lago Itaparica - 30 de abril de 1980.

Fonte: (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA).

Com essa fotografia, junto ao texto que foi citado, além de representar descaso e falta de providência por parte da estatal, também cumpriu a finalidade de mostrar a força e a união de homens e mulheres que compunham a classe trabalhadora e ribeirinha do Rio São Francisco nesse processo, uma vez que foi por meio de suas reivindicações e exigências que o mapa foi disponibilizado.

Aparentemente contando sempre com um maior número de adeptos e com maior força de atuação, grifa:

> Encerramos o ano realizando a 4ª CONCENTRAÇÃO, em Itacuruba, com mais de 4 mil trabalhadores. Nela aprovamos um Abaixo-assinado do (sic) dirigido ao Presidente da República, exigindo que as terras para o reassentamento fossem liberadas. Como resposta, o Governo e a CHESF criaram, em 04 de dezembro, um Grupo de Trabalho para estudar nossas exigências. Mas ficaram apenas nisso (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 6).

Dessa forma, o Polo Sindical põe-se como principal agente na confecção do Plano de Reassentamento, realçando ainda que “Em novembro entregamos à CHESF uma relação das áreas, município por munícipio, onde a gente queria ser reassentado (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 6), no entanto, permaneceram sem respostas por parte da estatal.

Motivados por esse descaso, no contexto da realização da sexta concentração, no ano de 1984, denominado de ano de reuniões e denúncias, que "[...] através de nossos sindicatos, convidamos alguns técnicos que depois de estudarem a situação, fizeram juntamente com nós o documento chamado DERETRIZES BÁSICAS para o reassentamento (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 10), resultando num Plano de Reassentamento exigindo:

> "áreas irrigadas de 6 ha, áreas de sequeiro/criatório, 25 ha para cada trabalhador, irrigação por aspersão, administração dos projetos pelos trabalhadores, casa para todos, estradas, melhor escolha das terras, desapropriação das terras. O caminho estava apontado... A CHESF só conversava" (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 10).

No discurso sindical, mais uma vez o protagonismo parte do Polo Sindical e a negligência recai sobre a estatal, construindo uma imagem sempre pejorativa: "A CHESF manobrava para nos enrolar. Fazia as coisas sem nos consultar [...] (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 13), fator apontado como o principal na tomada de decisão de parar as obras da construção da hidrelétrica em 1986.

Uma terceira forma de representação da CHESF é de uma empresa repressora, que age na base da ameaça e da violência. Um dos exemplos destacados pelo Polo Sindical foi quanto a desapropriação do povoado de Caruru.

Figura 16: Acampamento do Caruru - Glória - BA em 1982.

Fonte. (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA).

Além da fotografia, evidenciando para os trabalhadores o descaso da estatal, argumenta-se que:

> Os trabalhadores rurais do Caruru, município de Glória, com o apaia (sic) dos municípios, que foram o Poló Sindical, acamparam na estrada e impediram as máquinas da CHESF de tirar material do Caruru. Crianças adoeceram e plantas morreram por causa da poeira. Durante 14 dias resistimos às pressões e ameaças da CHESF. Mas a POLÍCIA, a serviço da CHESF nos expulsou violentamente. Mesmo assim, em negociação, conseguimos o reassentamento provisório da Barbosa Ferraz para os atingidos (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 8).

Cumprindo a função de reforçar a noção de resistência por parta dos/as trabalhadores/as, a estatal foi descrita de forma depreciativa, causadora direta e/ou indireta dos males sofridos por essa comunidade. Fato que teve forte destaque e força motriz para a realização da quinta concentração, na qual, além do protesto contra a "[...] demora e a falta de providência da CHESF, e denunciamos as violências praticadas no Caruru. Nós aumentávamos nossas forças. A CHESF só enrolava (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 9). Com isso percebo que para além do campo das representações, as falas de enaltecimento da atuação sindical serviram para a consolidação das memórias acerca da própria instituição, e forjar uma identidade classista e sindicalista. Porquanto, por meio dos chamados mecanismos ou lugares de memórias, essas podem tanto ser provocadas e construídas, como manuseadas por pessoas ou grupos sociais (NORA, 1993). Ainda servem, através da coesão, para construir e manter a identidade social de determinados grupos (POLLAK, 1989).

Essa mesma interpretação se aplica a um outro verso de Fulgêncio que se faz presente na literatura analisada. Com uma espécie de anúncio aos trabalhadores/as, declarou: "por meio da organização/ nós já podemos falar/ com ministros em Brasília/ E aqui mesmo no lugar/ Só que o que nós queremos/ Ninguém tá querendo dar" (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 11).

Junto ao texto encontra-se uma fotografia, na qual, exibe-se uma audiência com o então ministro das Minas e Energias, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, localizado ao centro, com os representantes sindicais a direita.

Figura 17: Audiência com o Ministro das Minas e Energia em 1985.

Fonte: (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA).

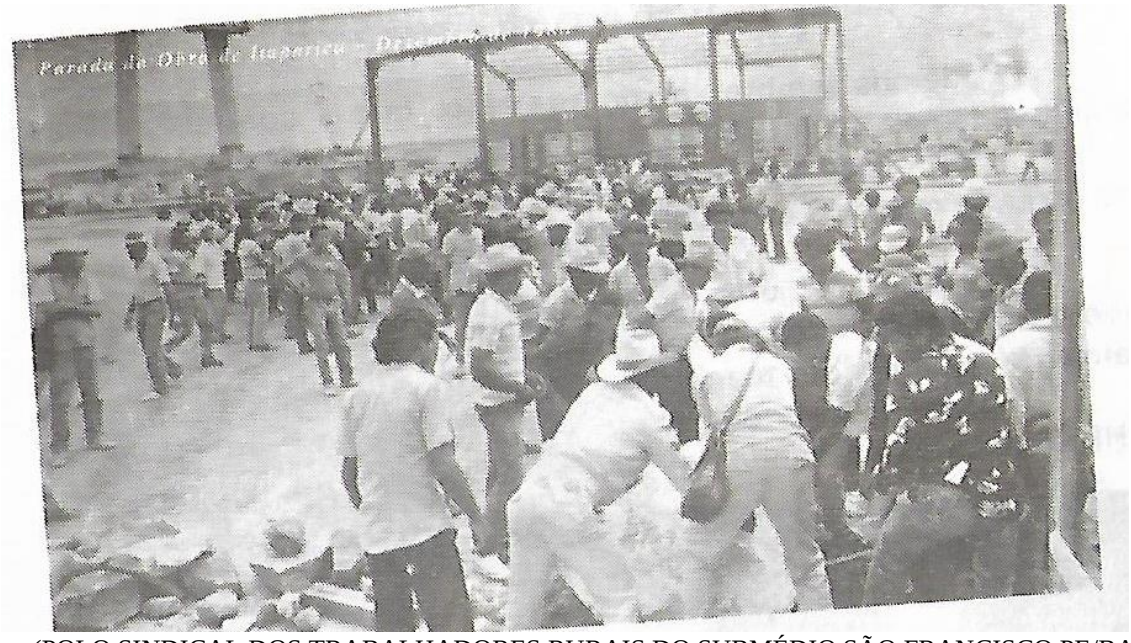
Dando continuidade a esse processo de enquadramento das memórias, a sétima concentração, ocorrida em 1985 no canteiro de obras da UHLG foi marcada não somente pelo grande número de pessoas, - conforme a fonte compareceu um número de 6 mil trabalhadores/as, fora os apoiadores da causa -, e pela mobilização de carros de sons, mostrando a potencialidade da instituição sindical, mas principalmente pela ameaça feita e cumprida no ano “se a CHESF não fizer o reassentamento imediatamente voltaremos, para parar essa obra na lei ou na marra” (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 12).

Figura 18: Sétima concentração de trabalhadores rurais - 15 de outubro de 1985 - Canteiro de obras de Itaparica.

Fonte: (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA).

Mobilização de grande porte, o cumprimento dessa ameaça impulsionada pela não efetivação do reassentamento, conduziu para a chamada de A GRANDE BATALHA em 1986. Com a paralização das obras por um período de seis dias corridos, de 01 a 06 de dezembro do corrente ano, após as negociações, deu-se origem ao então *Acordo de 1986*, garantindo "[...] terra boa para irrigação, casa para morar, terra para o criatório, assistência técnica, a quantia de 2,5 salários mínimos até o início da produção, indenização justa, e a nossa participação efetiva nas decisões do reassentamento" (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 13). Além da caracterização dos tipos de reassentamentos e dos critérios para a distribuição dos lotes rurais (CHESF, 1986), que por sua vez, pauta toda a literatura da CHESF já analisada.

Figura 19: Formação do acampamento durante a parada da obra de Itaparica - dezembro de 1986.



Fonte: (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA).

Apesar da celebração desse acordo entre ambas as partes, a produção sindical terminou com uma espécie de chamamento. Com sua última seção denominada de "E A LUTA CONTINUA", ressaltou-se que:

> Apensar de muita coisa está sendo feita em relação ao plano de reassentamento para as famílias atingidas pela Barragem, a experiência continua demonstrando a necessidade de continuarmos pressionando a CHESF para que o reassentamento seja realizado de acordo com os nossos interesses (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8], p. 14).

Ponderando os discursos e as memórias discutidas, algumas considerações precisam ser feitas. Classe e consciência de classe, essa como gênese daquela, entre os/as trabalhadores/as rurais do submédio São Francisco são frutos do empreendimento modernizador dessa região com a construção da UHLG e a necessidade de reassentamento; a formação real da identidade classista, enquanto último produto nesse processo, aconteceu através da formação da Polo Sindical e de seus filiados, por meio de suas atuações políticas e de formação ideológica com as produções literárias; já quanto ao uso das fotografias e imagens em ambos os casos, enquanto objeto de significação, partindo da premissa de que cada segmento social possui uma interpretação distinta das imagens, isso em conformidade o seu lugar social e da sua própria construção enquanto sujeito social (LIMA, CARVALHO, 2015), elas desempenharam um papel importante na construção, mobilização e enquadramento das memórias. No caso da CHESF, empenhada em convencer os/as trabalhadores/as de um melhor que estava por vir com os

empreendimentos para agroindustrialização nas áreas atingidas pelo Lago Itaparica, possuiu a função de enquadrar o Estado como benfeitor e precursor de uma mudança sociocultural positiva. No que corresponde ao sindicato, seguindo essa mesma linha de raciocínio, mas cada um segundo seus interesses ideológicos, não só objetivou o enquadramento dessas memórias a seu favor, enfatizando o reassentamento como bandeira de luta, e assim provocando rupturas na memória oficial, como foi conveniente para a construção de uma identidade classista contribuindo para o fortalecendo dos laços entre os sindicalistas e no chamamento para adesão a causa.

2.3 AS VOZES DO TRABALHO: NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NO CANTEIRO DE OBRAS ITAPARICA

Até o momento apresentei aqui duas versões a respeito desse fato histórico, a da CHESF e a do Sindicato. Todavia, achei por bem trazer às claras uma terceira versão, a dos/as próprios/as trabalhadores/as, enquanto sujeitos históricos que vivenciaram e sentiram os anseios e medos desse processo para além do oficializado pela instituição sindical. Para isso elegi a parada do canteiro de obras de 1986 como palco para análise e interpretação por meio das falas dos/as trabalhadores/as que aderiram ao ato, com o objetivo de confrontar as versões anteriores, captar as emoções, argumentos e atitudes desses sujeitos frente a construção da UHLG e ao processo de reassentamento.

Em entrevista realizada pela TV VIVA, emissora local do Estado Pernambuco, antes e durante a concentração de seis dias no canteiro de obras de Itaparica, quando questionado a Manoel Andrino de Souza, um trabalhador rural do município de Floresta - PE identificado como vaqueiro, o que o povo da região estava achando da construção da barragem, ele responde: “O quê que eles tão achano? Tão achano que vai sofrer muito. Porque cobre os terreno de, de, de plantação, num temo pra onde ir, como é que faz”?[48] Em sua fala, as vésperas da concentração, afirma não saber o seu próprio destino e dos seus conterrâneos após a concretização da UHLG, demonstrando que até o presente momento ainda não existia posicionamento concreto da CHESF quanto ao que iria acontecer com esses ribeirinhos.

Corroborando com a fala desse trabalhador, um outro traz à tona marcas de apego as origens em sua fala ao declarar:

[48] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.

> E a história que eu tenho de contar só é o... sufrimento[49] que nós tamo sobre esse... esse causo da CHESF, né. Que tá aqui nos inforcano[50]. Nós... já nascemo[51] e se criemo[52] aqui nessa região cum... [SILÊNCIO]. Sempre passando faroráve[53], né. E agora tamo nessa situação sem saber pra onde vamo. É... agora a gente sente muito só essa... [emoção] essa dor do caba[54] num saber pra onde ir. Porque eles, até agora, com esse tempo todo já... nunca dissero[55]... o locale[56] que a gente vai, né![57]

É necessário ressaltar que no momento da reportagem havia decorridos dez anos desde o início das obras, o que reforça ainda mais os argumentos sindicalistas do descaso do Estado para com as comunidades ribeirinhas já frisado a cima.

Condicionadas a questões climática, na fala Ederson, um outro trabalhador que aparece na reportagem, foi relatado como o cultivo da terra acontecia:

> Quando o rio enchia aí a gente prantava essas, essas terreno. [...]. Quando ele [o rio] voltava, né. A terra ficava molhada, a gente ficava prantano[58]. [...]. Aí... quando terminava aí, era o tempo que chegava as chuvas, aí a gente vinha trabalhar nos altos. [...]. Prantanva[59]. Prantava cibola[60] na latra[61], num sabe. [...]. Carregando água do rio, fazendo os canteiro, então prantava na latra.[62]

Quando questionado se gostava do local onde morava foi enfático em dizer: “Oxem! Eu acho que dentro do Brasil num existe outro lugar. [...]. Já, já sair. Já pro Son[63] Paulo, Paraná... tudo eu já andei. Mas lugar milhor[64] do que aqui num existe”.[65]

Em uma comparação entre a vida agitada de São Paulo e o trabalho em industrias com a prática agrícola, o mesmo raciocínio é seguido por outro trabalhador:

> [...] Já tive oito ano e seis mês. [...]. Em São Paulo. [...], , lá eu trabalhava de indústria. Mas a vida daqui é milhor do que a de lá. [...]. É milhor porque nós tem a vontade. Tá aí, tá hoje dia de sábado nós tamo aqui a rodinha, a tropa boa aqui conversando... [...]. Num tem sua liberdade [em São Paulo].[66]

---

[49] Sofrimento.
[50] Enforcando. Metáfora utilizado para se referir as exigências da CHESF a respeito da urgência de retirado do povo.
[51] Nascemos.
[52] Criamos.
[53] Favorável.
[54] Palavra utilizada para se referir a “pessoa”.
[55] Disseram.
[56] Local.
[57] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[58] Plantando.
[59] Plantava.
[60] Cebola.
[61] Lata.
[62] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[63] São.
[64] Melhor.
[65] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[66] Idem.

Dessa vez o argumento girou em torno do ócio, da possibilidade do controle do tempo quanto ao trabalho e ao descaso, bem como a possibilidade de socialização com familiares e amigos durante esses momentos. Falas que estão relacionadas diretamente com a construção de identidade ligada ao território de origem desses sujeitos. Isso implica dizer que sua fala está mais imbuída de sentimentos de apego a terra e as relações familiares existente na comunidade do que em evidenciar uma vida economicamente estável.

Dando continuidade ao cenário socioeconômico e cultural da região do Submédio São Francisco, durante a capinação um trabalhador argumento:

> Se sair daqui, onde é que a gente vai se parar?! Esse serviço, é uma luta pesada. O nosso trabalho aqui direto, que vive desse jeito, mas a gente gosta de trabalhar de agricultura, porque, é animado! É muita gente, pra trabalhar, a gente, arruma o pão de cada dia, nesse serviço. Eu [i]magino é quando a gente for sair daqui, dum lugar desse, aonde é que a gente vai... se parar?! Se tiver um bom apoio de uma pessoa que cuide da gente, ainda pode dá um passo, mas se for pra sofrer mais do que o que nós estamos sofreno aqui, eu vou desisti de, de trabalhar de, de agricultura. Que num dá não, sofre, mas aqui a gente tem esses pedacinho de chão do jeito que é, parece que a terra aqui é doce, a gente gosta mermo.[67]

Na sua fala o trabalhador destacou a inexistência de informações sobre o reassentamento; valorizou a prática agrícola enquanto um trabalho "animado", certamente fazendo alusão aos momentos de socialização vivido durante a plantação e colheita; enalteceu a propriedade da terra, mesmo não escondendo as dificuldades presentes na agricultura de subsistência e das dificuldades existentes, minimizadas com a posse da terra. Isso porque era meeiro, uma modalidade de trabalho em que o latifundiário concede ao trabalhador o uso da terra, enquanto esse fornece a sua força de trabalho em troca, e ao final da colheita a produção é repartida. Em sua fala, nessa modalidade:

> O caba trabalha mais prozoto[68] que pra gente. Tem família, então tem dias que os filhos diz que vai deixar de trabalhar porque num pode comprar uma camisa. [...]. É mió[69] pro proprietário, sabe proquê[70]? Proquê[71] é o seguinte, a metade... a metade é dele, né. A metade é dele, agora da metade é que a gente vai pagar o... uma mocharia que come. Eles compra o adubo por um preço, quando é no tempo vai, vai, com três mês que aquela, dá aquela produto, eles tira, tirando os juros, né.[72]

---

[67] Idem.
[68] Para os outros.
[69] Melhor.
[70] Porquê.
[71] Porque.
[72] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.

Essas dificuldades não se resumem ao trabalho masculino, pois as trabalhadoras Maria do Socorro e Maria da Penha, quando indagadas sobre suas atividades, respectivamente, dizem:

> Trabalho na roça, trabalho alugado... é muito desvalorizado! Quase a gente... num arranja nada, né. Tudo que a gente... todo esforço que a gente faz é quase inútil, porque... serviço, é fraco, é difícil quando aparece.[73]

> Muito! Na roça, no alugado, na lenha, na água, em tudo. Por isso é que eu digo que... tenho poca coisa pra dizer, porque eu queria achar era uma pessoa que me ajudasse pra eu sair desse desespero. Mas só assim em conversa também num... num adianta porque acaba de... encher mais o saco [riso]. [...]. Num tenho terra. Queria que me dessem pra ver se miorava[74] a situação.[75]

Da mesma forma que o trabalhar anterior, Maria do Socorro e Maria da Penha se queixam da realidade local, demonstram insatisfação com a qualidade de vida em resultado da precariedade e desvalorização financeira do trabalho feminino, ao ponto dessa última manifestar o desejo de ser ajudada a sair desse "desespero", seja retirando-a para outro lugar ou recebendo a posse de para plantação. No entanto, ao ser indagada a respeito do que achava da construção da barragem, e consequentemente de suas implicações, é enfática em dizer: "É um inferno! [...]! Eu merma sô contra, se eu fosse um pistoleiro eu num dexava[76] nem fazer [riso]![77] E assim não vendo nela uma oportunidade de mudança de vida.

Essa dualidade nas falas de Maria da Penha certamente foi fruto da falta de posicionamento da CHESF quanto ao remanejamento dessa população, pois tomando essas falas de insatisfação como premissa, numa visão afastada, como o que estou fazendo agora, é possível e mais provável pensar que Maria da Penha enxergasse nesse advento a oportunidade de mudar de vida, porém quando se pondera o silêncio por parte do Estado quanto ao destinado das comunidades atingidas, o que prevaleceu não foi uma simples contradição como pode aparentar, mas uma conclusão imediata mediante a sua realidade.

Esse silêncio também assolou e continua a assolar, a comunidade indígena Tuxá, do município de Rodelas - BA, pois em relatório anual de administração referente a 2019, a CHESF diz que ainda "não houve modificação de status quanto à aquisição de terras para completar a Reserva Indígena Tuxá de Rodelas por parte da FUNAI[78], permanecendo ainda com o

---

[73] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[74] Melhorava.
[75] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[76] Deixava.
[77] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[78] Fundação Nacional do Índio.

reassentamento pendente" (CHESF, 2020). Durante a construção da usina já havia por parte dessa comunidade a noção da gravidade do problema. Em entrevista, o cacique Bidú, alegou:

> Nós samos[79] índios da tribo Tuxá, [SILÊNCIO] de Rodelas. A gente num se sente... feliz. *Feliz nós sentimos nessa terra! Pois tão vendo aí o plantio, nosso... nós produz aqui todo dia. Nós tira sustento pra nossos filhos, nós tira sustento pra outros lugares, abastece Salvador, Paulo Afonso, Belém do São Francisco, e por isso eu digo, [SILÊNCIO]por muita terra que a CHESF indenize e o direito em dinheiro de nossos bens de raiz, nossas fronteiras, nada nos paga!* [...]. A CHESF tá dormindo no ponto! A [...] Companhia só tá agilizando a obra e os bens dos outros ela tá, deixando para trás das costas. Mas a gente tem um conhecimento no, no, no que tá fazeno[80], já tem uma reinvindicação feita para a CHESF, em troco da perca de nossas terras, de nossos bens. Então quero que a CHESF, além da terra, tem que dar a *infraestrutura montada, terra demarcada, desmatada e documentada*. Todos nós prejudicados, branco, moreno, índio tem o direito a brigar, porque ninguém pediu para sair, ninguém pediu pra construir essa barragem. Quando eles fizeram não consultaram, pois deviam ter consultado, ó gente, vocês aceitam criar essa barragem? Mas não, a obra foi aprovada pelo governo e daí continua".[81]

A comunidade indígena - íntima com a terra -, assim como as demais comunidades ribeirinhas do região, atreladas as incertezas do pós construção da UHLG, em suas narrativas estavam sempre a alegar o descaso da CHESF e a falta de contentamento quanto a sair de suas terras. Nessa declaração, além de reforçar o papel e a função dos agricultores indígenas dessa região para com a economia local, da demonstração de infelicidade por todo esse processo, o cacique Bidú comprova possuir uma consciência de classe ao enfatizar a mencionar a existência de uma organização, de saber de seus direitos e pontuar suas exigências para com o Estado frente a realidade em que foram compulsoriamente submetidos.

Ainda sobre a consciência de classe, já destacada na seção anterior com maior veemência, os/as trabalhadores/as apresentavam clareza de seus objetivos e sem suas posições. Com uma percepção de progresso englobando a totalidade da população como receptora de melhorias, este trabalhador argumenta:

> A gente num, num é contra a construção da barragem, mas é contra a maneira que eles querem fazer com o trabaiador[82]. Quer dizer, se tivesse continuando de dia a dia o progresso da barragem e o progresso do reassentamento do pessoal aí sim podia se dizer que era progresso. Mas só tá progredindo a barragem, mas não os trabalhador [...]. A maneira que eles tão oprimindo os trabalhador só de promessa falano[83] lá em cima, esses governantes falano que vai fazer isso, fazer aquilo, e até agora a gente num viu nada feito, alguma coisa que a gente tem feito é pelos trabalhador junto com o sindicato, né. Mas a parte desses governantes o que a gente tá veno[84] só é promessa, né. Quer dizer,

---

[79] Somos.
[80] Fazendo.
[81] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[82] Trabalhador.
[83] Falando.
[84] Vendo.

> agora vão fazer. Quer dizer, porque os trabalhador é, tão reunido é, tão organizado mermo e alguma coisa vão fazer mermo.[85]

Como já visto, essa distância entre o tratamento com as obras da UHLG e as obras dos reassentamentos, foi um dos motivos alegados acerca da necessidade se criação da organização sindical e de suas reinvindicações. E o atendimento a elas foi referenciado como causa e efeito entre a CHESF e atuação sindical.

Além do mais, as falas dos/as trabalhadores/as em questão ainda na década de 1980, além de estarem alinhadas os discursos sindicais no que se refere ao silenciamento da CHESF para com os/as trabalhadores/as durante os primeiros dez anos de construção da UHLG, são capazes de demonstrar o cenário socioeconômico em que estavam inseridos, sujeitos trabalhadores da terra, dependentes da chuva e da vasão do Rio São Francisco para o cultivo, muito dos quais em condições financeiras precárias. Não obstante, apoiados nos costumes e sem perspectivas apresentadas para pós-barragem, negavam-se a experimentar uma outra forma de vida, amenos que fosse planejada em concordância com a própria comunidade. Essas tentativas foram feitas, e em partes cumpridas, por meio das negociações e conflitos realizados pelos sindicados.

Descortinando o cenário posto na parada de obras de 1986, maior evidência de negociação e conflito entre o Estado e a classe trabalhadora, a caminho do canteiro de obras quando questionado se os trabalhadores conseguiriam entrar e paralisar a obra, um trabalhador respondeu:

> Acho! Acho, porque nós temos o direito. Porque nós não somos, nós não somos andorinhas para viver de galho em galho, e nem peixe e nem jia para viver dentro d'água. Nós queremos o nosso reassentamento, nossas, nossas casas, nossas terras pra nós trabalharmos. Nós somos trabalhadores há mais de cinquenta anos. E somos produtores de, de todo o Nordeste, de todo o Brasil.

Endossado pela noção de direito e pela consciência de uma identidade classista, alegou que essa parcela da sociedade são trabalhadores há mais de cinco décadas, faz uso estratégico de um discurso mobilizador, cuja intenção era forjar uma negociação com o poder público. O costume, ou seja, as práticas, e nesse caso tipicamente rurais, estão incutidas na expressão que demonstra uma clareza de sua identidade, a de trabalhador, sem contar o enunciado da sua importância para o Nordeste e para o Brasil. Para Thompson (1998), sem minimizar o seu valor, esses argumentos são estratégicos, e por isso mobilizados com um propósito definido.

---

[85] TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.

Considerando a cultura dos/as trabalhadores/as rurais, é preciso entender que a construção da UHLG foi um fator de interferência externa sob seus costumes, uma interferência de cima para baixo, do Estado para com a comunidade rural. Esse fator conduziu ao surgimento de uma resistência por partes dos/as trabalhadores/as frente a situação. Foi a gênese de um processo de negociação e conflito, em que o Estado, em consequência das mobilizações e dos argumentos manejados, foi obrigado a ceder às exigências dos atingidos. O que não quer dizer que as mudanças nos seus *modus vivendi* foram evitadas, já que toda cultura sob pressão tende a transformar-se (THOMPSON, 1998).

Trazendo para o cenário analisado, durante os seis dias de ocupação é notório pelos representantes da CHESF a mobilização de argumentos na tentativa de reverter a situação a seu favor sem maiores "prejuízos", como por exemplo: a fala de um tenente da polícia militar, que se coloca como uma figura neutra, declarando que "não [...] estamos a defender fulano ou beltrano. Estamos apenas para manter a ordem".[86] Quando na verdade, põe-se a todo instante a favor da CHESF, ou na tentativa de acuar os/as trabalhadores/as pela demonstração de forma e autoridade policial, como mencionou um líder sindical, ao passo que reafirmou seu objetivo:

> Nós viemos pra qui pra quê? Pra discutir com a CHESF, negociar e se ritirar[87] com propostas concretas. Agora até aqui o que foi que a CHESF mandou? Mandou pulícia! *Pulícia não resolve o nosso caso!* Essa questão de que vamos ficar calados, de braços cruzados, não fala com pião, não vai lá na obra, isso aí a gente não pode garantir. Vai depender de quê? Vai depender da CHESF vim! Se a CHESF já tivesse vindo, já tivesse trazido a proposta concreta, nós já teria saído daqui, ou até nem teria entrado.[88]

Por sua vez, com argumentos carregados de valentia, como na citação anterior, com noções de firmeza e coragem, um trabalhador afirmou:

> É... está aqui acampado. Então a gente está acampado, e agora nós só sai daqui quando nós sair com o nosso documento *assinado*, né. A começar [...] o assentamento e a hora de terminar. Nós precisamos conversar aqui agora não só com Oliveira Brita, que é o presidente da CHESF, com o Aureliano Chaves.[89]

Ou uma declaração que mescla entre a valentia e questões sentimentais, como a de uma trabalhadora que disse:

---

[86] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[87] Retirar.
[88] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[89] Idem.

> Eu sou uma muler[90] mãe de quinze filhos, o meu sofrimento já é grande, e a partir dessa barragem, como é que nós vamos ficar, se eles num der nosso reassentamento? E tamo aqui. Deixei, deixei um bucado[91] de criança de menor em casa, estou aqui e só saio com o nosso reassentamento! Quando a gente entrou, receberam a gente muito mal, com puliça, fazendo da gente marginal, mas que nós num somo marginal, *nós samo*[92] *trabalhador*. *Mas a gente entrô, entramo, e torna entrar*. Se eles num der o nosso ressentamento, o negócio vai ser diferente.[93]

Ainda por intermédio de ações concretas, que tanto reforçaram como validaram as ações dos/as trabalhadores/as, como a retirada de pedras dos muros da barragem, "*Garrei pedra e nós vai pra dentro de luta"*![94]; a adesão dos operários da construção a causa dos/as trabalhadores/as: "E o seguinte, quem tem suas terras, certo, se serve dela. Se eles tomarem, eles vão viver de quê? Certo?! Então o lance é procurar dar as mãos a eles também, ao pessoal que precisa, certo"[95]; e os discursos de socialização classista:

> E nós tamos hoje tudo organizado aqui dominando uma fera que a muitos tempos vinha num massacrando, né. E tenta massacrar, né. E quando a gente ver uma luta de trabalhador, é, é junto com os outros órgãos, que é, é... faz parte, cumé[96], participa junto com os trabalhador, a gente só pode dizer que hoje a gente sente mais seguro, né. Que ver que tem gente ao lado da gente, junto com os trabalhador. Isso a gente num, num é iludido, né. *Num tá iludido não* [riso]. Todo mundo tá aqui consciente, por isso que vale a pena, porque todo mundo tá consciente pra enfrentar a fera mesmo, né.[97]

Comprova-se o poder de enfrentamento dos/as trabalhadores/as, mesmo depois da "[...] CHESF [...] [ter duvidado] da capacidade dos trabaiador durante dez anos. Agora os trabaiador mostraram realmente que tem capacidade de fazer parar a barragem".[98] Até na própria organização para proceder com as negociações diretas, pois quando chamados para entrar somente quatro representantes sindicais no escritório, estrategicamente, decidem que: "a gente sai os quatros, mas em conjunto com os companheiros, tá certo?! Ou então que a direção da CHESF venha aqui. Então tem essas duas propostas que... se vai ter que ir lá, e aí a direção da CHESF que decide".[99]

---

[90] Mulher.
[91] Expressão utilizada para se referir a quantidade, como "muito/a".
[92] Somos.
[93] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[94] Idem.
[95] Idem.
[96] Expressão utilizada para se referir a: "como é?".
[97] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[98] Idem.
[99] Idem.

Além do mais, um outro recurso utilizado pelos/as trabalhadores/as foram as cantigas. Elas traziam em suas letras a ideia central de que a terra é um direito comum (THOMPSON, 1986), e assim reiteravam a sua união, ou seja, a noção de uma identidade classista:

> O povo de Sobradinho o que é que vai fazer/ Sem casa, sem terra e sem ter o que comer/ Companheiros lavradores o que devemos fazer/ Aí vem chegando a Chesf/ O Dnocs também vem/ Codevasf e Agrovale/ Fazendo o que lhes convém/ Engolindo casa e terra/ Oferecendo uns vinténs/ Sem casa, sem terra, sem ter o que comer/ O povo de Sobradinho o que é que vai fazer/ E nós com casa e terra/ Ameaçado de perder/ Companheiros lavradores/ O que devemos fazer.[100]

> Me dê um segundo de uma hora/ e retirada os espinhos]*/ Ninguém segura essa turma tão unida/ Ninguém segura essa turma tão unida/ Ninguém segura essa turma tão unida/ Ninguém segura essa turma tão unida/ Ninguém segura a alegria dessa turma...[101]

Portanto, todas essas ações foram articuladas estrategicamente para a realização da negociação e conflito, meio pelo qual se chega a um acordo entre ambas as partes. Nesse caso, o palco foi o canteiro de obras de Itaparica, o cenário correspondeu as angustias e resistências por parte dos/as trabalhadores/as frente a construção da usina, os atores foram fundamentalmente o Estado, revestido pela CHESF, e os/as trabalhadores/as junto aos seus sindicatos. Quanto ao apaziguamento da situação, o *Acordo de 1986* cumpriu esse papel, pelo menos em parte, visto que não foi cumprido em sua totalidade. Mas e os moradores da Malhada do Sal? Participaram ativamente durante dessa parada? Compartilhavam desses mesmos anseios? Será que de fato seus costumes foram transformados a partir do reassentamento?

---

[100] TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul., de 2021.
[101] Idem.

3. DAS MARGENS À JUSANTE: O REASSENTAMENTO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

O presente capítulo, para além das questões elencadas no capítulo anterior, foi pensado com base na hipótese de que o reassentamento compulsório ao qual a CHESF submeteu os/as trabalhadores/as rurais do submédio São Francisco, fazendo com que saíssem das margens do rio para uma vida a jusante dele, causou e vem causando modificações nos *modus vivendi* dessa população, conceito que "[...] compreende um conjunto de práticas, de valores, de relações socioeconômicas e culturais, bem como, sensações e percepções, colocando no plano da busca da satisfação das necessidades imediatas e das relações de sociabilidade" (ESTELA, 2009, p. 117).

Para comprovar a hipótese levantada e responder as questões listadas anteriormente, fiz uma análise comparativa de algumas das práticas culturais percebidas entre a os/as reassentados/as, priorizando o cultivo da terra, a relação estabelecida com o Rio São Francisco e as práticas de culto religioso. Essas práticas foram percebidas a partir do uso e da problematização de entrevistas em História Oral, metodologia defendida por Bosi (2003) como a melhor forma para estudar a vida cotidiana. Pois os documentos escritos "não refletem a microssociologia do poder, as redes de influência e não captam a 'atmosfera' do grupo: o campo mutuamente compartilhado dos gestaltistas cujos contornos são definidos pelos olhares e expressões faciais" (BOSI, 2003, p. 17). Ao contrário das memórias, que são fontes com potencial para tal análise.

3.1 O PROJETO DE IRRIGAÇÃO JUSANTE, GLÓRIA - BA: UMA VISÃO PANORÂMICA DAS AGROVILAS

Ao pensar numa melhor maneira de apresentar o *locus* da pesquisa, uma vez que, como já mencionado, não tive acesso a documentações atuais junto a CHESF, a maneira encontrada para suprir essa necessidade visual, foi através da confecção de mapas construídos por imagens de satélites pelo Google Earth com a finalidade de expor uma visão panorâmica do Projeto de Irrigação Jusante.

Abaixo segue imagens das Agrovilas 01, 02 e 03 (Figuras 20, 21 e 22), as únicas, do total de oito agrovilas que possuem o perímetro de irrigação em funcionamento.

Figura 20: Imagem de satélite da Agrovila 1 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia**.**

Autor: (SANTOS, 2021).

Figura 21: Imagem de satélite da Agrovila 2 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2021).

Figura 22: Imagem de satélite da Agrovila 3 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2021).

Apesar dessas agrovilas não serem propriamente o foco da pesquisa, não é possível deixar de ressaltar que elas só tiveram as primeiras iniciativas concretas de implantação do Projeto de Irrigação em 2012, com a obras de distribuição de energia elétrica necessária para funcionamento do projeto por parte da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), (CHESF, 2013). Além da construção de estradas, cercamento, demarcação de lotes e da última etapa da construção de infraestrutura de irrigação que só se deu em 2013 (CHESF, 2014). Quanto a sua conclusão, ocorreu apenas em 2015 (CHESF, 2016). No entanto, alegando falta de recursos, no ano seguinte a estatal desacelerou a implantação do perímetro irrigado nas Agrovilas 06 e 08, e apresentou uma previsão de conclusão para 2017 (CHESF, 2017). Em seguida, sob o argumento de erro no material utilizado na construção da adutora de gravidade que levaria água para os loteamentos, paralisou-se as obras novamente (CHESF, 2018).

A elaboração de um projeto de requalificação das obras foi feita em 2018 (CHESF, 2019), e junto a ele, foi procedido a negociação do pagamento de indenizações a 48 famílias em troca da não conclusão dos perímetros de irrigação e loteamento (CHESF, 2020). Os alvos dessa negociação foram justamente os/as reassentados/as das Agrovilas 06 e 08. Conforme a CHESF, essa negociação resultou numa “Redução em 58% (no caso, de R$ 4,36 milhões para R$ 1,83 milhão) do custo anual com Verba de Manutenção Temporária (VMT) para atender ao Programa de Recomposição de Renda Familiar de Itaparica” (CHESF, 2021).

Voltando a caracterização da área em questão, a água para a irrigação dos loteamentos, bem como para consumo próprio, é fornecida por meio de um reservatório que se localiza na Serra Negra, também município de Glória, através do sistema de gravidade.

Figura 23: Imagem de satélite do reservatório de água na Serra Negra, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2021).

Quanto as demais agrovilas, seguem as imagens abaixo:

Figura 24: Imagem de satélite da Agrovila 5 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2021).

Figura 25: Imagem de satélite da Agrovila 6 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2021).

Figura 26: Imagem de satélite da Agrovila 7 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2021).

Figura 27: Imagem de satélite da Agrovila 8 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2021).

Figura 28: Imagem de satélite da Agrovila 9 - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2021).

Além das escolas de ensino fundamental 1,[102] o Projeto de Irrigação conta também como uma escola de ensino fundamental 2 e um distrito administrativo.

Figura 29: Imagem de satélite da Escola Municipal Dionízio Pereira de Souza e Distrito Administrativo - Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2022).

Estabelecidos entre o conjunto de agrovilas 01, 02 e 03 e as agrovilas 05, 06, 07, 08 e 09, a escola foi projetada para receber tanto os filhos de reassentados/as, como a comunidade indígena Pankararé, comunidade que fica as margens do Projeto Jusante no povoado Brejo do Burgo. Quanto ao distrito, construído para administração do Projeto, atualmente serve de escritório para as firmas contratas pela Estatal e para as eventuais negociações.

3.2 A VIDA ANTES DO REASSENTAMENTO: SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, PECUÁRIA E RELIGIOSIDADE NA MALHADA DO SAL

A Malhada do Sal era uma comunidade rural e ribeirinha. Segundo as reassentadas Gildiomar Generoza e Maria Helena, o povoado tinha esse nome em virtude da existência de lagoas de água salgada. Quanto a sua localização, com impedimento ao acesso aos arquivos da CHESF, ela foi traçada a partir das memórias dos/as reassentados/as. As fontes indicam que o

[102] Localizadas nas Agrovilas 01, 03, 05, 08 e 06.

povoado ficava situado geograficamente ao lado de onde é o atual povoado Baixa Grande - também chamado de G2 -, que foi formado por uma parcela dos/as reassentados/as que retornaram e constituíram o povoado as margens do local de submersão do antigo assentamento[103].

Dentre as memórias oralizadas, algumas possuem informações mais precisas quanto a localização da velha moradia. É caso da fala de Jorge de Melo, que quando questionado se daria para ter uma noção da localização do antigo povoado, ele respondeu:

> Dá, dá pra ter uma noção muito boa. É... que fica logo ali, um pouquinho a cima da chamada Baixa Grande, né. A Baixa Grande, inclusive, era onde nós tinha uma propriedade que eu trabalhava ali, exatamente onde hoje [...] o Lago finalizou. É... e a Malhada do Sal ficava logo abaixo seguindo um pouquinho pro lado Norte. Mas era, dá pra ter uma noção muito boa da localização (Jorge de Melo Silva, 2021).

Há também a fala de Maria Helena que quando indagada se saberia indicar a atual localização da Malhada do Sal ela destacou: "Sei! Sei. Hoje, hoje já é residência, já é roça, é... aonde ficou as águas, e hoje é conhecido lá por a Baixa Grande (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021)". Além desses dois, Genilson Rufino e Gildiomar Generoza deram os mesmos indicativos.

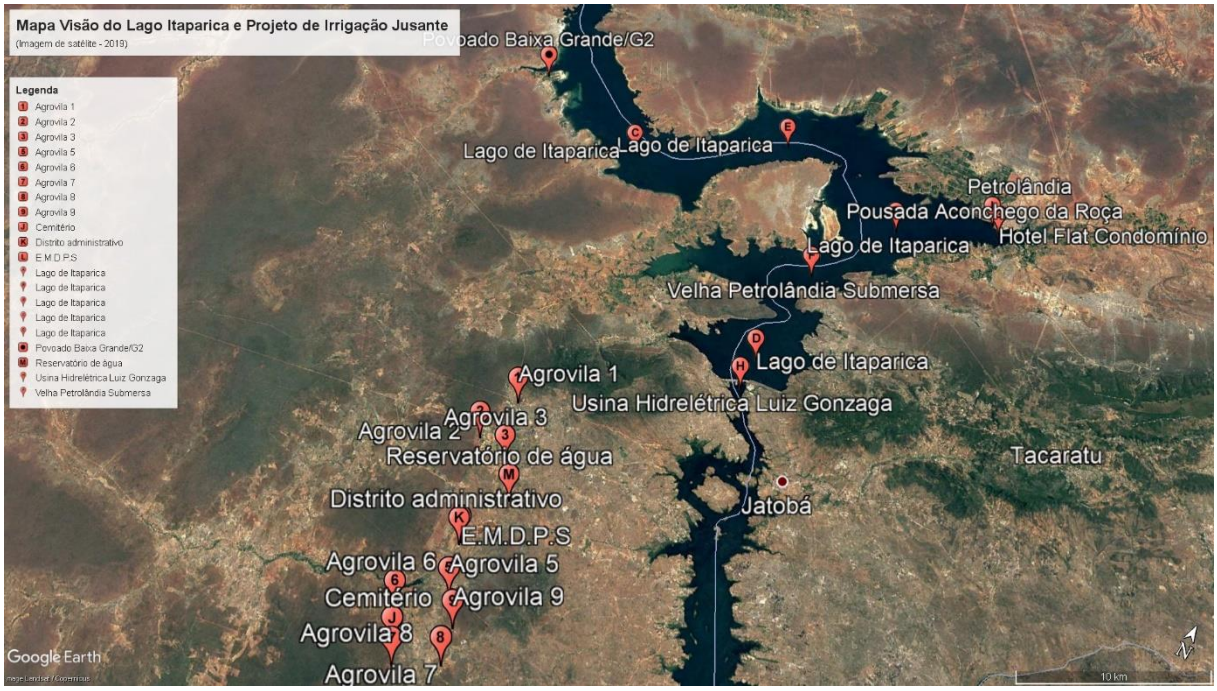
Mediante essas informações foram construídos dois mapas, o primeiro é o intitulado "Povoado Baixa Grande/G2, Glória - BA", com o intuito de mostrar o local onde reassentados/as ocuparam e se reestabeleceram, e o mapa "Visão do Lago Itaparica e do Projeto de Irrigação Jusante - Glória, Bahia", com a função de apresentar ao leitor uma visão geral do Lago de Itaparica, precursor de todo o processo de reassentamentos e de suas implicações, juntamente com a visão do Projeto de Irrigação Jusante em comparação com a localização do povoado Baixa Grande, onde se alega estar situado na margem do rio que cobre a Malhada do Sal.

[103] Inicialmente esses reassentados também compunha o quatro de entrevistados, de modo que, havia pensado em fazer uma discussão acerca desse retorno às margens Rio São Francisco e da moradia de outrora. Todavia, lamentavelmente, como já frisado, a pandemia da Convid-19 ocasionou um enxugamento da pesquisa e várias limitações, como o próprio acesso aos reassentados. A minha hipótese é que esse retorno se deu pelo menos por dois fatores, o econômico e cultural. Econômico em decorrência da ausência de produção agrícola, mesmo recebendo da CHESF a VMT, e o cultural pela escolha do próprio retorno às margens, uma vez que havia outras possibilidades de moradias.

Figura 30: Povoado Baixa Grande/G2, Glória - Bahia.

Autor: (SANTOS, 2022)

Figura 31: Imagem de satélite do Lago Itaparica e do Projeto de Irrigação Jusante - Glória, Bahia.



Autor: (SANTOS, 2021).

Feito isso, me debrucei nas memórias dos/as reassentados/as com a intenção de costurar um texto que possa apresentar um cenário da vida cotidiana desses sujeitos em seu local de origem, observando principalmente como se dava a sua relação com o cultiva da terra, com o Rio

São Francisco e com as práticas de culto, além de tentar construir o cenário acerca da estrutura do povoado a partir das narrativas e de fontes fotográficas.

3.2.1 Estrutura, escolaridade e saúde na antiga moradia

Com casas distantes uma das outras, as moradias da Malhada do Sal eram em sua maioria de barro/taipa, com exceção daqueles que detinham algum poder aquisitivo. Na fala de Ademar Enéas: "As casas tinha umas de adobro[104], mas tinha otas[105], a maioria era de taipa, de barro, chama de barro (Ademar Anéas da Conceição, 2020)". Na compreensão de Maria Gildomar, "[...] quem tinha condição fazia uma mais melhor, mas quem num tinha era de taipa mermo[106] (Maria Gildomar do Nascimento, 2020)". Nessa categoria encontrava-se os reassentados Genilson Rufino e Maria Helena, os únicos que disseram já possuir uma casa de alvenaria anterior ao reassentamento.

Lembrar da estrutura do povoado foi motivo para despertar emoções em Gildiomar Generoza, pois ao ser questionada se gostava da vida na sua antiga moradia ela respondeu [107]emocionada: "Eu gostei [silêncio]! *Eu gostava* [emoção] porque era um lugar queto... minha casa era, era afastada dos otos[108], num tinha frevo[109], num tinha nada (Gildiomar Generoza de Melo, 2020)". Embora concorde que em termos de estrutura a nova casa é melhor que a antiga, "Porque a de lá era de barro, e a daqui é de... de adobro" (Gildiomar Generoza de Melo, 2020).

Sem energia elétrica, "[...] apesar que tinha uma rede de energia passando na região, não tinha energia nas casa [...] (Jorge de Melo Silva, 2021)", as noites eram iluminadas por candeeiros. Por consequência, os meios de comunicação s e informação se resumiam ao uso do rádio a pilha, como ilustrou Maria Gildomar ao ser indagada sobre o uso da televisão: "Não, essas coisas aí ninguém tinha não. [silêncio]. Ah, as vezes tinha um rádio a pilha, rádio a pilha (Maria Gildomar do Nascimento, 2020)".

As compras do mês eram feitas entre três cidades distintas: Glória, sede do município, Paulo Afonso - Bahia, e Petrolândia - Pernambuco, além do povoado Icó, município dessa última cidade. Quanto ao transporte, esse variava de acordo com as condições financeiras de cada um. Ademar Enéas disse que o transporte era feito "De animal, de jumento (Ademar Enéas da

[104] Casa de alvenaria.
[105] Outras.
[106] Mesmo.
[107] Quieto.
[108] Outros.
[109] Termo utilizado para se referir a badernas.

Conceição, 2020)". De forma mais detalhada e com outro meio para locomoção, Gildiomar Generoza declara que ia "Pra Petrolândia ia [...] na rural [...] que Joele[110] tinha. E pra Paulo Afonso ia mais Afonso de Tiodoro, mais aquele... djabo, num me lembra o nome. Que ele vinha [...] de Tapera é... Maurilo (Gildiomar Generoza de Melo)". Já na realidade de Maria Gildomar, quando questionada sobre como que ela fazia as compras ela respondeu: "Ah, no lugar que nós morava num tinha não, trevessava[111] o rio numa canoa e ia comprar do, do lado de Pernambuco, num lugar chamada do Icó, *longe* (Maria Gildomar do Nascimento)"!

No que se refere a educação escolar, segundo as memórias, havia somente uma escola local, a Escola Princesa Isabel, que tinha como professora a senhora Izidória Amélia de Menezes Gomes, mais conhecida como dona Dorinha, ou Dorinha de Amélia. No mesmo colégio eram realizadas missas, festas, festejos e reuniões da comunidade, o tornando um local de interações sociais para a comunidade (ESTRELA, 2009).

Recordando o acerca do surgimento da escola, Gildomar Generoza disse o seguinte:

> Lá quando eu era pequena num tinha não, tinha professora não. O, [...] os pais de famía[112] ia iver[113] um [...] professor *longe* na... foro ver um na Baixa Comprida, o veio Abilo, botou na casa dele, pra ele pagar pros menino aprender. E, e o Tiadora foi iver um veio chamado até Bento, no Penedo, botou na Casa dele, pagou pros fios dele aprender. [...]. A depois, quando eu já era casada e tinha meus fios, aí Dorinha de, de Amélia virou professora e tava ensinando os meninos. Quando nós viemos pra qui... Neném[114] tudo estudava mais ela (Gildiomar Generoza de Melo, 2020).

Quando questionada se estudou, ela disse que não e apresentou dois motivos. O primeiro por impedimento do pai, e o segundo, conforme oraliza, porque "quando a professora Dorinha começou a ensinar, [...] *eu já era casada* (Gildiomar Generoza de Melo, 2020)". Porém, fala: "Eu butei meus fio, tudinho (Gildiomar Generoza de Melo, 2020)". Dentre os filhos da referida reassentada, Maria Gildomar é uma das que se encontra entre o quadro de entrevistas, e ao ser questionada sobre sua escolaridade, ela afirmou: "Estudei, mas quando eu estudei eu já... já era, já tinha quinze anos, só estudei um ano (Maria Gildomar do Nascimento, 2020)".

Por motivos semelhantes ao de Gildiomar Generoza, o reassentado Ademar Enéas relata que não estudou, pois "No tempo que Dorinha era professora, eu já era casado já. A não ser

[110] Joel, esposo de sua filha Maria Gildomar do Nascimento.
[111] Atravessava.
[112] Família.
[113] Buscar.
[114] Filho falecido da entrevistada, Manoel Araújo de Melo.

assim, inventam uma vez o Mobral[115], né?! Como chama. Mas num deu certo não. Não estudei não" (Ademar Enéas da Conceição, 2020).

Mostrando um pouco da realidade da educação formal presente no povoado, ao falar sobre a sua formação, Jorge de Melo relembrou:

> Estudei numa escola que o pessoal chamava, chamava de escola leiga, que era professores que não tinha formação no... é... curricular. Num eram for, num tinham formação maiores, né. É... chamada dona Dorinha, era nossa professora. E aí, depois eu fiz um... um curso em Paulo Afonso que é o que eu terminei meu primário, né. Até a quinta série (Jorge de Melo Silva, 2021).

Essas versões foram confirmadas pela própria professora, que ao ser questionada sobre como era educação pública no povoado, esclareceu:

> Lá era... era o seguinte, [...], começou num tinha assim... [...] um diploma, nera. Aí aqueles políticos ali botava assim... mais por amizade, né. [...]. Era um lugar fraco, assim, num ia um professor de fora, pra lá. Aí aproveitaram [...] aquelas pessoas que [...] era mais entendida [...] e dava pra ir resolvendo a situação, né. E eu mesmo, né. Aí eles me escolheram [...]. Comecei na escola radiofônica, primeiro, uma escola que era transmitida pelo [...] rádio, né. [...] Eu era monitora e o professor lá transmitia essa aula, né. Ajudou muito essa escola, viu. Aí depois aí acabou, aí foi o tempo que botaram pela prefeitura. Aí fiquei pela prefeitura de sessenta e um pra cá. [...] a gente não tinha assim, um pagamento certo, era uma gratificação, final do ano. Só quem tinha boa vontade mesmo de fazer, assim... trabaiá[116] a... sem ganhar nada assim, só por... porque a gente gostava do pessoal da comunidade, queria ver a comunidade andar, né. E aí a gente aceitava. Teve eu, lá na Tapera da Boa Esperança tinha Edite, [...], no Caruru teve Luiza, [...] lá na Várzea Comprida teve Alice [...], Casa Nova teve outra menina lá [...], tudo tinha, essas escolas. Mas a gente ensinava como ato de caridade. Mas que compensava... era só uma gratificação, um presente assim, final de ano. [...]. Mas a gente tava aprendendo com isso também, [...], ajudou muito. (Izidória Amélia de Menezes Gomes, 2022).

Além desses aspectos, no qual fica claro uma relação de clientelismo, Izidória Amélia, fez ressalvas a respeito de como se deu a sua formação. Estudando somente até o primeiro grau, em sua fala ela explicita como a igreja católica se fez presente nesse período:

> Eu estudei em Itacuruba, Pernambuco, cidadezinha de Pernambuco, tá debaixo d´água hoje [...], e Belém de São Francisco, e depois eu fazendo vários cursos, assim... Paulo

[115] O MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), surgiu em 15 de dezembro de 1967 com o objetivo de erradicar o analfabetismo, principalmente entre a população mais pobre do país e almejava alcançar principalmente o público entre os 15 e 30 anos de idade que não possuía escolaridade. Mesmo tendo obtido reconhecimento da UNESCO (Organização das Nações Unidas), esse movimento sofreu duras críticas por parte dos educadores renomados da época, tais como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Célia da Rocha Reufels, no tocante aos métodos de alfabetização utilizados. Porquanto, enquanto criação de um regime de Ditadura Civil-Militar do Brasil, estava envolta nos ideais de rompimento com as propostas e ideologias de Paulo Freire. Isso fez com que vigorasse uma educação sem criticidade, puramente tecnicista, cujo único objetivo era formar para o mercado de trabalho, e assim alienar os sujeitos do conhecimento crítico (BELUZO e TONIOSSO, 2015).

[116] Trabalhar.

> Afonso e adepois[117], no final foi em Glória. Veio uns professor de Salvador e... em setenta e sete, aí a gente teve curso lá e foi, e... conseguiu o diploma. [...]. Foi arrumado pelos padres. Dom Mário... naquela época, [...], ele era padre, ele é da Itália, né. Aí ele andava muito no município e via o fracasso [...], do povo, né. [...] das professoras mesmo que num tinha assim, estudo suficiente, né. E aí arrumou pra, pra ter esse curso lá. E aí a gente ficou dois anos em Glória, é... estudando três meses lá, e depois ficamos o resto do ano a... distância. Foi muito bom! [...] todo quinze dia a gente ia fazer teste lá em Glória [...]. Era igreja que foi quem deu maior força pra gente, eu e muitas outras nessa época. [...]. Na época era cento e vinte cursistas formados pelos padres [...] (Izidória Amélia de Menezes Gomes, 2022).

Devido aos prazos estabelecidos pelo programa de pós-graduação, e o momento tardio a qual consegui contactá-la e realizar a entrevista, não foi possível uma busca por fontes que melhor esclarecesse como se deu a sua formação e como era a educação no município. Mas a professora forneceu fotografias de seu acervo pessoal. A que se encontra abaixo, segundo ela, foi tirada em 1977 no dia de seu aniversário após a realização da missa na comunidade com o então padre Dom Mário Zanetta.

Figura 31: Classe multisseriada da Escola Princesa Isabel, Malhada do Sal, Glória - Bahia (1977).[118]

Fonte: Acervo pessoal de Izidória Amélia de Menezes Gomes

Quanto as questões de saúde pública, as falas dos/as trabalhadores/as apresentaram um panorama de uma saúde precária, tanto quanto aos cuidados médicos no povoado, como para obtenção de cuidados nas redondezas. Janilda Umbelina de Jesus (2021) apontou que "[...] lá num tinha [médico]", sendo necessário o deslocamento para Paulo Afonso. De maneira mais

[117] Depois.

[118] A identificação de todos os sujeitos que compõem a fotografia não foi possível, mas, depois de apresentar as fotografias aos entrevistados, foi possível nomear alguns dele. Da esquerda para a direita começando pelos que estão em pé: 2º Genilson, 6º Deivid, 7°Rozilda, 8° Izidória (professora Dorinha), 17º José Afonso, 21º Luzimar.

abrupta, sua irmã disse que "a pessoa adoecia e morria, nem consulta tinha. Num tinha, era muito difícil" (Lenice Umbelina de Oliveira, 2021). O reassentado Genilson Rufino, o único a apontar a existência de um posto médico no local, proferiu: "E *rapaz*, lá essa parte aí... *lá o postinho médico era bem fraquinho*, pra ir ao médico lá [...] era muito mais distante. Estrada era mais ruim, né. Mas também lá era difícil o povo adoecer, num adoecia quase nada não" (Genilson Rufino da Silva, 2021). Já Maria Helena disse que: "[...] a gente se curava mais com a medicina natural. Era com chá, era com os remédos[119] caseiro. E lá o caso que a pessoa é, precisava procurar o médico [...] ia pra Petrolândia [...] ou Paulo Afonso" (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021).

Fazendo um paralelo entre os aspectos de precariedades na infraestrutura da Malhada do Sal e as transformações após o ganho financeiro, questionado sobre a existência de hospital e ou posto de saúde, Ademar Enéas expõe:

> Não, lá não tinha [hospital]. E posto lá também num tinha não. A gente tinha que vir pra Glória, [...] Floresta. Era... era, era os lugar de... de as vez fazer uma consulta era assim. [...]. Agora, muito gente vinha pa Palafonso. Mas de certo tempo pra cá. Porque antigamente num tinha carro não. Era em costa de animal. Era... andava pa rua era de jegue, de jegue mermo. Num tinha carro não. Depois foi que melhorou um pouquinho, comprava um carro [...] aí começou a vim pa... pro posto médico no carro, mas era tudo de animal. Tudo a, a, amuntado num animal (Ademar Enéas da Conceição, 2020).

Em condição financeira ou em tempos melhores, como Ademar Enéas chama atenção, Gildiomar Generoza fala que para ir ao médico "tinha carro de feira e nós pegava o carro da feira, e pagava, e ia fazer consulta" (Gildiomar Generoza de Melo, 2021). Todavia, disse que quanto aos cuidados com as mulheres gestantes até o parto, todos aconteciam em casa: "Os meus mermo eu tive tudo em casa. Já [...] Janilda[120], aquele Lairton, foi, chegou aqui, aí ela teve lá em Palafonso[121]" (Gildiomar Generoza de Melo, 2020). Contudo, pelo visto, no antigo povoado também havia a possibilidade de acesso a modernidade, mesmo antes do reassentamento, porém em uma outra geração que não a de Gildiomar Generoza. Pois, além do exemplo citado pela referida reassentada, ao levar esse mesmo questionamento para Maria Gildomar, sua filha, ela respondeu: "Algumas pessoas era em casa, mas otos[122] era na maternidade de Petrolândia" (Maria Gildomar do Nascimento, 2020). Do mesmo modo, outra entrevistada disse que se utilizava da "[...] maternidade de Paulo Afonso também" (Lindaura Aurelina de São Pedro, 2020).

---

[119] Remédios.
[120] Janilda Jildiomar Nascimento Silva é sua filha e também reassentada. Ela faz parte do grupo que retornou para as margens do rio São Francisco, muito embora, depois de certo tempo tenha regressada para Agrovila e somente retornou para o povoado Baixa Grande em 2018 após o falecimento de seu esposo.
[121] Paulo Afonso.
[122] Outros.

Esses detalhes, típicos da vida cotidiana não são revelados em documentos escritos. Por isso, a história oral se revela como tão importante. Com ela é possível identificar as diferenças experiências vividas pelas pessoas que presenciaram, ou vivenciaram o mesmo fato, diferenças essas que são chamadas de desníveis por Bosi (2003), e podem revelar a posição social do jeito dentro desse processo e histórico e como ele o enxerga, como foi feito a cima.

São essas melhorias, em comparação a educação e a saúde na Malhada do Sal, que fez com que em alguns momentos das entrevistas, os/as reassentados/as deixassem de lado o sentimento pela terra natal e considerassem estar vivendo melhor atualmente. Em contrapartida, esses aspectos são facilmente esquecidos quando eles são instigados a lembrar dos anos em que faziam uso da terra para o plantio.

3.2.3 Entre a agricultura e à pecuária: uma economia de subsistência nas margens do Velho Chico

Composto por uma população que possuía como principal fonte de renda a agricultura e a pecuária de pequeno porte para a subsistência, pode-se dizer que a vida social na Malhada do Sal girava em torno do trabalho na roça, que por sua vez, era proporcionado pelo acesso as águas do rio São Francisco, um ponto fixo de referência organizacional (ESTRELA, 2009). Dentre as lavouras que eram cultivadas pelos reassentados estavam: cebola, tomate, pimentão, amendoim, alho, milho, batata, mandioca, melancia, coentro, arroz e feijão. Além do mais, alguns dos alimentos eram transformados em produtos secundários, como disse Jorge de Melo Silva "[...] a gente plantava mandioca pra fazer farinha" (2020). Quanto a pecuária, se destacavam a criação de caprinos, bovinos e ovinos.

No que se refere as formas de cultivo, na narrativa de Gildiomar Generoza de Melo, as roças eram divididas em dois tipos: "A do mato [que] era [irrigada] com a chuva, e [...] os canteiro era o rio [que] moiava (2021)". A primeira ficava distante do rio, já a segunda era irrigada por vazantes e ou por galões, a depender do volume do rio. Ao responder sobre o meio de sobrevivência, ela explicou como se dava a irrigação desses canteiros: "Trabaiva[123] de inxada[124], moiava[125] canteiro de galão, butava[126] duas latra[127] num pau e butava no pescoço e carregava as

[123] Trabalhava.
[124] Enxada.
[125] Molhava.
[126] Botava.
[127] Lata.

duas latra d'água pra moiá[128] os canteiro de cibola[129], de coentro, de aio[130]" (Gildiomar Generoza de Melo, 2021)".

Corroborando com a sua fala, a reassentada Maria Gildomar do Nascimento, quando indagada sobre de onde era retirada a água para consumo, além do seu uso para a plantação, ela disse: "A água pegava numa distância muito longe do lugar que eu morava, que o povo morava. Buscava no rio, mas era longe. Ah, é, pra subir a ladeira com a lata na cabeça, quando chegava em cima, [...] já tava cansa, de boca aberta cansada [riso]" (2020). Quando não se tomava banho no próprio rio, conforme Janilda Umbelina de Jesus (2021).

Havia também quem se utilizasse de motores para puxar a água do rio. Os irmãos Jorge de Melo e Genilson Rufino eram uns dos moradores que utilizam dessa tecnologia. Esse disse:

> Lá eu trabaiava [...], tinha as terras irrigadas, mas a gente num tinha terra mesmo própria aí trabaiva de ameia com, com tinha terra e motor. Porque era irrigado através de motor bomba, né. Num [tinha] nergia[131], era motor a diesel, e aí trabaiava de ameia com esses patrão (Genilson Rufino da Silva, 2021).

Enquanto aquele, evocando memórias mais melancólicas, ilustrou, a partir de sua vivência e concepção, os anos de seca da década de setenta, apontou a irrigação por motores como precursor de uma salvação.

> [...] tenho muitas lembranças, dos tempos ruins, principalmente ali, início dos anos setenta, as secas, né. É que veio a dá uma melhorada, muito, depois [...] que surgiu as áreas irrigadas, né. Os motores que na época era diesel, né. Que aí foi quem salvou, diria, né, aquela região (Jorge de Melo Silva, 2021).[132]

Além de Jorge de Melo, somente Gildiomar Generoza de Melo fez referência a seca em sua fala. Quando a mesma foi questionada sobre a sua participação na parada de obras de 1986,

---

[128] Molhar.
[129] Cebola.
[130] Alho.
[131] Energia.
[132] É importante, antes de tudo, entender que a seca é um fenômeno natural, e quando não gestada adequadamente, o que pode ser chamado ainda de um desastre natural se torna também um desastre social, pois, "Tal fenômeno ocorre principalmente na região semiárida no nordeste brasileiro, devido a sua vulnerabilidade hídrica associada a ausência de políticas públicas eficazes, onde as secas, com suas características adversas contribuem na construção de desastres sociais e ambientais (SILVA, et al., 2013, p. 285)". A seca rememorada pelo reassentado está entre as de 1970 e de 1979-1984, de sorte que também pode ser as duas contidas em uma mesma fala. A primeira impulsionou a criação de frentes de emergências a partir da visão de Celso Furtado, e a segunda, de forma ainda mais grave, foi "A mais prolonga e abrangente seca da história do Nordeste. Atingiu toda a região, deixando um rastro de miséria e fome em todos os Estados. No período, não se colheu lavoura numa área de quase 1,5 milhões de km^2. Só no Ceará foi registrada mais de uma centena de saques, quando legiões de trabalhadores famintos invadiram cidades e arrancaram alimentos à força me feiras-livres ou armazéns. Segundo dados da SUDENE, entre 1979/1984, morreram na região 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças, por fome e enfermidades derivadas da desnutrição. Pesquisa da UNESCO apontou que 62% das crianças nordestinas, de 0 a 5 anos, na zona rural, viviam em estado de desnutrição aguda (SILVA et al., 2013, p. 289)".

ela respondeu: “Eu nunca fui não. Nunca fui porque quando Bertinho[133] ia, eu ficava com o, o peso dos bicho tratando. Era tempo de seca, ficava tratando dos bichos, aí eu não ia. E tinha meus meninos tudo pra ficar... num tinha quem ficasse” (2021).

A sua fala despontou para a efetiva atuação das mulheres na economia do povoado. Dentre as mulheres entrevistadas foi percebido que todas se dividiam entre os afazeres domésticos, como cuidar da casa e dos filhos, e os da roça, como cuidar das plantações e dos animais. A vida “Era trabaiando e cuidando dos fio[134] e [...] da casa” (Gildiomar Generoza de Melo, 2021). Lindaura Aurelina de São Pedro disse que ganhava a vida “Trabalhando ein... aguação [...] de canteiro de cebola (2020)”. Janilda Umbelina de Jesus declarou que a “A vida na Malhada do Sal era prantar arroz, prantar feijão, prantar cebola [...] de galão” (2021). Do mesmo modo, sua irmã disse que “Vivia de roça, [...], trabalhava a semana todinha (Lenice Umbelina de Oliveira, 2021). Maria Antônia de Jesus disse que a vida era “De trabaiá na [...] trabaiá [...] na enxadinha. E... e... nos motor, é que nós trabaiava” (2021). E Maria Helena de Jesus Nascimento explanou que na Malhada do Sal “[...] a minha profissão era agricultura, trabalhar na roça, costurar. Era as duas coisa que eu fazia [...] da minha atividade, era esses dois (2021)”. Essa divisão de trabalho foi evidenciada também pela fala de um homem. Quando questionado como que se fazia para obter água para dentro de casa, Ademar Enéas da Conceição respondeu que a água era carregada através de galões, “E as muié[135] carregava na cabeça (2020)”.

Ademar Enéas da Conceição ainda faz uma outra observação muito importante acerca da vida social dos antigos ribeirinhos. Segundo ele, as interações socias se davam na roça, porquanto, “A conversa lá, o cunvercê, agora faço como dizer, o converceiro era na hora que ia intrançar[136] cibola, intrançar cibola” (2020). Fala reforçada por Maria Helena, ao afirmar que os vizinhos matinha um bom relacionamento, pois juntos:

> “[...] a gente de noite, é, pisava arroz no pilão pra... pra no outro dia já ir pra roça. [...]. É... e tinha [...] grandes amizades com os vizinho, mesmo que as casa eram distante, mas a gente tinha um relacionamento muito bom com os vizinhos (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021)”.

Esse sentimento de união foi percebido também na fala de Izidória Amélia de Menezes Gomes, pois em sua concepção, as pessoas, “[...] parece que tinha mais lealdade, era mais... [...], [...], tinha aquela [...] firmeza, né. Era mais firme. Adoecia uma pessoa ali, todo mundo todo dia

[133] Seu falecido esposo, Alberto Antônio do Nascimento.
[134] Filhos.
[135] Mulher.
[136] Trançar.

ia lá" (2022). Ao que consta, esse costume sofre rupturas como o advento do reassentamento, porque esses laços eram fortalecidos durante os processos de plantação, cultivo e colheitas.

A roça, além de local de provento de renda, era um espaço de interações sociais, como reafirma Lenice Umbelina de Oliveira, que ao mencionar a escassez de trabalho no reassentamento, explicou: "De segunda a sábado nos trabaiava, era divertido. Era bom porque num ficava parado, como aqui que num tem como trabalhar. Só vivendo dessa esmolinha da CHESF" (2021). Já Maria Helena, ao ser perguntada sobre como era a vida na Malhada do Sal expos:

> Era, em parte, boa, em outras partes, muito pesada. Porque, por uma parte era bom porque, as pessoas era assim... pobre, mas tinha uma vida tranquila, num vivia como hoje que as pessoas vive muito assustado com a violência que hoje tem no mundo. E lá não, era um lugar de paz. Mas era um pouco sofrido porque a gente tinha que trabalhar e trabalhar no pesado mesmo, trabalhar na roça. Era essa a vida dura que a gente tinha. É na Malhada do Sal. E, portanto, que a gente morava na Malhada do Sal, eu é... considero assim, que nós era umas pessoas pobres, mas no memo tempo rico. Porque nossas casa vivia cheia de alimento, a gente plantava o arroz, a gente não comprava o arroz, a gente tinha dentro de casa, na roça. A gente tinha o feijão, a gente plantava batata, a gente plantava [...] o milho. Então a gente tinha a casa cheia de alimento. E por isso que eu digo, a gente era umas pessoa pobre, é... de... financeiramente em dinheiro, mas em alimentação nós era umas pessoas rica (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021).

Nessa fala Maria Helena traz alguns elementos importantes. A reassentada, ao mesmo tempo que enaltece a vida de outrora, também apresenta os pontos negativas. A principal diferença nessa perspectiva se dá, segundo ela, pela "violência que hoje tem no mundo", enquanto caracteriza a Malhada do Sal como "um lugar de paz". No entanto, é necessário lembrar que esse pensamento tem menos relação com o aumento da violência em si, e mais haver com o acesso aos meios de comunicação e informação que eram escassos em efeito da falta de eletricidade. Outro ponto frisado é quanto ao trabalho com a agricultura. Ao passo que ela aponta que a vida era sofrida, pois "tinha que trabalhar e trabalhar no pesado", a recompensa vinha pela ausência de violência e pela "casa cheia de alimentos", que eram plantados, cultivados e colhidos pelos/as próprios/as trabalhadores/as.

Nessa direção é preciso ponderar que por mais que sejam elencadas as dificuldades de outrora em comparação as facilidades no reassentamento, a Malhada do Sal continua sendo vista como um lugar melhor de se viver. Isso se deve ao fato de que há, "portanto [,] uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sons, sentimentos, ideias e valores que dão identidades àquela classe" (BOSI, 2003, p. 18). Essa memória coletiva entre os reassentados é atravessada pelo sentimento de injustiça, de

descaso, pelas narrativas de lutas, de enfretamento e de resistência as imposições do Estado, de modo a produzir, ou manter, a identidade de trabalhador e trabalhadora rural.

3.2.4 Missas, festas e festejos: as manifestações de fé na Malhada do Sal

As manifestações de fé na Malhada do Sal eram comuns e muito frequentes, e segundo as entrevistas realizadas, a participação dos/as ribeirinhos/as era bem assídua. Uma comunidade predominantemente católica, uma vez que só "tinha festejo de santo e igreja de padre, num tinha de... crente não", conforme enfatiza Maria Gildomar do Nascimento (2020). Inicialmente as missas aconteciam no povoado chamado "Riachão, numa igreja que Filirmino tinha, e depois foi lá mermo, no Má do Sale[137], no... grupo[138] de... dona Dorinha, que ensinava os menino (Gildiomar Generoza de Melo, 2021)". Perguntada sobre isso, a professora explicou:

> [...] todo mês o padre ia pra lá celebrar missa, ia lá pra casa. Aí ia celebrar lá nesse colégio. [...]. Sempre tinha, ajuntava muita gente. O padre as vezes na calçada, né. E o pessoal ficava fora. Muita gente, juntava muita gente, porque ajuntava de Tapera da Boa Esperança, do Penedo, [...], Itacoatiara, Riachão, Caruru, é... lá de Pernambuco gente do Sobrado, [...], tudo vinha. Fazer... batizar criança... juntava muita gente, porque era difícil padre lá, só era uma vez no mês (Izidória Amélia de Menezes Gomes, 2021).

Para ilustrar a sua fala, segue fotografias tiradas depois da missa celebrada em comemoração ao seu aniversário pelo então padre Dom Mário Zanetta.

[137] Malhada do Sal.
[138] Escola.

Figura 32: Fotografia pós-missa em comemoração ao aniversário de Izidória Amélia de Menezes Gomes na Malhada do Sal (1977).

Fonte: Acervo pessoal de Izidória Amélia de Menezes Gomes

Figura 33: Padre Mário Zanetta na Malhada do Sal (1977).

Fonte: Acervo pessoal de Izidória Amélia de Menezes Gomes

Afora essas missas, a comunidade também participava de procissões e novenários em povoado vizinhos, como: Caruru, Tapera da Boa Esperança e Itacoatiara, para festejar santos como: São José, São Francisco, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Saúde. Segundo Genilson Rufino da Silva, "Apesar do cansaço dos trabalhos, mas todo mundo ia, de bicicleta, de animal, mas todo mundo ia" (2021). Ou "A gente ia de pé, carro era difícil, num tinha" (Lenice Umbelina de Oliveira, 2021), como mencionou a reassentada.

3.3 DO LEVANTAMENTO DA BARRAGEM AO REASSENTAMENTO: TRISTEZA, ESPERANÇA DE DIAS MELHORES E OS CONFLITOS DE INTERESSES

As narrativas contadas acerca dos anos que antecederam a finalização das obras da UHLG se dividem entre tristeza, indignação e estratégias de resistências. Além da existência de conflitos de interesses entre os que se revoltaram e os que enxergavam nesse processo uma oportunidade de melhoria de vida.

Informada da construção da hidrelétrica, Gildiomar Generoza de Melo declarou que não queria sair, "mas sai porquê foi o jeito. Eu sempre dizia que só saia de lá pro sumiteró[139]. Mas num foi eu que quis (2021)". Maria Gildomar do Nascimento disse que "[...] na hora que eu soube [...] quase morri de surpresa, ainda hoje não gosto nem de lembrar. Quando eu me lembro só falto chorar da surpresa que eu tive quando ouvir dizer que era pra sair de lá de meu lugar (2020)". No entanto, quando questionadas se fizeram alguma coisa para impedir, disseram que não, apenas manifestaram o desejo de não ter saído do povoado. A primeira disse que não teve como fazer nada, "[...] porque todo mundo deu [...] a ordem que sim. Eu tomém[140] fui obrigada a dá (Gildiomar Generoza de Melo, 2020)". E a segunda explicou que "[...] foi o jeito sair, se num saísse morria afogado. [...]. Mas num queria sair não, quando eu cheguei na Agrovila passei bem uns três mês ainda chorando de lembrar do meu lugar. Que eu nasci e me criei lá, e já tava acostumada... (Maria Gildomar do Nascimento, 2020)".

Como é notável, ambas as narrativas não apontaram as ações do Sindicato dos Trabalhadores de Glória, embora Gildiomar Generoza tenha mencionado em outra ocasião que se esposo era filiado e participava das reinvindicações, e até ela mesma. Mas, como argumenta Bosi (2003), rememorar é peneirar os acontecimentos do passado através de tudo aquilo que o sujeito viveu ao longo do tempo e vive no presente. Dessa forma, as memórias não reproduzem

[139] Cemitério.
[140] Também.

o passado tal qual, mas são uma representação desse. Em suas palavras, "[...] é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde" (BOSI, 2003, p. 38). Então, essas falas podem indicar que os acontecimentos de um passado próximo e, ou do presente, faz com que elas não mais se sentissem representadas por essa organização. A própria Gildomar Generoza de Melo quando questionado sobre as ações realizadas pelo sindicato, declarou: "Por enquanto eu num sei nada, porque eles num vem me dizer nada" (2021). Já a reassentada Janilda Umbelina de Jesus, mesmo dizendo que fez ações na tentativa de impedir o reassentamento, não cita o sindicato como responsável por esses movimentos, e disse que só aderiu a ele "Quando foi pra me aposentar (2021)". Com tom de revolta e indignação, Marlúcia Maria que fazia parte do sindicato, explicou que:

> Eu cortei [o pagamento] com raiva. Que o que foi que o sindicato fez cum nós? Num, num fez nada pra nós! Foi até que indenizemo[141], [...], porque o meu pai foi até que morreu, mãe uma doente, eu também não fico atrás. [...]. E os outros aqui também vão indenizar, que até a encanação já tiraram tudo. [...]. Os daqui se num quiser indenizar vai perder tudo, nem terra, nem indenização (Marlúcia Maria do Nascimento, 2021).

No primeiro momento de sua fala, apesar de demostrar a ineficiência do sindicato nas questões atuais, essas declarações não significam a não atuação da organização, pois como já vimos, elas aconteceram. O que elas podem demonstrar são os diferentes interesses envoltos do processo de reassentamento, o que envolve esquecimentos e omissões, aspectos próprios da memória (POLLAK, 1989), e ainda uma possível mudança de perfil do sindicato. Já na última parte de sua fala, remete-se a proposta de indenização oferecida pela CHESF em 2020 e a imposta em 2021, que fez com os/as reassentados remanescentes recebessem, a contra gosto, uma indenização em dinheiro em troca da não conclusão do reassentamento e de todos e quaisquer processos contra a CHESF ao longo desses, desobrigando a estatal de qualquer assistência para com a comunidade (CHESF, 2021).

Recordando sobre o dia da mudança, nas falas de Ademar e de sua esposa Lindaura, é possível perceber um conflito de interesses quanto ao reassentamento compulsório. Enquanto ele afirmou que no dia da mudança "tava muito era *nervoso*, porque nunca viajei [...], nunca sai do meu lugar, e... mudança assim. Tava era nervoso no dia que, que foi pa[142] me mudar do meu lugar [...] (Ademar Enéas da Conceição, 2020), porquanto "[...] eu achava bom o meu lugar (Idem). Ela enfatizou: "eu... achei que era uma boa. [...] porquê... aqui... ia ter... ia ficar mais perto [...] do comércio (Lindaura Aurelina de São Pedro, 2020)".

[141] Indenizamos.
[142] Para.

Outro casal que mostrou divergências foi Maria da Conceição e Genésio de Melo. Maria da Conceição Melo, ao ser questionada sobre o que achou quando soube que passaria por um reassentamento, respondeu que: “Bom que eu ia construir a minha casa (2020).” Sua fala referência a construção de casas e recebimento de loteamento previsto no *Acordo de 1986* para casais que não tinha propriedades na Malhada do Sal. Além de ter visto no reassentamento essa oportunidade, numa comparação entre o vivido na Malhada do Sal e as vivências atuais, sublinhou gostar mais da Agrovila “Porque tudo aqui é melhor, mais facilidade, pra tudo (Maria da Conceição Melo, 2020)!”. Ao contrário de seu esposo que se refere a moradia anterior de forma enaltecedora em detrimento a atual: “Porque o lugar era bom, aqui é caatinga (Genésio de Melo, 2020).” E por isso, para sobreviver, tem que “trabaiá fora para ganhar o pão (Idem).”

Continuando com as divergências, é sabido que “[...] a narrativa [oral] mostra a complexidade do acontecimento. [...]. Colhe pontos de vista diversificados, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados” (BOSI, 2003, p. 19 - 20). Desse modo, as que envolvem o sindicato como precursor das chamadas conquistas partem daqueles que estavam envolvidos diretamente com ele, como a reassentada Maria Helena e o reassentado Genilson Rufino, que relacionaram a criação do sindicato diretamente com a construção da UHLG:

> É, quando a gente começou a receber a notícia umas pessoa acreditava que isso ia ser uma realidade e outras pessoas não. Mas, por exemplo, eu, acreditava que ia ser uma realidade porque a gente já conhecia outras histórias de barragem, é, que já tinha sido construída e tinha dado certo. [...]. E agora a nossa preocupação era pra onde a gente ia (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021).

Filiada ao sindicato junto ao seu esposo, demonstrou participar ativamente desde a sua fundação. Ela argumentou que organização foi pensada “[...] pra garantir nossos direito perante a CHESF. E foi ali que quando foi fundado o sindicato, foi quando eu me empenhei a participar (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021).

Aludindo para importância da sua fundação e das mobilizações realizadas ao saber da necessidade de reassentamento, a reassentada destacou os seguintes pontos:

> É, até o ano [...] oitenta e seis por aí, a gente ainda num tinha um destino de Agrovila. A gente precisou fazer um grande ato, uma [...] mobilização muito grande de parar aquelas máquina. E ali quando a força do povo organizado fez com que o representante viesse niguciar[143]. E aí, foi acertado de escolher áreas [...] e construir as casa para reassentar as pessoas. E chegou esse dia, então é... foi um dia, assim, de muita expectativa que a gente pensava que tudo ia ser realizado em prazo, assim, muito curto e por essa... essa situação que a gente tava saindo de nossas casa e indo pras Agrovila, é... a gente se sentiu mais confortado, assim, porque a gente pensava que a CHESF ia construir os lote pra nós trabalhar. E a gente ia é, viver, como vivia antes, trabalhando e tentando sua produção, num prazo muito curto. E infelizmente, é... hoje, hoje tá sendo

[143] Negociar.

> difícil pra nós volta atrás e pensar: a gente chegou com aquela alegria da nova morada e ia trabalhar na nova terra. No momento, foi assim, um momento de tristeza porque nós tava deixando nossas terra, nossas casinha, nossas origem, nossas amizade que foi muito dividida, nossos parente. Mas por outro lado tinha a alegria e a expectativa que nós ia trabalhar, logo mais nós ia receber nossas terra (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021).

Nessa fala Maria Helena não só mostrou quais eram suas expectativas com relação a nova morada, como enalteceu sua atuação junto ao sindicato. Reproduziu a mesma versão elaborada em livreto pelo Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco PE/BA, e a percebida nas falas dos/as trabalhadores/as em reportagem da TV VIVA já discutida anteriormente, evidenciando a negociação e conflito de 1986. Fazendo uso da identidade de sindicalista, ao usar o pronome "nós", ela se colocou na posição de falar por todos quando diz ter havido muitas expectativas e conforto na esperança do recebimento das novas terras. Porém, exceto as já citadas, Lindaura Aurelina e Maria da Conceição, isso não foi percebido entre os/as demais reassentados/as.

De forma semelhante, Genilson Rufino, na condição de reassentado, trabalhador rural e irmão de líder sindical, argumentou que o reassentamento na forma que aconteceu, mesmo com a não conclusão do perímetro irrigado, só foi possível:

> Através duma, duma luta, né! Surgiu um representante do sindicato, aí foi centrando o povo. Foi mais por causa da barragem de Itaparica, porque a barragem de Itaparica, se num fosse a união, ninguém tinha, ninguém tinha conseguido o reassentamento, né. Aí a gente, através desse sindicato formou a união grande, e aí através dessa união a gente conseguiu [...] os obstáculos que a gente tinha com a CHESF. Embora não concluiu, né. Mas em oitenta e oito a nossa luta era forte, era respeitada, a CHESF temia. [...]. Senão fosse sindicato nós tava que nem o pessoal de Sobradinho. Tinha saído pa[144] [...] debaixo dos pé de pau. O sindicato incentivou muito aí, e, e, e, formemo[145], o sindicato foi um órgão que foi que, que quem orientou nós em tudo. Senão a gente tinha saído sem nada (Genilson Rufino da Silva, 2021).

A sua fala fez referência a dos extremos, a o momento que é venerado pelo sindicato e pela classe trabalhadora em si, a chamada "A grande batalha", como já foi bastante frisado, e o não cumprimento em sua totalidade do *Acordo de 1986* com o Termo de Transação Extrajudicial. Mas o fato é que tanto as falas de Maria Helena, como a de Genilson Rufino reafirmam a narrativa sindical que desmonta os discursos elaborados pela CHESF.

Ainda com mais afinco, o líder sindical do Projeto Jusante, além de enaltecer as atuações do sindicado narrou um pouco da história de seu surgimento, que conforme ele, se deu nesse meio tempo entre os rumores da construção de uma barragem e o reassentamento compulsório.

---

[144] Para.
[145] Formamos.

> Olha, é... ele surge exatamente por umas orientações do... na época padre Alcides Modesto, né. É... que rezava as missas e... e por ter nascido na, na área da barragem inundada por Sobradinho, trazia no sangue, né, a experiência vivida, né. E aí ele tentava alertar o pessoal e aí começava a falar que a ideia do pessoal poder tentar reverter essa situação era se organizar em sindicato, né. E aí a região tinha alguns lugares que tinha sindicato, mas era um sindicato muito atrelado a situações do governo que não, não era reivindicador, num fazia reinvindicações dos agricultores; É... então foi um trabalho para retomada desse sindicato, e... e o surgimento do... que foi o caso por exemplo do meu município, né. O município de Glória não existia sindicato, foi criado já em setenta e nove, um pouco, vamos dizer assim, num foi, num foi um dos últimos da região, mas foi ali... um tempo depois, né. Rodelas foi criado o sindicato primeiro, eu me lembro. Belém, é... Petrolândia foi tomado o sindicato que era tido como grileiro, como é... pessoal que num reivindica, né. Atrelado ao governo como eu falei. É... então por aí, foi mais ou menos essa história inicial (Jorge de Melo Silva, 2021).

Inquirindo sobre a importância do sindicado, Jorge de Melo saiu em defesa da instituição e de seus próprios feitos enquanto membro e líder sindical.

> Olha, eu poderia dizer que é pra mim e pra [...] região, pras famílias, é tudo, porque eu tenho a consciência de que se a gente não tivesse feito isso, num tem trabalhado essa organização que criou-se nessa região, a gente... quase certeza de agente ter sido... de ter acontecido com a gente o mesmo que aconteceu com Sobradinho e com Moxotó, né. Que foi nesse município, né, que atingiu diretamente a sede desse município de Glória, Glória foi transferida, nessa época é... pela barragem de Moxotó, e eu acho que foi tudo no sentido de a gente ter conseguido reivindicar e conquistar o que a gente conquistou que foi o direito de ser reassentado, né (Jorge de Melo Silva, 2021).

Assim, é visível uma divisão entre os que se sentem representados pelo sindicato e reproduzem seu discurso, e aqueles que por algum motivo não mais enxerga a organização sindical como representante. Essas divergências de posicionamentos acontecem por causa do poder das ideologias. Porquanto, “Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento (BOSI, 2003, p. 22). No caso em questão, essas falas são guiadas pelo que já foi discutido no capítulo anterior, pela formação pedagógica/ideológica passada pelo sindicato, uma espécie de memória oficial legitimada pela organização sindical, a qual fez com que os/as agricultores/as assumissem as identidades de trabalhadores/as rurais e sindicalistas.

3.4 A VIDA NO REASSENTAMENTO E AS MUDANÇAS: SAÚDE, EDUCAÇÃO, RELIGIOSIDADE E SOBREVIVÊNCIA

Decorridos trinta e quatro anos desde o início do reassentamento, muitas foram as transformações na vida cotidiana desses sujeitos. Elas são divididas e avaliadas pela própria comunidade entre boas e ruins. Entretanto, independentemente dessa classificação, elas

interferiram diretamente nos *modus vivendi* dos/as reassentados/as e em suas identidades, já que, território é palco de construção e materialização das relações sociais, e um processo de reterritorialização implica na constituição de novos espaços e significados (FREITAS, SOUZA e OLIVEIRA, 2013).

Começando por questões de cunho mais estrutural, a própria construção de novas casas é um ponto sublinhado como algo positivo em decorrência de sua qualidade, no entanto, o sentimento de pertencimento ainda se faz presente, como é caso de Maria Gildomar do Nascimento argumentou: "[...] a casa da CHESF é melhor, mas como eu já morava lá de muito tempo, eu gostava de tá na minha casa" (2020). Ou de Janilda Umbelina de Jesus: "Pra mim a da Malhada do Sal era muito melhor. De taipa assim mesmo, mas era muito melhor. Porque a gente tava no que é gente, sossegado. E na Agrovila a gente num vive tão... essa maravilha toda (2021). Ou ainda de Lenice Umbelina de Oliveira, que ao chamar a atenção para a falta de recurso financeiro, acha que melhorou somente porque "se tem uma casinha boa, mas [...] se eu num fosse aposentada? Se tivesse todo mundo dentro de casa? Tava com fome. Que aumentar o salário, nada, pra nós viver. Num tem como trabalhar aqui (2021).

Com a presença do Posto de Saúde da Família construído pela CHESF e atualmente gerenciado pela prefeitura municipal, Jorge de Melo afirmou que "[...] a questão da saúde também não dá pra comparar, é muito melhor" (Jorge de Melo Silva, 2021). Essa melhoria também é evidenciada pelo fácil acesso aos hospitais e clinicas particulares em Paulo Afonso - BA.

A existência de uma escola[146] na Agrovila e a possibilidade de dá continuidade, tanto a educação básica[147], como ao ensino superior é mencionada como principal mudança de fato para o melhor, como relatou Maria Helena de Jesus Nascimento:

> O ponto é... positivo que eu na minha avaliação eu faço é a questão da facilidade dos estudo [...] os meus filhos e dos filhos de todos. Porque, aonde a gente morava [...] as criança estudava até a quarta séria, num tinha mais como continuar. É... se tivesse algumas pessoa, alguns pai que tivesse uma condição melhor de levar seu filho pra uma cidade pra estudar, podia alguns, mas era muito difícil. É.... então, isso era muito ruim. E [...] aqui na Agrovila, por esse lado foi bom, porque graças a Deus é teve a condição, assim, [...], dos filhos da gente estudar, hoje tem professor formado, filho de

[146] Construída pela CHESF e inicialmente administrada pelo governo do Estado da Bahia, era denominada de Escola Democrática Estadual de 1º Grau Aj06. Municipalizada em 2008, atualmente leva o nome de um dos reassentados já falecido e se chama Escola Municipal Alonso José de Melo. Com turmas que vão desde a pré-escola até o quinto ano do Ensino Fundamental I, além de estudantes da Agrovila 06, ela recebe também estudantes das Agrovilas 05, 07, 08 e 09. Na direção se encontra José Sérgio Vieira Figueiredo, pedagogo e especialista em gestão educacional, e na vice direção a pedagoga Andréa Alves Miguel (PPP, 2019).

[147] Com a já citada Escola Municipal Dionízio Pereira de Souza, com o Ensino Fundamental 2, e o Colégio Estadual Reis Magalhães, com o Ensino Médio localizado na sede do município.

> reassentado, né. É... e em outras passam aí outra situação, então esse lado aí foi bom (2021).

Nessa mesma direção, Jorge de Melo Silva argumentou: "É, se a gente imaginar a escola que a gente tinha lá, escola leiga como eu falei, aqui a gente tem escola de qualidade com professores formados"[148] (2021). Um grande contraste quando comparado a realidade de outrora. No entanto, não é possível dizer que se não tivesse havido o reassentamento a educação pública teria permanecido do mesmo modo. Certamente, com as novas políticas educacionais adotadas, haveria uma mudança significativa. Porém, o certo é que essa nova configuração possibilitou com que os/as filhos/as de reassentados/as assumissem outras identidades, para além da de agricultor/a, como por exemplo, as identidades de estudantes, professor/as, cristão evangélico, motorista, etc.

Na esfera do religioso também foram percebidas algumas mudanças, que vão desde a modificação de postura quanto a participação das missas, até os novos ritos, que certamente impactaram no primeiro aspecto. Com a construção de um templo católico no ano de 2010, o santo padroeiro escolhido pelo voto da comunidade foi São Francisco. Uma vez que, "A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto" (BOSI, 2003, p. 16), essa escolha se mostra como uma maneira de manter vivo na memória da comunidade o processo de inundação da Malhada do Sal pelo Velho Chico,

Isso é notório nas falas de Maria Helena e de Genilson Rufino, que respectivamente disse: "É... a comunidade pensou em ser São Francisco por conta da nossa história. Que nós morava na beira do rio, e o rio tem um significado, que é o rio São Francisco" (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021). "Nós estamos aqui atingidos pela barragem Itaparica, das águas do São Francisco, e [...], por esse motivo que nós estamos aqui no povoado Jusante, e aí por isso foi [...] feita a Igreja e botada a estátua de [...] São Francisco [...] em homenagem (Genilson Rufino da Silva, 2021)". O que faz com que São Francisco, a igreja e os rituais de culto ao padroeiro se tornem lugares de memórias (NORA, 1993).

Todavia, é necessário sublinhar que há diferenças entre essas manifestações religiosas na Malhada do Sal e as manifestações na Agrovila. Tanto que ao lembrar do festejo de São Francisco, Genilson Rufino da Silva, inicialmente esquece sua existência: "Aqui num tem festejo! [...], mas com essa pandemia num tá tendo mais. Mas quando tinha, as nove noites, a gente participava. Num ia toda não, mas participava (2021)".

---

[148] O quadro docente é formado da seguinte forma: professoras Edycleide Nascimento Souza Sá, Pedagoga e com especialização em Atendimento Educacional Especializado e em Psicologia Educacional; Maria Lucicleide da Silva Sá, Pedagoga especialista em Psicologia Educacional e Lidiane Silva Férias, pedagoga (PPP, 2019).

Na visão de Jorge de Melo, essas celebrações não são mais tão atrativas quanto outrora, e assim como o irmão, disse que participa, porém:

> [...] as vezes num é tão assíduo como era [...] no passado, porque acho que falta... falta algumas coisas que animasse mais, né. Mas eu gosto [...] de frequentar. [...]. É, acho que são pouco diferentes, talvez pela idade, né, isso pode se explicar, né. É... naquele tempo muito jovem, gostava, tinha muita brincadeira, gostava. É... mas acho uma diferença muito grande de [...] lá pra cá (Jorge de Melo Silva, 2021).

As diferenças não foram citadas explicitamente por ele, contudo, talvez tenha relação com a ausência da estrita relação que a Igreja tinha com os movimentos sindicais, inclusive responsável pela fundação do sindicado a qual faz parte, como ele mesmo menciona em outro momento.

Quem fez menção as diferenças propriamente ditas foi Gildiomar Generoza de Melo, lembrando "[...] que de primeira era com reza, rezava o Ofício, rezava Pai Nosso, rezava Creio em Deus Pai, rezava tudo. Hoje em dia as missas é canto [...] de caderno, dessas coisas (2021)". Essas mudanças acompanha o curso do tempo, inclusive possui relação com a mudança de lideranças, uma vez que outrora era Maria Helena quem organizava as celebrações, porém, "hoje já tem outras pessoas, outras liderança que já tão em frente porque nada na vida é para sempre (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021)".

Um ponto a ser observado quanto a realização da referida novena é que, assim como Genilson Rufino, quando indagadas se na Agrovila aconteciam os mesmos festejos e festas que na Malhada do Sal, Janilda Umbelina de Jesus e Maria Gildomar do Nascimento dizem que não. A primeiro declarou: "Tem não. Só tem missa" (2021). E a segunda: "Ah, aqui ninguém festeja santo não. Só tem igreja de crente, igreja de católico" (2020). Ao levar em consideração que "Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no quotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época" (BOSI, 2003, p. 18), é possível pensar que a princípio, essas falas podem ser entendidas como um indício de que o festejo atual de São Francisco, dentro dos moldes que acontecem, não possuem o mesmo significado pessoal de antes.

Além do mais, Maria Gildiomar ainda cita a existência de igreja evangélica no povoado, não existente na Malhada do Sal. Esse fato indica para a possibilidade de novas formas de manifestação de fé, no caso em específico, aponta para a manifestação da identidade de cristão evangélico, ou como popularmente se fala, de crente. Isso aconteceu na fala de Lindaura Aurelina

de São Pedro, integrante da Igreja Pentecostal do Evangelho o Amor de Deus[149], que ao ser perguntada sobre a existência de igreja na Agrovila, com uma curta responda somente disse: "Tem igreja evangélica" (2020).

Saindo das questões de cunho religioso, os meios de sobrevivência empregado pelos moradores da Agrovila 06 também merecem destaque. Todos os/as reassentados/as declararam receber a VMT, exceto os que no momento da entrevista já tinha aceitado receber a indenização paga pela CHESF em 2020 aqui já mencionada, como é o caso de Genilson Rufino e Jorge de Melo. Os motivos que levaram a essa atitude se dividem entre a falta de esperança de um dia receber o loteamento, consequências naturais provocadas pela atual idade dos referidos reassentados, questões técnicas relacionadas a produção e qualidade, e ainda desestruturação do próprio sindicato.

> Porque a gente viu que não ia sair, e se saísse aqui num ia prestar. E também [...] a idade [...], a saúde num convém mais pra poder trabalhar em roça mais não. Num tem saúde pra trabalhar em roça mais não. O tempo era há trinta ano atrás, trinta e três ano atrás, que o caba era jovem e podia fazer tudo, podia plantar e... tinha, tinha saúde. Hoje num tem saúde mais [...] pra enfrentar um lote desse (Genilson Rufino da Silva, 2021).

> [...] eu aceitei a proposta de compensação financeira exatamente porquê é... [...] um lote de seis hectares, que era o meu caso, ele [...] na tecnologia de irrigação hoje ele é muito pequeno. [...] É... e para você fazer o manejo da agricultura, [...]. O correto é diversificar, é ter uma diversificação de culturas, então com seis hectares você não consegue fazer isso. [...]. Então é, [...] muito imprópria pra [...] a agricultura familiar. É... e muito menos quando o lote é de três hectares que o caso de muitos, né. Eu diria a maioria. Ou quatro e meio, né. [...]. [...]. Esse lote ser repassado pra cinco, seis famílias, dez famílias que tem casos aqui que tem essa quantidade, é... fica... eu diria quase é... inútil receber o lote, né. Isso levou muita gente a aceitação da proposta. Então aí, eu analisei, fiz as minhas análises de que é... era melhor indenizar. E também assim, com a espera de tanto tempo as pessoas cansaram. É, é claro e evidente o cansaço, é... e através desse cansaço, assim, a participação nos movimentos, seja no sindicato, seja numa associação que a gente tem, é... é muito baixa. E assim, eu tenho [...] clareza de que a possibilidade [...] de dá certo nesse projeto é com a união, né. A experiência que a gente tem acompanhando outros projetos de irrigação feito pelo Governo Federal, tipo ali Petrolina e Juazeiro, é... os projetos que mais tão dando certo é aqueles que as organização tão cuidando, tão tocando, né. Essa parte, aqui no Jusante, [...] hoje eu diria que é impossível articular, organizar algo nesse nível. Então essas coisas todas me fez tomar a decisão de tentar uma outra situação própria (Jorge de Melo Silva, 2021).

A questão de saúde sublinhada por Genilson Rufino foi bem pontuada por Maria Gildomar do Nascimento, que disse que recebendo a terra não iria trabalhar, pois "[...] eu já tô veinha[150], sou doente, não aguento trabaiá, vou dar pra meus fios" (2021). Da mesma forma que

[149] Com sede geral em Suzano, SP, e sede municipal na cidade de Glória, a referida igreja foi instaurada na Agrovila no ano de 2010. Foi a primeira igreja evangélica a conseguir se fixar na comunidade, e tem seus cultos realizados na garagem de um casal de reassentados que não mais residem na Agrovila e que ao aderirem o cristianismo evangélica como sua prática de fé levaram para o povoado.
[150] Velhinha.

levou a Lenice Umbelina de Oliveira a considerar: “Bom, agora [...] eu já sou de idade, já num trabalho mais, aí por causa desse motivo tá sendo melhor aqui. Que sou apusentada[151] e fosse pra trabalhar de roça num trabalhava mais não (2021). O que me fez pensar em dois pontos: o primeiro é sobre a perda de serventia do loteamento para os reassentados, uma vez que a idade e suas implicações não mais permitem o trabalho na roça, como bem observou Maria Antônia de Jesus ao ser instigada a fazer uma avalição sobre a vida na Malhada do Sal e a vida na Agrovila: “Homi, eu nem sei. Porque lá a gente trabaiva muito. E aqui nós num tamo trabaiando. Eu num tô achando muito ruim não. Lá, porque nós num ia trabaiá mais, aí de que nós ia viver, né (2021). Mesmo motivo que a levou a indenizar o loteamento.

Assim, é valido pensar tanto na perda do significado do loteamento em detrimento a atual idade dos reassentados, bem como, no número de sujeitos que formam as famílias reassentadas. Pois a quantidade de hectares foi pensada conforme a força de trabalho de cada família ainda na década de 1980, ou seja, pelo número de filhos de cada casal. Problemática que não foi de modo algum ajuizada pelo Estado na atualidade. No tocante a desarticulação do sindicato, isso é notório nas falas daqueles que disseram não perceber a atuação do mesmo, como vimos a cima, e justifica os esquecimentos quanto as atuações de outrora.

Tendo como fonte de renda fixa apenas a VMT, - e aposentadoria rural ou de viuvez -, conforme Gildiomar Generoza de Melo, só “Dá porque meus fios casaram, cada quale[152] cuidou, foi caçar lugar [...] pra trabaiá (2020).” Em consequência disso, em sua maioria os/as reassentados/as deixaram de ter o contato com a agricultura e passaram a ter uma vida pacata e monótona. Quando perguntei a Ademar Enéas da Conceição sobre como ele faz para sobrevier sem o loteamento, ele respondeu: “Só do salarinho que a CHESF dar mermo, e... e pronto. Não faz nada, num tem nada mermo [inaudível]” (2020). Por causa disso, após afirmar que sente saudades de trabalhar na roça, ela ainda disse sobre sua atual moradia: “Não vou menti, não gosto não. Nunca gostei” (2020)! Lenice Umbelina de Oliveira também enaltece a vida na Malhada do Sal dizendo que lá era melhor “Porque lá a gente trabaiava e tinha as coisas. E aqui, só a coisa da CHESF num dá pra nada, é muito pouco” (2021).

O reassentado Genilson Rufino da Silva, impossibilitado de trabalhar com a terra, disse que na Agrovila “[...] a gente tem que se virar nos trinta, né. Se virar nos trinta aqui, né. Ganha um fretinho[153] veio pra li, oto[154] pra culá. Quando tinha, agora num tem mais. E da VMT mesmo”

[151] Aposentada.
[152] Qual.
[153] Frete.
[154] Outro.

(2021). Sem nenhuma atividade lucrativa, Gildiomar Generoza de Melo disse que a sua única atividade é "Só o labóro[155] da casa mermo" (2021). Igualmente, quando questionei a Janilda Umbelina de Jesus como é o seu dia-a-dia, ela prontamente respondeu: "Num faço nada, só labóro de casa" (2021). E lamentou que atualmente não pode mais trabalhar na roça em decorrência de sua idade, no entanto, manifestou sentir falta "E muito" (2021). Ainda sobre não haver expectativa de trabalho, Maria Gildomar do Nascimento argumentou que há diferença entre o dia-a-dia na Malhada do Sal e na Agrovila, "Porque lá amanhecia o dia e ia pra roça trabaiá, e hoje a gente tá aqui na Agrovila só... só vendo zoada, do povo. E, e num sai [o loteamento]" (2020).

Citando o *Acordo de 1986*, ao falar como tem feito para sobreviver durantes esses anos, Maria Helena relatou:

> [...] a vida da gente aqui tem sido assim, porque no acordo que... que a gente fechou lá, os trabalhador com a CHESF é... [...] que a CHESF ficou responsável pra pagar uma ajuda de manutenção temporária a cada um membro da casa reassentado. E... essa ajuda é quem tem dado sustentação [...] as pessoas aqui na Agrovila. Mas, como a ajuda é muito pouca, então, é, as pessoa que tem condições e pode, tem saído pra trabalhar. No caso meu, eu trabalhava na escola, mas meu marido sempre buscou trabalhar fora, de ameia com o patrão, é durante esse tempo todo. Ele vai, sai pra viajar fora, plantar roça, com o patrão de ameia. Pra ajudar na casa, porque essa ajuda de manutenção temporária que a CHESF pagou até hoje, é... num dava pra família toda viver (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021).

O primeiro ponto a ser observado é a sua mudança de profissão e o que isso significou para ela, como colocou em outro momento:

> É... antes deu vim pra qui, pra cá pra essa nova morada, é... a minha profissão era agricultura, trabalhar na roça, costurar. Era as duas coisa que eu fazia [...] da minha atividade, era esses dois. Depois que a gente chegou nessa Agrovila, aí eu mudei, fui trabalhar numa escola, de auxiliar administrativo e aí chegou até o ponto em que me formei nesse primeiro trabalho. [...]. Pra mim foi um ponto positivo porque lá eu trabalhava muito na roça, no pesado mesmo. E aqui, eu consegui esse trabalho na escola, aí pra mim foi muito bom porque meu trabalho já ajudou muito a criar meus filho (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021).

Essa mudança é atrelada a "nova morada", e o fato dela colocar isso como positivo é justificado pela oportunidade de obtenção de fonte de renda para criar os filhos, uma vez que assim como os outros, demonstrou que a VMT nunca foi suficiente.

Outro aspecto mencionado por ela foi quanto à necessidade de saída de seu esposo para poder trabalhar fora com a agricultura. Analiso essa atitude não como pura busca por fonte de

[155] Atividades domésticas.

renda, mas como uma forma de resistência medindo a realidade imposta. Penso nessa hipótese mediante as afirmações de saudades dos trabalhadores e trabalharas que foram entrevistos. Um bom exemplo é a fala da própria Maria Helena, que quando perguntei se ela ainda tinha vontade de trabalhar na roça, ela disse:

> Eu tenho sim, eu tenho porque eu vejo, é, meu marido tem muita vontade de trabalhar na roça e... eu vejo que ele fica inquieto porque ele num tem a terra pra trabalhar. E quando eu vejo ele dizer que sabe que vai morrer e num recebe a terra dele, pra ele cultivar, plantar e tirar o próprio sustento, é, da sua própria terra, isso dói muito. Então eu queria ter (Maria Helena de Jesus Nascimento, 2021).

O mesmo é feito por Jorge de Melo que além dos cargos ocupados no sindicato, declarou buscar maneiras de manter o convívio com a prática agrícola e com a pecuária. Pois quando pedi para definir como é a sua vida na Agrovila, ele respondeu:

> É uma vida tentando acertar. [...] a cada dia tentado uma nova experiência aí pra tentar acertar no sentido da convivência com a agricultura familiar. [...]. É, eu inclusive é... [...], antes até de indenizar, eu comecei a testar a abertura de poço artesiano pra fazer uma pequena irrigação. É... por conta própria, né. Não tem dado muito certo porque as águas, já vou furando três poços, e [...] as águas encontradas não são de boa qualidade pra irrigação. Aí eu tô fazendo alguns testes e... assim, pelo menos tô vendo que vai dá pra... produzir algo de criatório, né. Tem os tipos de culturas, as culturas temporárias, é... eu já tô [...] vendo que não dá certo. É... então partir pra [...] uma pastagem, capim, etc., pra é... complementar minha renda familiar através de um criatório. É essa minha ideia (Jorge de Melo Silva, 2021).

Dessa maneira, as estratégias de sobrevivência possuem como referência as formas de viver da Malhada do Sal, já que sujeitos nasceram e foram criados as margens do Rio São Francisco usufruindo daquilo que ele proporcionava, como colocou Lenice Umbelina de Oliveira ao dizer que o rio era utilizado "pra tudo, [...] pra tomar banho, pra beber, tinha que buscar de lata, botava a lata na cabeça e ia buscar direto no rio. Era muito bom" (2021)! Em um outro relato, ao lembrar da Malhada do Sal e fazer comparações com a vida na Agrovila, Marlúcia Maria lembrou:

> Nós ia iver água na cabeça. Era meio afastado. Subia uma ladeira alta danega, mas era a latinha na cabeça pra beber. [...] E quando nós chegava pra ir tomar banho nós tinha [...] dois potão grande, quando chegava da [...] roça. Lá não tinha [e]nergia, era candeeiro, aí nós tinha uma laje, nós botava a bacia numa banca, e [...] ficava numa laje de pedra, [...] pra num sair com os pé melado, aí nós tomava banho. Aí quando nós chegava o dia de domingo, nós tomava banho no rio. [...]. Nós tomava banho no rio e carregava água na cabeça. [...]. Eu gostava muito de lá. Que eu nasci e me criei foi lá, [...], eu não nasci e me criei num foi aqui. [...]. Num raso desse que nós tamo morando. Aí eu achava bom a vida que nós tava levando. [...], nós trabaiva muito, eu era sadia, e hoje é o dobro, muito mais doente de quando era lá. [...]. Aqui nós tamo acostumado já. [...]. Agora com tantos anos nós acostumeme[156], num quer sair daqui mais. [...]. Mas

[156] Acostumamos.

> dizer que eu achava bom o lugar da gente eu achava (Marlúcia Maria do Nascimento, 2021).

Isso implica pensar que o dia-a-dia desses sujeitos eram guiados mediante o meio em questão, o que envolve o Rio São Francisco com suas cheias e secas. Implica ainda no sentimento de pertencimento que foi criado a partir desse território e em como sua atuação é forte em cada sujeito. E apesar dos benefícios, o sentimento de desapropriação da terra acaba por sobressair. Gildiomar Generoza de Melo disse que com o reassentamento "Mudou muita coisa, porque lá nós carregava água na, na latra na cabeça, e aqui pega na torneira. E... pra trabaiá, ninguém trabaia que num tem em que" (2021). Um advento paradoxal, que fez com que a comunidade passasse da prática da agricultura e pecuária de subsistência para a necessidade de compra daquilo que era produzido em suas terras, como enfatizou Ozeas Arcelino:

> Se eu quero comer um peixinho, se eu num tiver dinheiro não como, né. [...]. Se eu quiser beber uma água de coco eu tenho que comprar, se eu quiser comer uma banana eu tenho que comprar, e caro, né. Não é nem barata, né. [...]. Então hoje eu não posso dizer que tô bem não. [...]. Se eu quiser comer um feijão eu tenho que comprar, e antigamente nada disso eu comprava. O feijão não comprava, [...], graças a Deus tinha pra vender, e hoje em dia eu tenho que comprar [...], se eu não comprar [...] não como (Ozeas Arcelino de Souza, 2021).

Logo, diante dessa realidade imposta, que começou com a necessidade reassentamento compulsório e se agravou com a não conclusão do projeto de irrigação, os/as reassentados/as foram condicionados a viver sobre novos moldes. Que sua por vez, tanto produziu melhorias significativas, caso dos setores de saúde e educação, novos significados acerca das manifestações religiosas, uma brusca ruptura na economia da comunidade através das limitações para o contato com o rio e com a terra, e até a necessidade de assumir novas identidades no reassentamento mediando o novo território e sua realidade.

CONCLUSÃO

Como dito no início do texto, a pandemia da covid-19 impôs algumas limitações ao desenvolvimento da pesquisa. Tanto no que cerne ao quadro de entrevistados/as, quanto ao número de sessões de entrevistas por reassentados/as, uma vez que o cronograma foi alterado conforme os boletins epidemiológicos do município de Glória até o início da vacinação. Mesmo diante do cenário em questão, as hipóteses iniciais foram testadas e comprovadas.

As fontes disponíveis demonstraram que a construção da UHLG se deu através do ideal da modernização conservadora, ideal próprio de um regime ditatorial; demostraram que entre o discurso da CHESF e as suas práticas há uma grande lacuna, principalmente no tocante a construção dos projetos de irrigações, esses que são disputados para enquadramento de memórias. De um lado há a estatal que afirma por meio de seus documentos oficiais que houve um planejamento prévio e a construção das próprias agrovilas com antecedência para a remoção da população afetada. Do outro o sindicato e os próprios sujeitos que o compõem ou o compuseram, que negam essa versão e mostraram que houve um processo de negociação e conflito para que isso acontecesse.

Para além da tentativa do enquadramento de memórias, foi percebido que de fato os *modus vivendi* desses/as trabalhadores/as rurais sofreram modificações, principalmente em decorrência da não conclusão do perímetro de irrigação. Entre as diferenças nos modos de vida estão presentes: a estrutura da Agrovila, semelhante a uma área urbana e as condições melhores de saúde e educação, sublinhados como pontos positivos. Do outro lado, mudanças quanto a prática religiosa e os meios de sobrevivência, grifados como pontos negativos.

Durante os trinta e quatro anos de reassentamento da economia da Agrovila 06 foi movida basicamente pelo pagamento da VMT pela CHESF, com exceção daqueles que estrategicamente saem de casa para trabalhar com a agricultura em roças de patrões, como destacado. A partir dessa realidade, as mulheres que participavam ativamente da economia de subsistência da Malhada do Sal atualmente fazem uso apenas da identidade de dona de casa, pois somente os homens saem para o trabalho da roça. Em decorrência da idade e de seus percalços, as memórias dessas mulheres ficam em paralelo com a vontade de trabalhar com o manuseio da terra e as limitações impostas pelo tempo.

A vida que antes era guiada pelo curso natural das águas do São Francisco, hoje se apresenta como pacata e monótona. Os costumes em comum, como os de plantar, cultivar e colher em grupo, fazendo da roça um local de socialização, deixou de existir. Essa se ocorre

apenas na ocasião de missas e pelo festejo de São Francisco, escolhido para padroeira da comunidade como um instrumento de memória sobre o processo de reassentamento. Todavia, é necessário lembrar que essas manifestações religiosas são diferentes de outrora. Sem contar na existência de igreja evangélica, que era inexistente na Malhada do Sal.

Então, ao final, essa pesquisa contribuiu para pensar um pouco sobre os impactos socioculturais provocados pela construção da UHLG, bem como, os novos papeis de identidades assumidos pelos/as reassentados/as e pelas suas descendências. Os primeiros em decorrência da necessidade da própria sobrevivência no reassentamento, como foi o caso do reassentado que passou a ser motorista, e uma reassentada que passou a trabalhar no cargo de auxiliar administrativo. Ambos com a justificativa de necessidade de sobrevivência. Com relação aos descendentes nascidos na Malhada do Sal como a nascidos no reassentamento, obtiveram a oportunidade de se tornarem estudantes e se formarem em áreas de seus próprios interesses. O que provoca a pensar: como essa geração compreende o reassentamento e seus desdobramentos? De quais formas essas memórias foram transmitidos de pais para filhos? E como esses as interiorizaram mediante as oportunidades que possuem no reassentamento?

Além do mais, ainda há a necessidade de pensar sobre as divergências nas memórias sobre o desempenho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória. O que quer dizer esses apontamentos? Quais foram de fato as atuações do sindicato ao longo dessas três décadas? O seu perfil modificou-se ao longo desse período? Os interesses continuam os mesmos? E, ponderando que os/as reassentados/as pensam na Malhada do Sal com saudosismo, além de reproduzirem a memória do sindicato que tem no *Acordo de 1986* a sua maior bandeira de luta contra o poder do Estado, por quais motivos se renderam perante a CHESF quanto a imposição da celebração do Termo de Transação Extrajudicial? Qual influência sobre essa decisão possui o sindicato e seus representantes?

Portanto, mesmo tendo respondo as questões que suscitaram essa pesquisa, ao final dela apontou-se mais questionamentos do que respostas. Perguntas essas que não foram sanadas tanto pela impossibilidade de investigação devido a tempo de conclusão da própria dissertação, como pela própria natureza da problemática lançada para essa pesquisa. Todavia, é minha pretensão prosseguir com a pesquisa e poder investigar tais problemáticas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. - 3. ed.rev.atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discurso e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. *In*. PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. - 1. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015, p. 223-250.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. SANTOS, Myriam Sepúlveda. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociai***s*, 79, dez. 2007, p. 95-111.

ARAÚJO, Pedro Gomes Maranhã de. Energia elétrica no Nordeste Brasileiro: das primeiras termelétricas às usinas fotovoltaicas e eólicas**. PROCONDEL SUDENE**, [2015/16?]. Disponível em: < http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/Artigo%20-%20Energia%20el%C3%A9trica%20no%20Nordeste%20Brasileiro.pdf >. Acesso aos: 06 de jun. 2021.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História:** especialidade e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. 10. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BELUZO, Maria Ferreira. TONIOSSO, José Pedro. O Mobral e alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015, p. 196 - 209. Disponível em < https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200716.pdf >. Acesso aos 08 de jan. 2022

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, 71; 41-79, 2007. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ln/a/sqrVzP6vcvNqvzr4frCnKnC/abstract/?lang=pt >. Acesso aos 28 de outubro de 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. - São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUENOS, João Batista Gonçalves. LIRA, Silvano Fedelis de. Modernizar a agricultura, salvar o "Nordeste": considerações acerca da polifonia discursiva sobre a agricultura no início do Século XX. **Revista Espacialidades** [online]. 2014, v. 7, n. 1. ISSN 1984-817X. Disponível em: < https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v7n1/Espacialidades_v7n1_03.pdf >. Acessos 20 de ago. 2019.

CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do Rio São Francisco e do seu Vale. **Revista do Departamento de Geografia**, 17, 2005, p. 83-93. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47276>. Acesso aos 15 de jun. 2021.

CAMELO FILHO-ZUZA, José Vieira. A política econômica regional do vale do São Francisco: uma busca do desenvolvimento do interior brasileiro. **Revista de Estudos Sociais**, n. 20, v. 2, 2008, p. 67 - 87. Disponível em: < https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/229/218 >. Acesso aos 26 de mar. 2022.

CAVALCANTI FILHO, Sérgio Marques. A transformação do Vale do São Francisco nos anos 1960. **PROCONDEL SUDENE**, [2016?]). Disponível em: < http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/A%20Transforma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Vale%20do%20S%C3%A3o%20Francisco_Sergio.pdf >. Acesso aos 07 de jun. 2021.

CAVALCANTE, Jupiraci Barros. FEITOSA, Cid Olival. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. **RPPR** – Rio de Janeiro – vol. 6, nº 2, maio a agosto de 2019, p. 226 - 247. Disponível em: < https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-a-importancia-da-sudene-para-o-desenvolvimento-regional-brasileiro.pdf >. Acesso aos 21 de jul. 2020.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel: difusão editorial S.A, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. - 2. ed.; 3 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE DO BRASIL. Chesf: 70 anos de história. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, 2018. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/Comunicacao/70anos/index.aspx#page/5 >. Acesso em: 28 de ago. 2020.

COLAÇO PEDRO, Joana de Jesus. **Reassentamentos forçados:** dos impactos às oportunidades. Dissertação (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais) – Escola de ciências sociais e humanas, Departamento de economia política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa 2011. Disponível em: < http://gestual.fa.ulisboa.pt/images/pdf/diss_joanapedro_09_2011.pdf >. Acesso as 19 de ago. 2020.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 15 (41), 2001, p. 21 - 34. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ea/a/jxY9NqgCYnFHQZ4CjrC9spz/?format=pdf&lang=pt >. Acesso aos: 02 de abr. 2022.

CORRÊA, Maria Letícia. PAULA, Dilma Andrade de. Hidrelétricas e desenvolvimento no Brasil: a construção da Usina de Furnas em perspectiva histórica (1956-1965). **Simpósio Internacional Globalización, innovación e construcción de redes técnicas urbanas em América y Europa, 1890 - 1930**. Brazilian Traction, Barcelona Traction y outros conglomerados financeiros y técnicos. Universidade de Barcelona, Facultad de Geografia e Historia, 23 - 26 de enero, 2012. Disponível em: <

http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cCorrea-Paula_Hidreletricas.pdf >. Acesso aos 06 de set. 2021.

CUNHA, Pedro Paulo da. **Responsabilidade social corporativa:** a memória do programa de reassentamento dos atingidos pela barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (ex-Itaparica). Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;/handle/10438/10963?show=full >. Acesso aos 14 de jun. 2021.

DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. *In*. ZACHARIADLHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia:** novos olhares, novos objetos, novos horizontes. - Salvador: EDUFBA, 2009, p. 69-88.

DOSSE, François. **A história em migalhas:** dos Annales à Nova História. 3ª ed. São Paulo: Ensaios, Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

ESTRELA, Ely Souza. Um rio de memórias: o modus vivendi dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia). **História & Perspectivas**, Uberlândia (41), jul., dez., 2009, p. 115-139. Disponível em: < https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19238 >. Acesso aos 28 de nov. 2020.

FREITAS, Gilmar Fialho. OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. SOUZA, Dayane Rouse Neves. As transformações sócio-Culturais acarretadas pelo reassentamento de famílias atingidas pela barragem de Irapé no Vale do Jequitinhonha – Minas. **Caminhos de Geografia,** Uberlândia. v. 14, n. 48 Dez, 2013, p. 38 – 47. Disponível em: < https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/21063/14305 >. 15 de ago. 2020.

FONTES, Virgínia. História, Poder e Práticas Sociais. **Tempos Históricos** - M. C. Rondon - v. 07, p. 11-24, 2005. Disponível em: < https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8034 >. Acesso aos 12 de abr. 2020.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo:** a construção do conceito. - Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf >. Acesso aos: 22 de mar. 2022.

FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, 1, p. 12-19, dez., 1981. Disponível em: < http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22Uma%20pol%C3%ADtica%20de%20desenvolvimento%20para%20o%20Nordeste%22 >. Acesso aos 12 de jul. 2021.

GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. O projeto de reassentamento de Itaparica e sua inserção no marco das novas políticas de desenvolvimento regional para o nordeste. **Cad. Est. Soc.** Recife. v. 15, n. 1, p. 33-66. jan./jun., 1999. Disponível em: < file:///D:/Downloads/diogohh,+v15n1_2.pdf >. Acesso aos 18 de ago. 2019.

GOMES, João Paulo Pombeiro. VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. **RAP** — Rio de Janeiro 43(2):295-321, mar./abr. 2009. Disponível

em: < https://www.scielo.br/j/rap/a/NWxd9HmK8wJBGKMPq6GcLqz/?format=pdf&lang=pt >. Acesso aos 25 de jun. 2020.

GUMIERO, Rafael. O Nordeste em dois tempos: a "Operação Nordeste" e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Luca. **CEPAL – Coleção Documentos de projeto**, 2014, p. 5 - 22.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. - 12. ed. 2ª reimp. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? *In*. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 103-133.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IVO, Alex de Souza. Uma "revolução" contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. *In*. ZACHARIADLHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia:** novos olhares, novos objetos, novos horizontes. - Salvador: EDUFBA, 2009, p. 53-68.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. - 4. ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2017.

KLEIN, Herbert S. LUNA, Francisco Vidal. População e Sociedade. *In*. REIS, Daniel Aarão. **Modernização, Ditatura e Democracia:** 1964 - 2010, volume 5. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 31 - 74.

KRENAK, Ailton "O Eterno Retorno do Encontro" foi publicada anteriormente. *In*. NOVAES, Adauto (org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Minc-Funarte/Companhia das Letras, 1999.

LANER, Izadora Carvalho. FARIA, Rodrigo Santos de. Operação Nordeste: A criação da Sudene como política regional de desenvolvimento e integração nacional. **REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL** – Rio de Janeiro – vol. 6, nº 2, maio a agosto de 2019, p. 184 - 203. Disponível em: < https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Operacao-Nordeste-A-criacao-da-Sudene-como-politica-regional-de-desenvolvimento-e-integracao-nacional.pdf >. Acesso aos 15 de set. 2021.

LIMA, João de Souza. **Paulo Afonso e a Vila Poty**: a história não contada. - Paulo Afonso: Fonte Viva, 2017.

LIMA, Ricardo Ribeiro. **Barragem de Itaparica:** vinte anos após o programa de reassentamento – (des) envolvimento e (des) estruturação de vidas. Disponível em: < http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st4_BARRAGEM%20DE%20ITAPARICA.pdf >. Acesso aos 20 de set. 2019.

LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. *In*. PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. - 1. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015, p. 29-60.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. - 7ª ed. revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MAUAD, Ana Maria. LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. *In*. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo**. Novos domínios da História**. - Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 263-282.

MEIHY, José Carlos Sebe B./HOLANDA, Fabíola. **História Oral:** Como fazer, como pensar. - 2ª ed., 7ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. *In*. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo**. Novos domínios da História**. - Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 243-262.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 18, 2008, p. 11 - 31. Disponível em: < https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11394 >. Acesso aos: 2 de abr. 2022.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. 4.ed. - Maceió: Imprensa oficial Graciliano Ramos, 2018.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. V. 10 (1993). jul./dez. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101 >. Acesso aos 13 de abr. 2020.

OLIVEIRA, Cecília Maria Bezerra de. SILVA, José Renato Melo da. Paulo Afonso: Desenvolvimento econômico e a doutrina de segurança nacional do o governo de exceção político-militar (1964-1985). **Revista Científica da FASETE**, 2019.1, p. 40-50. Disponível em: < https://www.unirios.edu.br/revistarios/internas/conteudo/resumo.php?id=430 >. Acesso aos 12 jun. 2020.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, mai., a ago., de 2018 p. 315 - 346. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20um%20dos,no%20mundo%2C%20atr%C3%A1s%20da%20China. >. Acesso aos: 07 de set. 2021.

PANDOLFI, Maria Lia. **Na margem do lago** (um estudo sobre o sindicalismo rural). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: UFPE, 1986.

PAULA, Dilma Andrade de. Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). **Revista de História Regional** 17(1), 2012, p. 233-257. Disponível em: < https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2981/3058 >. Acesso aos 26 de mar. 2022.

PELLEGRINO, Anderson Cesar Gomes Teixeira. **O nordeste de Celso Furtado:** sombras do subdesenvolvimento brasileiro. Dissertação (Dissertação de mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003. Disponível em: < https://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/o-nordeste-de-celso-furtado-sombras-do-subdesenvolvimento-brasileiro.pdf >. Acesso aos 24 de set. 2021.

PIMENTEL FILHO, Geraldo. O impacto ambiental das obras do setor elétrico: o reassentamento da população atingida pela Usina de Itaparica. **Rev. Adm. públ**., Rio de Janeiro, 22(3). p. 95-110, jul., set. 1988.

PIRES, Murilo José de Souza. RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE**, v. 40, n. 03, jul., - set., 2009. Disponível e: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4207148/mod_resource/content/1/516_05_semin%C3%A1rio_PIRES_o%20termo%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20conservadora.pdf >. Acesso aos 24 de out. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212. Disponível em: < http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf >. Acesso aos 06 de abr. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: < https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf >. Acesso aos 06 de abr. 2020.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. - 2. ed.; 6. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

REDENTI, Marcelo. Cultura. *In*. REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia:** 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 233 - 284.

REIS, Daniel Aarão. Introdução: as margens do período. *In*. REIS, Daniel Aarão. **Modernização, Ditatura e Democracia:** 1964 - 2010, volume 5. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 23 - 30.

RIBAS, Luiz Fernando Ferreira. MUSSOI, Carlos Roberto S. Aumento da eficiência de usinas hidráulicas: caso UHE Luiz Gonzaga. **XV SNPTEE** - Seminário Nacional de Produção e Transmissão de energia elétrica. Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil, 12 a 22 de outubro de 1999. Disponível em: < https://www.cgti.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/2015/12/AUMENTO-DA-EFICI%C3%8ANCIA-DE-USINAS-HIDR%C3%81ULICAS-CASO-UHE-LUIZ-GONZAGA.pdf >. Acesso aos: 13 de maio de 2021.

SANTANA, Ediane de. Campanha de desestabilização de Jango: “as donas saem às ruas! ”. *In*. ZACHARIADLHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia:** novos olhares, novos objetos, novos horizontes. - Salvador: EDUFBA, 2009, p. 13-30.

SANTANA, Pedro Abelardo de. SILVA, Marcos Manoel do Nascimento. Negociações, conflitos e omissões: a construção de memórias em torno da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (1979 - 1988). **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 14, n. 27, p. 190 - 210, 27 jan. 2021. Disponível em: < file:///D:/Downloads/14445-Texto%20do%20artigo-44170-1-10-20210127.pdf >. Acesso aos 15 de jan. 2021.

SANTOS, Deijenane Gomes do. Intervenção Federal no Nordeste: uma análise dos fatores que favoreceram a criação da Sudene. **PROCONDEL SUDENE**, [2014?]. Disponível em: < http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/Interven%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20no%20Nordeste_Deijenane.pdfn >.Acesso aos: 25 de maio de 2021.

SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*. BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 39-64.

SILVA, Antônio Galdino da. LIMA, João de Souza. **Angiquinho:** 100 anos de história - rio São Francisco, Delmiro Gouveia e Chesf. Salvador - Bahia: EGBA, 2013.

SILVA, Fernando Teixeira. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. *In*: BATALHA, C.; SILVA, F. T.; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, p. 205-263.

SILVA, João Victor dos Santos. **O povo versus a Besta-Fera:** o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sumédio São Francisco - Pe/Ba - na organização do movimento sindical dos trabalhadores ribeirinhos atingidos pela barragem de Itaparica - BA/PE - (1976 - 1986). Dissertação de Mestrado (Dissertação de Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

SILVA, Margarete Pereira da. O Bispo de Juazeiro e Ditadura Militar. *In*. ZACHARIADLHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia:** novos olhares, novos objetos, novos horizontes. - Salvador: EDUFBA, 2009, p. 241-258.

SILVA, Pedro Gama da. Projetos de irrigação e o desenvolvimento do Submédio do Vale São Francisco. *In*. MARQUES, Delcides. ALMEIDA, Cláudio Roberto dos Santos de (Orgs.). **As Ciências Sociais no Nordeste**: um desafio I semana de ciências sociais da UNIVASF, - Curitiba, PR: CRV, 2012, p. 69 - 78.

SILVA, Virgínia Mirtes de Alcântara. (*et al*,.). O desastre seca no nordeste brasileiro. **Polêmica - Revista Eletrônica**. V. 12, n. 12, abr.,/jun., 2013, p. 284 - 293. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/6431/4839 >. Acesso aos 13 de mar. 2022.

SINGER, Paul. O processo econômico. *In*. REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia:** 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 183 - 231.

SKIELKA, Lucas. Análise da comissão mista Brasil Estados Unidos e suas motivações. **Braz. J. of Develop**., Curitiba, v. 6, n. 8, 2020, p.56417- 56429. Disponível em: < file:///D:/Downloads/14739-38133-1-PB.pdf >. Acesso aos 26 de mar. 2022.

SOUZA JÚNIOR, Clécio Barbosa (*et al.,).* Sinais de um problema crônico: a governança hídrica carece promover os comitês de bacias, coordenar planos e gerir informações. **Rev. Ambient. Água,** vol. 12 n. 6, Taubaté, nov., - dez., 2017, p. 1054-1067. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/321262143_Sinais_de_um_problema_cronico_a_governanca_hidrica_carece_promover_os_comites_de_bacias_coordenar_planos_e_gerir_informacoes >.Acesso aos 11 de jun. 2021.

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuad. Desarro. Rural, Bogotá (Colombia)** 8 (67) 231 - 249, Julio - Deciembre, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v8n67/v8n67a10.pdf >. Acesso aos 24 de out. 2020.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. *In*. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. - 2ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Luciano Medeiros de. SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). **Transposição das águas do Rio São Francisco, situação de saúde e segurança pública**: expedição científica da Fiocruz à área de abrangência das obras do empreendimento. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2015. Disponível em: < http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/d969af1822498ae7b15e468ba9f000a9ca1d26c7.PDF >. Acesso aos: 02 de jan. 2022.

VIEIRA, Hamilton E. Santos. **História regional do Brasil**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste pré-64: reforma e ideologia. **Proj. História**, São Paulo, (29) tomo 1, p. 53-86, dez., 2004. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9946 >. Acesso aos 24 de set. 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 7-72.

FONTE DOCUMENTAL

CODEVASF. **Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco**: fonte de desenvolvimento sustentável do Nordeste, 1996.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Acordo entre a Chesf e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica**, com a presença do ministro das minas de energia, Petrolândia, 06 de dezembro de 1986.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Mudar para Melhor**. Eletrobrás/Centrais Eletricas Brasileiras AS., [1987/8].

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Prestação de Contas Ordinária Anual**. Relatório de Gestão do Exercício 2012. Recife, 2013. Disponivel em: < https://www.chesf.gov.br/acessoinformacao/StyleLibraryCanal/Auditoria/Relatorio_de_Gestao_2012__Chesf_=_Final.pdf >. Acesso aos: 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Prestação de Contas Ordinária Anual**. Relatório de Gestão do Exercício 2014. Recife, 2015. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/acessoinformacao/Documents/RelatorioGest%C3%A3o2014.pdf >. Acesso aos 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Relátório Anual da Administração 2013**. Recife, 2014. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/StyleLibraryCanal/Transparencia-

RelatorioAdministracao/Relat%C3%B3rio%20Anual%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20-%202013.pdf >. Acesso aos: 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Relátório Anual da Administração 2015**. Recife, 2016. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/relainvest/Documents/Rel.Adm.2015.pdf >. Acesso aos 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Relátório Anual da Administração 2016**. Recife, 2017. Disponível em: < https://www18.chesf.gov.br/relainvest/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20-%202016.pdf >. Acesso aos: 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Relátório Anual da Administração 2018**. Recife, 2019. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/relainvest/Documents/RA.Societ%C3%A1rio_2018.pdf >. Acesso aos: 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Relátório Anual da Administração 2019**. Recife, 2020. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/relainvest/Documents/RA.Societ%C3%A1rio_2019.pdf >. Acesso aos: 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Relátório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro 2017**. Recife, 2018. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/Documents/RELAT%C3%93RIO%20SOCIOAMBIENTAL%20ANEEL-2017.pdf >. Acesso aos: 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Relátório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da Chesf 2020**. Recife, 2021. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/Documents/RELAT%C3%93RIO%20SOCIOAMBIENTAL%20ANEEL-2020.pdf >. Acesso aos: 28 de jul. 2021.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Termo de Transação Extrajudicial**, 2021.

GUERRA, Hugo O. Carvallo. POSSÍDIO, Edson Lustosa de. Irrigação no Nordeste do Brasil. conferencia **Convivência do homem com a Seca e Irrigação no Nordeste**, Fundação Bahiana para Estudos Econômicos e Sociais. Salvador, Janeiro, 1984. Disponível em: < file:///D:/Downloads/FL05641%20(1).pdf >. Acesso aos 28 de jul. 2021.

POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA. **Hora de Mudar é Hora de Lembrar:** A luta dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco pela conquista do reassentamento. Paulo Afonso: Gráfica Diocesana São Vicente, [1987/8].

ESCOLAS NUCLEADAS DO RETIRO. **Projeto Político Pedagógico da escola núcleo**, 2019.

SUDENE. **I Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste** (1966 - 1963). Div. Documentação, Recife, 1966.

FONTE DIGITAL

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Municípios do Submédio SF**. Disponível em: < https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/ccrs/municipios--do-submedio-sf/ >. Acesso aos: 06 de nov. 2020.

Mapa da Região Fisiográfica do Submédio São Francisco. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Mapa-da-Regiao-Fisiografica-do-SubmedioSao-Francisco_fig3_320625755. Acesso aos 08 de jun. 2021.

CHESF. **Luiz Gonzaga**. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/LuizGonzaga.aspx >. Acesso aos: 11 de jun. 2021.

CHESF. **Sistema de Geração**. Disponível em: < https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/SistemasGeracao.aspx >. Acesso aos: 06 de jun. 2021.

MEMORIAL DA ELETRICIDADE. **Personalidades do setor:** Apolônio Jorge de Faria Sales. Disponível em: < https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/9300/apolonio-jorge-de-faria-sales >. Acesso aos: 11 de maio de 2021.

MEMORIAL DA ELETRICIDADE. **Personalidades do setor:** Octávio Marcondes Ferraz. Disponível em: < https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/2124/octavio-marcondes-ferraz >.Acesso aos: 11 de maio de 2021.

POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA. **Institucional.** Disponível em: < http://polosindicalsubmediosaofrancisco.blogspot.com/p/historico.html >. Acesso aos: 29 de dez. 2020.

FONTE AUDIOVISUAL

TV VIVA. **Barragem:** a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s >. Acesso aos 21 de jul. 2021.

TV VIVA. **Barragem II** - 1986. Youtube, 1986. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s >. Acesso aos 21 de jul. 2021.

FONTE ORAL

ANTÔNIA DE JESUS, Maria. [85 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 05 set. 2021.

AURELINA DE SÃO PEDRO, Lindaura. [77 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 27 abr. 2020.

CONCEIÇÃO, Ademar Enéas da. [75 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 27 fev. 2020.

GOMES, Izidória Amélia de Menezes. [81 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 11 jan. 2022.

MELO, Genésio de. [56 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, Ba, 02 de maio de 2020.

MELO, Gildiomar Generoza de. [89 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 27 abr. 2020/ 25 jul. 2021.

MELO, Maria da Conceição. [51 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 02 de maio de 2020.

NASCIMENTO, Marlúcia Mária do. [59 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 05 set. 2021.

NASCIMENTO, Maria Gildomar do. [68 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 27 abr. 2020.

NASCIMENTO, Maria Helena de Jesus [69 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 05 set. 2021.

OLIVEIRA, Lenice Umbelina de. [57 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 05 set. 2021.

SILVA, Jorge de Melo. [64 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 25 jul. 2021.

SILVA, Genilson Rufino da (Nicinho). [57 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 05 set. 2021.

SOUZA, Ozeas Arcelino de. [89 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 05 set. 2021.

UMBELINA DE JESUS, Janilda. [61 anos]. Entrevistador: Marcos Manoel do Nascimento Silva. Glória, BA, 05 set. 2021.

MAPAS

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite da Agrovila 1: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:100.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite da Agrovila 2: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:100.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite da Agrovila 3: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:200.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite da Agrovila 5: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:100.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite da Agrovila 6: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:200.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite da Agrovila 7: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:100.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite da Agrovila 8: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:200.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite da Agrovila 9: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:100.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2022). Imagem de satélite da Escola Municipal Dionízio Pereira de Souza e Distrito Administrativo: Projeto de Irrigação Jusante, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:100.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite do Lago Itaparica e do Projeto de Irrigação Jusante - Glória, Bahia. [Google Earth]. 1:10.000.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite do reservatório de água na Serra Negra, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:100.

SANTOS, Alexandre Marques dos. (2021). Imagem de satélite Povoado Baixa Grande/G2, Glória - Bahia. [Google Earth]. 1:1000.